

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
FEVEREIRO • MARÇO • ABRIL 1991 n.º 20 Cr\$ 900,00

PRINCÍPIOS



O que há de "Neo"
no Liberalismo

ESPECIAL

ALBÂNIA • João Amazonas



Editora Anita Garibaldi

Revista Teórica
Política e de
Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Rogério Lustosa

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
Jorge Bermudes
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Elder Vieira
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
José Carlos Ruy
Loreta Valadares

Capa
Ary Normanha

Diagramação
Chico Martins e Elide

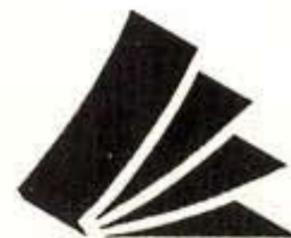
Neste número colaboram ainda
Rubens Ianelli
Eduardo
Nádia Timm

**Administração, Distribuição
e Assinaturas**
Divo Guisoni

Composição e Montagem
Compuart Produções
Gráficas e Assessoria
de Sistema S/C Ltda.
Rua Cruz e Souza, 60 - Aclimação
São Paulo - SP
Tel.: (011) 285-3669

**Publicação da
Editora Anita Garibaldi**
Rua Bororós, 51 - 1.º andar
São Paulo - SP
Tel.: (011) 278-3220

Tempos bicudos: as idéias liberais do século XVIII, travestidas de "neo", tornam-se modernas. A filosofia elitista de Nietzsche é vista como libertária. Construção e destruição do socialismo são iguadas no "socialismo real" - falido. Nesta confusão, parafraseando Chacrinha, quem não estuda se trumbica.



ESPECIAL: AS MUDANÇAS DE RUMOS NA ALBÂNIA SOCIALISTA João Amazonas	40
DA GUERRA FRIA À GUERRA QUENTE	3
NEOLIBERALISMO: PROMESSAS E REALIDADE Fernando Pupo	4
RENEGOCIAÇÃO PARA PAGAR ATÉ O "ÚLTIMO CENTAVO" Aldo Arantes	12
POLÍTICA INDUSTRIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO Luís Paulino	22
1 BILHÃO DE PESSOAS VIVE COM MEIO SALÁRIO MÍNIMO Agenor Silva Jr.	30
DEFENDER E DESENVOLVER A TEORIA MARXISTA: EXIGÊNCIA DA ÉPOCA ATUAL João Amazonas	36
FILÓSOFO DE DIREITA, GURU DA ESQUERDA José Carlos Ruy	45
LIBERALISMO E SOCIAL DEMOCRACIA: TEORIA MARXISTA NO SÉCULO XX Luís Fernandes	54
O COMPLEXO PARTO DO GÊNERO HUMANO Ilka Bichara	63
OS CONGRESSOS DA II INTERNACIONAL (1893 e 1896) Edgar Carone	71
RESENHAS	78
CARTAS	82

O P I N I Ã O

Da guerra fria à guerra quente

"Finalmente podemos dormir em paz". De agora em diante os conflitos internacionais serão resolvidos pelo bom senso e o entendimento e não mais pelo recurso à brutalidade. Isto pelo menos foi o que nos garantiram em manchetes escandalosas os grandes meios de comunicação nos últimos tempos. Mas lamentavelmente os fatos se rebelam contra esta propaganda tão bem estudada. Os Estados Unidos, em nome da paz - como sofre esta criatura - despacham para o Golfo Pérsico meio milhão de soldados, armados até os dentes, ocupam a Arábia Saudita, intimidam seus parceiros alemães e franceses, tudo para começar uma guerra de proporções imprevisíveis.

O pretexto para tal cruzada é ensinar ao Iraque boas maneiras e ditar aos árabes as fronteiras mais adequadas à região. Por exemplo, no caso de Israel, as fronteiras melhores são aquelas conquistadas e mantidas pela violência desenfreada, pelo terrorismo e pelo genocídio contra os palestinos - com armas, tecnologia e apoio logístico dos EUA. E as boas maneiras, como no caso do Panamá, na América Central, implica em invasão do país, massacre da população civil, prisão do presidente deste país soberano - agora taxado de traficante de tóxicos mas antes considerado um confiável e competente agente da CIA. Com tal curriculum é que o "mestre" Bush pretende convencer Sadam Hussein a desistir do Kuwait.

Com a guerra fria, tínhamos o sono interrompido por pesadelos de guerra. Mas muitas vezes, no choque entre as potências, abriam-se algumas brechas aproveitadas pelos mais fracos. Agora, a distensão "entre os grandes" faz com que os EUA pratiquem as piores barbaridades, contando com os aplausos da URSS. E esta, por sua vez, passeia seus tanques em Vilna - capital da Lituânia - sob os olhares compassivos do Tio Sam. Em substituição aos sobressaltos da guerra fria, envolvida em promessa de um paraíso de paz, temos a insônia permanente, provocada pelos ruídos das bombas, pelos gritos de dor, pelo matraquear dos fuzis e metralhadoras da guerra quente.

Não se trata de justificar o procedimento usado pelo Iraque para resolver problemas que, de uma forma ou de outra, lhes dizem respeito. Mas de barrar a mão assassina do imperialismo que, com esta invasão, ressuscita a arrogância típica de Hitler, e se outorga o direito de agredir todos os que se colocam como obstáculo para o seu "espaço vital".

As ilusões de uma paz entre "eles" para garantir a "nossa" paz estão escritas nas areias do deserto. O menor vento as apaga.

A segurança dos povos não pode ficar à mercê dos acertos entre os todo-poderosos, mas da derrota dos imperialistas e da fraternidade entre os povos e nações oprimidas. ■

NEOLIBERALISMO: PROMESSAS E REALIDADE

FERNANDO PUPO

Não é só no terreno econômico que o capitalismo volta a idéias do século passado. No terreno político trata de liquidar as conquistas da democracia e de implantar a "nova" onda na base do autoritarismo

"Para alcançar o novo destino do Novo Mundo, todos das Américas e do Caribe devem embarcar em uma empreitada para o próximo século: criar o primeiro hemisfério totalmente democrático da história da humanidade. O primeiro hemisfério devotado ao ideal democrático, para desencadear o poder de povos livres, eleições livres e mercados livres".

(Trecho do discurso de George Bush, presidente dos EUA, em Brasília, em visita ao Congresso Nacional - 03.12.90)

"Os senhores, mais do que ninguém, sabem que a 'mão morta' do controle pelo Estado deve ser retirada para libertar a criatividade dos empreendedores e dos líderes empresariais como os senhores e para estimular a integração comercial entre países".

(Trecho do discurso de Bush aos empresários brasileiros - 03.12.90).

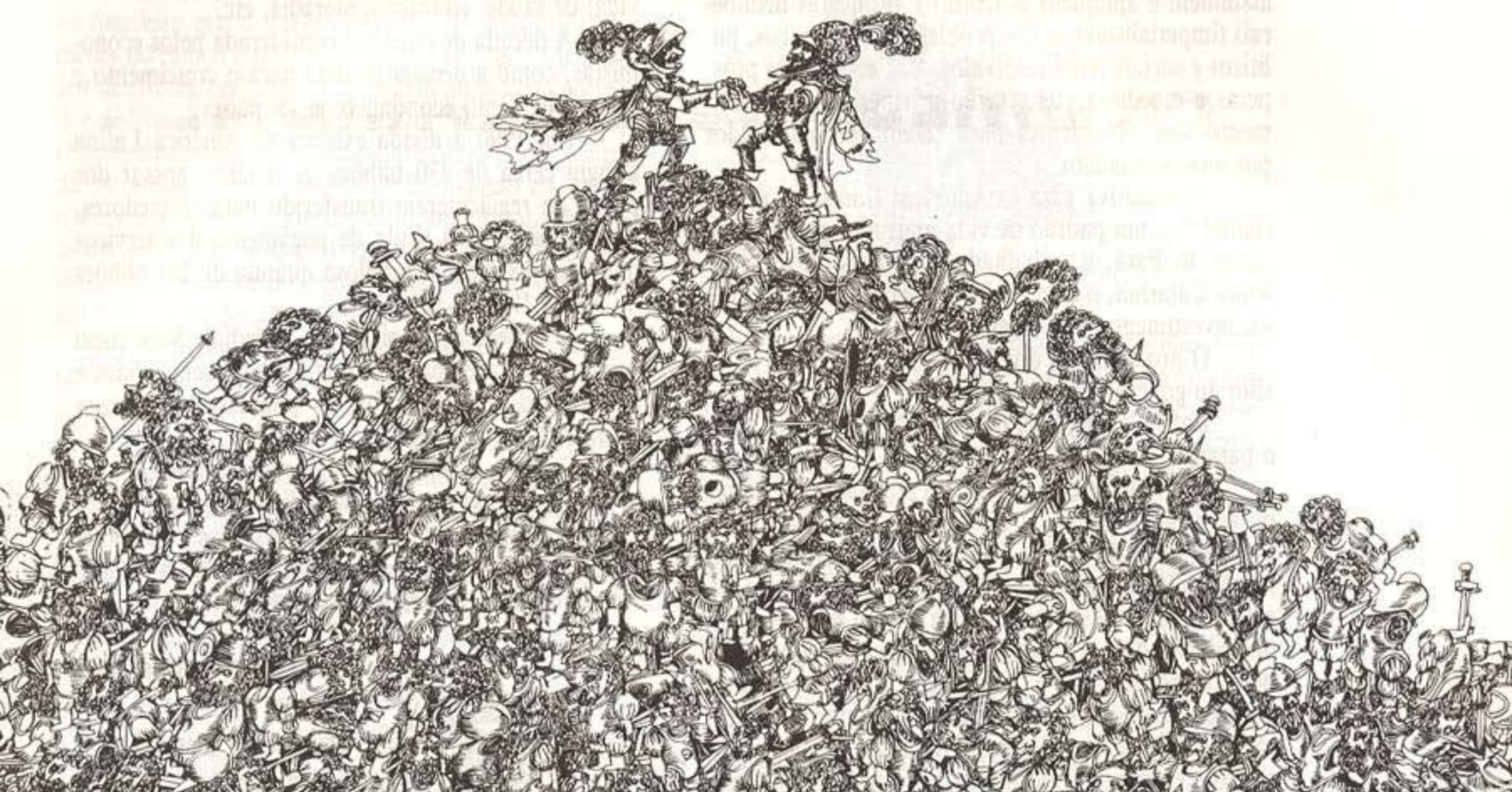
"A fim de promover novos investimentos nas Américas, a mão morta do controle estatal deve ser retirada. Devemos permitir aos empreendedores a flexibilidade de adaptar, criar e produzir. Assim sendo, ao traçarmos um curso para o futuro do Novo Mundo, mantenhamos firmemente em nossas mentes uma inabalável convicção quanto à importância e aos benefícios da livre iniciativa".

(Trecho do discurso de Bush no Congresso Nacional - 03.12.90)

"O discurso de Bush seguiu a linha do meu. Na abordagem sobre a construção do Novo Mundo, estava idêntico. O presidente deve ter lido o meu antes de escrever o dele".

(Ricardo Fiúza, líder do PFL na Câmara comentando o discurso de Bush - Folha de São Paulo - 04.12.90)

Desconsiderando o complexo de inferioridade do deputado Fiúza, um observador menos atento, ao ouvir as palavras de Bush, poderia julgar que estava a assistir uma peça de teatro ou que estava no próprio Parlamento Inglês, em fins do século XVIII e início do século XIX, assistindo junto com a família real e boquiabertos lordes ingleses, uma interessante apresentação de Adam Smith e David Ricardo, sobre as benesses do livre-cambismo, da eficiência da "mão invisível" do mercado para o funcionamento da economia, da importância da iniciativa individual e dos malefícios da "exagerada" intervenção do Estado na economia. Tudo isso, é lógico, em defesa do nascente capitalismo inglês e dos objetivos expansionistas do império britânico!



Foi dessa maneira, convencidos pelos ideais liberais da lei das vantagens comparativas de Ricardo, que Portugal e Espanha continuaram produzindo vinho amassado com os pés, buscando manter a ferro e fogo seu comércio e lucros coloniais, enquanto a Inglaterra realizava sua Revolução Industrial, desenvolvia seu capitalismo e conquistava o mundo com seus produtos industrializados.

Alemanha, França e EUA não entraram na onda do liberalismo inglês. Fecharam suas fronteiras a muitos produtos ingleses, protegeram seus mercados e indústrias, constituíram e fortaleceram seu Estado protecionista e antes do final do século XIX eram potências capitalistas rivais à Inglaterra na arena mundial.

Mas o nosso menos atento observador também não tem razão, embora tenha mais noção do que ocorre comparado com o medíocre Fiúza.

Bush não sonha com o liberalismo inglês de dois séculos atrás. É um homem preocupado em salvar o capitalismo da crise em sua fase imperialista, atual. Fala não ao parlamento inglês no século XVIII, mas ao Congresso brasileiro em 1990.

É um neoliberal na ânsia desesperada de salvar ou pelo menos minimizar a decadência da maior e mais agressiva nefasta potência imperialista de nossa época, os EUA, da qual é o presidente.

Foi justa a posição de repúdio tomada pelo

PCdoB e outros partidos de esquerda em retirar suas bancadas do Congresso no momento do discurso de Bush.

A cantilena neoliberal imperialista encontra eco nos setores reacionários em nosso país. De Collor a políticos e empresários de vários matizes. Até em partidos de centro-esquerda e intelectuais progressistas, por incrível que pareça.



A crise do capital conduz à contra-revolução sob o lema do "neo"liberalismo

“Disse Hegel, em algum lugar, que todos os grandes fatos e personagens da História se reproduzem, por assim dizer, duas vezes. Mas esqueceu-se de acrescentar: uma vez como tragédia e outra como farsa.”

(Karl Marx - 18 Brumário de Luiz Bonaparte)

É isso. O neoliberalismo imperialista, do qual Bush é um poderoso mas não único porta-voz, é uma farsa.

Ao falar em: mercados livres associando-os a eleições livres e povos livres ; em que a “mão morta”

do controle do Estado deve ser retirada (da economia); ao proclamar a inabalável convicção na importância e benefícios da livre iniciativa, hipocritamente diz:

Classes dominantes do Brasil e das Américas, assimilem e apliquem as teorias e propostas neoliberais (imperialistas) que os problemas econômicos, políticos e sociais serão resolvidos, "... economias prósperas e moedas fortes, trarão prosperidade e crescimento sem precedentes para serem compartilhados por nossos cidadãos.

A iniciativa para as Américas florescerá propiciando "... um padrão de vida mais alto para o agricultor do Pará, o trabalhador da indústria têxtil de Santa Catarina, o engenheiro de São Paulo, (...) nossos investimentos na América".

O problema da dívida será resolvido com o auxílio do governo americano!

Enfim, o neoliberalismo será o caminho para o paraíso!!

O problema central que está por trás dessas pomposas e falsas idéias de Bush é que, depois de mais de duas décadas (1945-71) de crescimento aparentemente sólido e sustentado sob a hegemonia dos EUA, o sistema capitalista-imperialista entrou num período de redução de suas taxas de crescimento econômico, de recessão, inflação e desemprego crescente e queda da produtividade, em particular na produção de certos setores industriais, apesar dos grandes avanços científicos e tecnológicos alcançados pelos países mais avançados.

Ao lado dessa situação assiste-se a uma progressiva perda do poderio econômico-financeiro dos EUA frente a seus dois principais rivais imperialistas do pós-guerra: Japão e Alemanha. A hegemonia absoluta dos EUA está em declínio acelerado.

A crise do dólar que se arrasta desde 1968 põe em xeque a estabilidade da moeda americana e, por consequência, todo o sistema monetário internacional. Isto acarreta graves transtornos para as finanças, o comércio e as demais transações internacionais, em particular, para os países dependentes e espoliados pelo imperialismo.

A essência da crise é uma forte redução do processo de acumulação do capital a nível global nos países centrais: o bolo não cresce e suas fatias são mais disputadas pelos países imperialistas (acirram-se as contradições inter-imperialistas).

Basta verificar, no artigo de Umberto Martins (Revista Princípios n.º 19) que o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) nos países desenvolvidos tem caído sistematicamente nas últimas décadas: de 5% entre 1960-70 (média) para 2,3% entre 1980-90. Caiu para menos da metade!

Essa é a face da crise nos países "ricos", imperialistas.

A outra face da crise surge com toda sua força, brutalidade e crueldade nos países "pobres", explorados. Países da América Latina e Central, da África, Orien-

te Médio e Ásia que, em sua maioria, acumularam uma brutal dívida externa, recessão, hiperinflação e desemprego em massa. Problemas que trazem na sua esteira fome, miséria, rebaixamento das condições de vida, de saúde, educação, moradia, etc.

A década de oitenta é considerada pelos economistas, como a década perdida para o crescimento e desenvolvimento econômico nesses países.

Em 1990 a dívida externa da América Latina atingiu cerca de 430 bilhões de dólares, apesar dos países da região terem transferido para os credores, de 1982 a 1989, a título de pagamento dos serviços da dívida externa, a fabulosa quantia de 203 bilhões de dólares!!!

A crise é do capitalismo mundial. Mas quem paga são os trabalhadores dos países desenvolvidos e os trabalhadores e as massas populares dos países "pobres" e explorados.

Embora estejam intimamente correlacionados a crise atual do sistema capitalista-imperialista e o neoliberalismo, deixemos as cifras, que podem ser encontradas em muitos lugares, e voltemos às idéias. Ao combate das idéias reacionárias.



Em cada época as crises colocam desafios teóricos e práticos urgentes

Por que ressurgem certas idéias liberais semelhantes às idéias de Adam Smith e Ricardo de dois séculos atrás?

Em que situação e com que roupagem neoliberal se apresentam como "modernas", "revolucionárias" e "progressistas"?

Pode-se afirmar que a prolongada e profunda crise atual do capitalismo é a sua segunda grande crise. E cada grande crise, em qualquer época, coloca desafios teóricos, políticos e práticos que precisam ser resolvidos para permitir à sociedade optar por um novo caminho frente a encruzilhada em que se encontra.

A primeira grande crise do capitalismo monopolista, após a Primeira Guerra Mundial, foi a de 1929, que continuou no início dos anos 30 e resultou na Segunda Guerra Mundial de 1939-45.

A crise da Primeira Grande Guerra, "solucionada" à base militar, havia deixado uma grande "seqüela" ao mundo capitalista: o advento da Revolução Bolchevique e a transformação da Rússia num Estado proletário, anti-capitalista, a construção de um novo regime econômico, social e político adverso ao capitalismo: o socialismo.

Os senhores capitalistas aprenderam e tiraram lições desse fato.

Na grande crise capitalista de 1929 e anos trinta,

a “solução capitalista” não foi de imediato a guerra, que só ocorreu alguns anos mais tarde.

A saída para a oligarquia financeira (o capital financeiro) foi, compreendendo a nova fase do desenvolvimento capitalista, agora monopolista, enterrar nos terrenos econômico e político as velhas concepções liberais (dos clássicos e neoclássicos) a respeito da livre concorrência, da não-intervenção do Estado na economia, nas questões sociais, etc.

Foram os trabalhos teóricos de Keynes e outros autores que constituíram a base das novas concepções burguesas sobre o papel do Estado, visando minimizar ou “superar” a crise capitalista e suas conseqüências, e retomar o crescimento econômico.

As soluções políticas foram diversificadas. O New Deal nos EUA e o nacional-socialismo na Alemanha são os casos extremos: democracia burguesa e ditadura nazista aberta. Mas a intervenção do Estado foi fundamental para retomar o desenvolvimento capitalista.

Foi o que os economistas chamam de “paradigma keynesiano” que fundamentou a intervenção do Estado a serviço da acumulação do capital durante todo esse período, mesmo no pós Segunda Guerra, até a crise atual.

Foi no pós-guerra que a “prosperidade” de duas décadas do capitalismo propiciou a consolidação da hegemonia americana, o ressurgimento do Japão e Alemanha como potências mundiais, a construção do Estado do Bem Estar Social (Welfare State) nos EUA e na Europa.

Foi o reinado da social democracia a base objetiva, ao lado do revisionismo reformista dos PCs europeus pós XX Congresso do PCUS, que amorteceram a luta revolucionária do proletariado europeu nessas décadas.

Foram os anos dourados do capitalismo. Para os capitalistas, é lógico!



A nova onda logo surge como a salvação para a burguesia em todo o mundo

É exatamente diante da ineficiência das políticas econômicas de perfil keynesiano e da intervenção do Estado para enfrentar e tentar debelar essa 2ª grande crise do capitalismo monopolista que se abriu, há mais de uma década, um enorme espaço para o ressurgimento das ultrapassadas concepções liberais (agora neoliberais) e “sofisticadas” propostas para superar a atual crise do imperialismo. A lenta, firme e trágica derrocada do socialismo revisionista também deu e dá sua contribuição.

É uma autêntica contra-revolução teórica, polí-

tica e ideológica. É o que existe de mais reacionário da produção intelectual burguesa imperialista! Surge como proposta de uma mudança para tudo continuar como está: manter a exploração sobre os trabalhadores e os povos do mundo em benefício da oligarquia financeira internacional.

Na década de 30, as idéias de Keynes enterraram as teorias clássicas e neoclássicas da não-intervenção do Estado e da auto-regulação do mercado, a “mão invisível” de Adam Smith.

Atualmente, ante a impotência do keynesianismo para debelar a crise imperialista, o neoliberalismo surge como “moderna” terapia, adequada para superar a crise e enterrar as idéias de Keynes.

Seu objetivo: salvar o capitalismo, girar a roda da História para trás e recuperar os postulados do liberalismo clássico.

A contra-revolução neoliberal ataca em todos os terrenos.

Na teoria econômica aparece o monetarismo de Milton Friedman cuja essência é que para combater a inflação e estabilizar a economia é necessário controlar a oferta monetária, ou seja, a inflação e a instabilidade são frutos do excesso de dinheiro em circulação (antiga Lei de Say). No terreno econômico surge também o monetarismo bastardo da economia da oferta que afirma que o Estado transformou-se num leviatã (monstro) e é a causa de todos os males econômicos. Para essa corrente, é o déficit fiscal que provoca a inflação, a elevada carga fiscal ao lado do excesso de regulamentações sobre o mercado, sobre o meio ambiente, retira ou limita os lucros das empresas, impedindo-as de investir em inovações, de aumentar a produtividade, gerando a estagnação econômica.

Portanto, é necessário acabar com a intervenção do Estado na economia e na sociedade e voltar ao clássico e liberal equilíbrio econômico natural, à “mão-invisível”.

Foram essas as bases teóricas para as políticas econômicas de Reagan nos EUA (reaganomia) e de Thatcher na Inglaterra (thatcherismo). Voltaremos a esse assunto mais a frente.

Mas o neoliberalismo não fica por aí.

No terreno político, desencadeou o movimento “científico” conhecido como *public choice* (escolha pública). Procura estender os métodos econômicos ao estudo e análise política, em particular, medir a eficiência ou não das ações do Estado de acordo com critérios da microeconomia de mercado. E conclui que o Estado arrecada mais do que devolve à sociedade, que apresenta imperfeições e portanto que o Estado não deve intervir para resolver problemas sociais, pois, o mercado resolve melhor.

A previdência social, por exemplo, deve ser privatizada.

Nas esferas do social e do jurídico o neoliberalismo desenvolveu as teorias do capital humano e do

movimento dos direitos de propriedade, acrescentasse, propriedade privada. Procura desenvolver uma nova sociologia com base no indivíduo e demonstrar a necessidade e a importância da propriedade privada para a sociedade em geral. Todos se beneficiam com a propriedade privada!?

Enfim, a contra-revolução neoliberal é um conjunto de concepções econômicas, sociais, políticas e práticas. E, nesse sentido geral, é uma ideologia que se constitui numa verdadeira subversão reacionária e conservadora. Tem como objetivo salvar o capitalismo da crise a qualquer custo. Ao custo de eliminar todos os direitos econômicos, políticos e sociais que os trabalhadores e outras camadas sociais conquistaram com décadas de luta, reformista ou não. Ao custo de transformar o Estado num órgão exclusivamente garantidor da ordem e das regras da livre competição capitalista, da acumulação do capital, da lei do mais forte.

Estado que não hesitará em recorrer à repressão econômica, política e militar contra os países e os trabalhadores que não se conformarem com suas perdas na nova ordem competitiva nacional e internacional.

Se para isso for necessário suprimir as liberdades democráticas e transferir o "fascismo de mercado" ao Estado fascista isto será feito.

Por "coincidência" todos os "papas" do neoliberalismo como Milton Friedman, Gary Becker, Ronald Case, James Buchaman, Gordon Tullock são da Escola de Chicago, assim como centenas de seus discípulos pelo mundo ali foram formados: os Chicago's Boys.

Como Thatcher e Reagan aplicaram as receitas milagrosas na Inglaterra e EUA



Foi a força da onda neoliberal ao fim dos anos 70, que conduziu Reagan à presidência da república dos EUA e Thatcher à condição de primeira-ministra da Inglaterra.

Para os neoliberais a crise da economia americana - estagnação e baixa produtividade - tinha como causa fundamental o fato do Estado americano ter se transformado num monstro que se mantinha através de altos e excessivos impostos; gastava muito, de forma ineficiente e improdutivo; interferia demais na economia através da regulamentação da produção, do comércio, o que impedia o livre desenvolvimento das empresas.

Impunha-se então:

a) reduzir as "elevadas" taxas de impostos, principalmente sobre os ricos (pessoas e empresas que têm condições de poupar e investir), restringindo assim o Estado arrecadador ;

b) cortar os gastos sociais, isto é, eliminar o Estado do Bem Estar Social porque esses gastos são ineficientes e improdutivo;

c) eliminar todos os controles e regulamentações sobre o mercado, ou seja, acabar com o Estado regulador.

O programa de Reagan apresentava exatamente quatro pontos para recuperar a economia:

1) redução do crescimento dos gastos públicos com exceção dos gastos com a defesa. Estes deveriam aumentar 60% em três anos;

2) durante três anos, reduzir em 10% ao ano as alíquotas fiscais e reduzir o período de depreciação de instalações, maquinaria, veículos e ferramentas. Isto é, apressou a reposição do capital fixo investido pelas empresas;

3) reforma da política de regulamentação a fim de eliminar os regulamentos desnecessários e reduzir os gravames impostos (obrigações) à empresa privada, aos governos estaduais e municipais;

4) adotar uma política monetária que não permita o incremento da moeda em ritmo mais acelerado que o de bens e serviços (política de contração monetária).

Era a volta do liberalismo econômico do "laissez-faire" e "laissez-passer" clássico.

A reaganomia levou a economia americana entre 1979-82 à maior recessão de sua história recente com o desemprego atingindo a cifra recorde de 10%, cerca de 10 milhões de desempregados.

De imediato, pelo seu peso econômico, levou a recessão para o resto da economia mundial durante esse período e até fins de 1984.

Com a política monetarista do dólar forte e de elevação da taxa de juros, comandada por Paul Volcker, presidente do FED (Banco Central dos EUA) as taxas de juros mundiais chegaram a 20%, aprofundando e agravando a situação financeira dos países dependentes, elevando drástica, brutal e artificialmente sua dívida externa e levando-os, na prática, ao colapso financeiro em 1982 e que permanece até hoje.

A continuidade da política neoliberal de Reagan em seu segundo mandato, em vez da recuperação, levou os EUA, na década de 80, a acumular déficits recordes em sua Balança Comercial, Déficit Público e Balanço de Pagamentos. Ou seja, percorre o caminho do desastre de sua hegemonia. (ver artigo de Umberto Martins já citado).

Na Inglaterra, o thatcherismo conduziu o país à maior depressão desde os anos 30 e, em fins de 1985, o desemprego atingiu mais de 3,2 milhões de trabalhadores.

Com onze anos de Era Thatcher, encerrada com sua renúncia em novembro, a Inglaterra curte uma ressaca neoliberal de não causar inveja a ninguém.

Após privatizar a maioria das empresas estatais inclusive as de abastecimento de água e energia elétrica; arrebentar com os sistemas de educação e saúde

públicos; reprimir e perseguir os trabalhadores para retirar benefícios conquistados e limitar as liberdades de organização e manifestação sindical; Thatcher reduziu as taxas do imposto de renda para os ricos e aumentou os impostos para os pobres, cujo cúmulo foi a imposição da "pool tax". A herança da Madame de Ferro é trágica.

A Grã-Bretanha é um caso exemplar de um país rico e imperialista que sofreu um retrocesso industrial, acumulou déficits em Balança Comercial e de Pagamentos (tal qual os EUA), a inflação atinge quase 11% ao ano e o desemprego atinge 1,8 milhões de trabalhadores. (ver artigo de José Carlos Ruy - Classe Operária n.º 55)

A América Latina entra na dança com o FMI, Pinochet, ditaduras & Cia



Nas principais economias latino-americanas, nos últimos 60 anos mas principalmente no período pós-guerra, o Estado com suas políticas intervencionistas foi um importante fator para o desenvolvimento do capitalismo, embora retardatário e dependente.

A industrialização de países como Brasil, Argentina, México e outros, na substituição de importações, via constituição de empresas estatais em setores estratégicos como siderurgia, energia elétrica, petróleo, etc, em diferentes lugares e momentos, teve a decisiva participação do Estado ora com investimentos diretos, ora limitando e restringindo a ação do capital estrangeiro e até mesmo financiando as empresas privadas nacionais no desenvolvimento desses setores.

Por outro lado, os estados nacionais sempre arcam com os elevados investimentos nos setores de infra-estrutura econômica e social, como transportes, comunicações, saúde, educação, moradia, urbanização, etc.

Até mesmo no combate pela minimização da pobreza e da injusta distribuição da renda nacional, na garantia de certas conquistas dos trabalhadores, o Estado teve que intervir.

Assim o Estado na América Latina tem sido um Estado intervencionista e via de regra um promotor e defensor do sistema capitalista para garantir o processo de acumulação de capital. Frequentemente as classes dominantes têm utilizado o Estado para impor seus interesses de classe frente aos trabalhadores e às oprimidas massas populares.

Prova disto são os incontáveis períodos de ditadura civil ou militar que os povos latino-americanos têm enfrentado.

Porém, esse Estado intervencionista e com pálidas nuances nacionalistas não serve mais aos interesses do imperialismo em crise.

O beneplácito, a simples convivência ou "alianças" das burguesias nacionais com os interesses e objetivos do imperialismo são insuficientes. Este exige agora a rendição total dessas burguesias ao projeto neoliberal imperialista.

O neoliberalismo exige a volta do "laissez-faire" ou livre mercado, o fim do Estado intervencionista e o livre comércio internacional que subordine e integre no mercado mundial as economias da região.

Desde o início da década de 70, com a instauração de regimes militares tal como no Chile em 1973, Uruguai em 1974 e Argentina em 1976, criou-se uma conjuntura favorável às experiências neoliberais.

Na América Latina o neoliberalismo, a ditadura militar e o fascismo têm caminhado de mãos dadas desde a década de 70.

Mesmo em governos civis como no México e as recentes vitórias conservadoras, via eleições, de Fujimori no Perú, Menem na Argentina, Collor no Brasil têm se constituído em vitórias do neoliberalismo, na medida em que, todos esses governos, sob orientação do FMI, têm implementado políticas econômicas neoliberais a pretexto de enfrentar a crise geral que se abate sobre esses países. Nem o social-democrata Carlos Andrés Peres na Venezuela e o democrata-cristão chileno Patricio Aylwin deixam de levar à frente as medidas neoliberais.

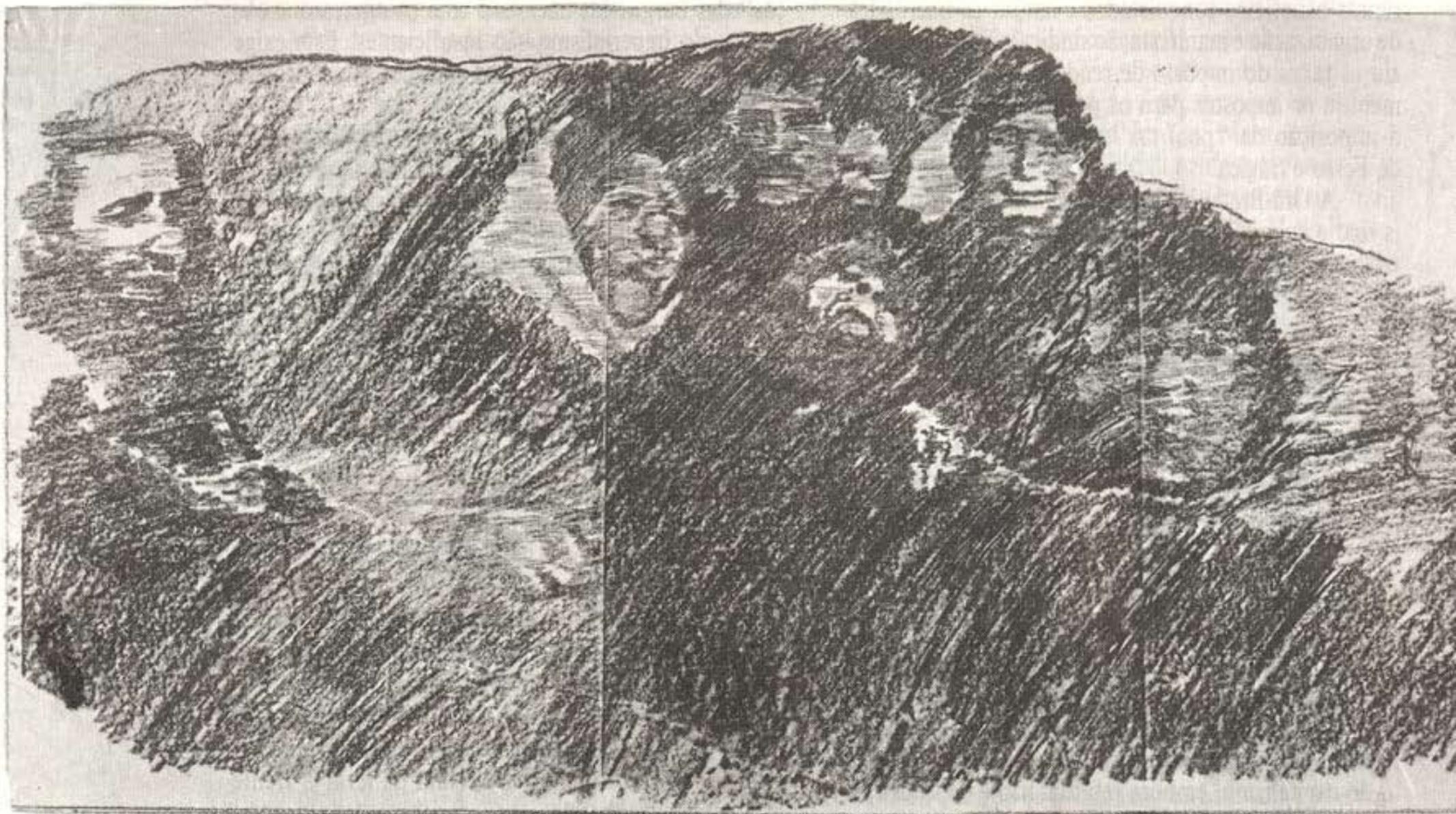
Aliás, com o agravamento da crise do capitalismo dependente nos países do chamado Terceiro Mundo, principalmente após a erupção da crise da dívida externa a partir de 1982, o FMI, o BIRD e outros organismos internacionais têm adotado oficialmente e se transformado em instrumentos fundamentais para que as concepções e políticas neoliberais sejam aplicadas pelos governos desses países.

Para conceder sua suposta "ajuda", o FMI, o BIRD, etc, exigem e impõem um pacote de medidas com o seguinte conteúdo básico:

- 1) redução dos gastos do Estado, do Déficit Público e contração da demanda agregada (recessão);
- 2) políticas de liberalização dos mercados, das taxas de juros, do mercado cambial, dos preços internos (subsídios e preços máximos), mais o controle (archo) dos salários;
- 3) políticas de liberalização do comércio exterior, rebaixando as tarifas e obstáculos não-alfandegários sobre as importações;
- 4) a eliminação do Estado como agente econômico (privatizações, etc.).

Portanto, o neoliberalismo tornou-se uma política oficial do imperialismo e aplicável a qualquer custo, em todos os países dependentes e subordinados ao FMI, etc.

Em países como os EUA e Inglaterra o neoliberalismo não debelou a crise capitalista, pelo contrário, levou ao agravamento da mesma, intensificando a fre-



qüência de períodos de recessão, perda de competitividade dessas economias, inflação e desemprego com taxas crescentes e fundamentalmente com a perda acentuada dos direitos sociais e redução dos salários reais dos trabalhadores. Na Europa continental, o desmantelamento do Welfare State, à custa dos trabalhadores, tem sido a tônica.

**O que foi prometido
choca-se
frontalmente com
o que ocorre
na vida prática**



Se nos países imperialistas são estas as consequências, nos países dependentes e espoliados pelo imperialismo, em especial na América Latina, os resultados das experiências neoliberais têm sido trágicas e comprometem profundamente o seu futuro. Nenhum problema estrutural que estrangula o desenvolvimento econômico e social foi enfrentado e resolvido.

O Chile de Pinochet é um caso exemplar. Desde o golpe militar de 1973, o “modelo” neoliberal vem sendo aplicado pelos Chicago’s Boys chilenos e sob supervisão direta do FMI, de Milton Friedman, que ali esteve várias vezes para ver “in loco” os resultados. Foram privatizadas mais de 200 empresas públicas; deu-se marcha-a-ré na Reforma Agrária do Governo Allende devolvendo-se as terras aos latifun-

diários e grandes fazendeiros; abriram-se as fronteiras ao comércio exterior com tarifa única de 10% sobre as importações e, via internacionalização do setor financeiro, desnacionalizou-se a rede bancária.

Ao lado dessas medidas, em 1979 os gastos públicos eram ainda 12% mais baixos que em 1973. Essa redução foi realizada com a retração dos investimentos estatais e principalmente com a demissão de 25% dos servidores públicos: 100 mil funcionários no período.

Somente a feroz repressão do governo Pinochet é que “permitiu” a implantação do “modelo” neoliberal. Segundo órgãos internacionais, durante e após o golpe 400.000 chilenos tiveram morte violenta, 200.000 prisões e 1 milhão deixaram o país como exilados.

Após a crise da dívida externa em 1982, em um ano a produção chilena caiu 14% e o desemprego chegou à astronômica cifra de 35% da população economicamente ativa.

Quase 20 anos de neoliberalismo, se por um lado obteve certos resultados no controle da inflação, embora sempre com ameaças de retomada e, durante alguns anos, uma certa recuperação das taxas de crescimento do PIB, o Chile hoje ainda vive em crise.

O país sofreu um retrocesso industrial, a concentração da propriedade e da renda é profunda, os salários reais são mais baixos que em 1973, o desemprego continua alto e 40% dos chilenos vivem abaixo da chamada “linha de pobreza”, isto é, na miséria.

Apesar de tudo isso, os mentores do neoliberalismo consideram que a experiência chilena foi um grande êxito!?!
O remédio neoliberal em vez de curar a infecção leva o doente à morte.

A Argentina é outro exemplo importante. Ao lado do Brasil e do México, era um dos países mais industrializados do continente.

A aplicação da ortodoxia econômica monetarista e neoliberal durante os anos 70 e 80 levou o país à recessão permanente, à falência de milhares de pequenas e médias empresas, à queda dos investimentos públicos e privados, à hiperinflação, desemprego, etc. Atualmente, é um país desindustrializado. Em 1981 a produtividade industrial era semelhante a de 1970 (absoluta estagnação econômica) e voltou a ser uma economia exportadora de produtos primários, tal qual nas décadas de 30 e 40 quando tomou fôlego o processo de industrialização. Recentemente, o presidente Menem privatizou a estatal petrolífera. Quer dizer, o desastre continua e o povo argentino, pauperizado, é que paga o custo da aventura.

México, Perú, Uruguai, Bolívia e outros países latino-americanos seguem pela mesma trilha.



Uma estratégia para tratar os problemas do capitalismo contra a liberdade

A imposição de quase duas décadas do neoliberalismo na América Latina merece algumas reflexões e conclusões:

1) O neoliberalismo tem sido uma estratégia do imperialismo, em particular norte-americano, não para resolver os problemas econômicos e sociais da região, mas sim, para resolver a crise do sistema capitalista-imperialista mundial através de uma nova divisão internacional do trabalho e uma "nova" forma de subordinação e integração dos países da América Latina. Aprofundar a dependência, o atraso relativo e a espoliação para permitir a retomada em outro patamar do processo de acumulação do capital financeiro internacional.

2) Ao contrário do que pregam Milton Friedman e seus seguidores que afirmam uma estreita relação entre liberdade econômica e liberdade política, o neoliberalismo, para alcançar seus falsos êxitos, tem se mostrado incompatível com regimes democráticos. Mesmo com a falaciosa e limitada democracia burguesa. Sua completa implantação econômica, social e política, tem sido feita por regimes autoritários, anti-democráticos e anti-nacionais, quando não pela ditadura militar aberta. Nesse sentido, as recentes conquistas democráticas em vários países após anos de regime militar, correm o risco de um efetivo retrocesso.

3) Ao querer eliminar a intervenção econômica e social do Estado, privatizar as empresas estatais, reduzir seus já reduzidos gastos sociais, "construir" o livre mercado nacional e internacional, o neoliberalismo procura, em certa medida, subtrair um importante e histórico instrumento estratégico que impulsionou o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico em alguns países latino-americanos.

4) As conseqüências do neoliberalismo têm sido trágicas: Continuidade e expansão da dívida externa, a desindustrialização, estagflação e concentração da propriedade e da renda e o decorrente aumento do desemprego, da miséria do sofrimento dos trabalhadores e do povo em geral. É o caminho contrário não só à democracia mas também ao progresso e desenvolvimento real e amplo das forças produtivas sociais de forma duradoura e democrática.

5) Por ser uma corrente ideológica que se apresenta como moderna, nova e revolucionária, o neoliberalismo precisa ser desmascarado em todos os terrenos. Teórica, política e praticamente. Sua derrota implica um profundo esforço das forças revolucionárias, democráticas e progressistas. Implica no esclarecimento, unidade e mobilização das massas interessadas no real progresso econômico, social e político. Na continuidade da construção de um caminho alternativo que resgate a liberdade e a soberania dos países e dos povos do continente.

Finalmente embora não seja objeto desse artigo, nós brasileiros estamos assistindo a mais recente experiência neoliberal na América Latina: o governo e o plano Collor em pleno andamento.

Em 10 meses de neoliberalismo tupiniquim suas conseqüências já se abatem com extrema violência sobre os trabalhadores, os descamisados e até sobre setores empresariais do nosso País. Isto sem conquistar um único "êxito" até agora. É urgente impor-lhe uma derrota. ■

BIBLIOGRAFIA

VILLARREAL, René. *A contra-revolução monetarista*. Editora Record, 1984.

FOXLEY, Alejandro. *Experimentos neoliberais en América Latina*. Estudios Cieplan, Chile, 1982.

MARTINS, Umberto. *Lógica do Capital leva ao parasitismo*, in Revista *Princípios*, nº 19, novembro, 1990.

RUY, José Carlos. in *A Classe Operária*. nº 55.

TAVARES, Maria da Conceição. in *Jornal do Brasil*, 02/12/90.

FERNANDO PUPO, Doutorando em Economia do Setor Público Instituto de Economia da UNICAMP.

RENEGOCIAÇÃO PARA PAGAR ATÉ O "ÚLTIMO CENTAVO"

ALDO ARANTES

A proposta do governo Collor sobre a dívida externa é aparentemente avançada.

Mas é roupa nova para a velha subserviência aos grupos internacionais. Quer saldar até o fim uma dívida provadamente ilegítima.

O governo anunciou, em meados de setembro de 90, sua proposta de negociação da dívida externa. Procurou transmitir à opinião pública a falsa idéia de que ela representaria o caminho de uma negociação soberana. Mais do que depressa, setores da oposição sucumbiram ao canto da se-reia e anunciaram o seu apoio à proposta governamental. Todavia, a proposta do governo, longe de representar os interesses nacionais, atende aos interesses dos banqueiros estrangeiros.

A ministra Zélia Cardoso esteve na Comissão de Renegociação da Dívida Externa no Senado, em outubro de 90, para expor a proposta brasileira de negociação da dívida. Ela apresentou o cerne da posição do governo, ao afirmar que a proposta "não contempla a redução da dívida, não pede a redução da dívida", e que "o Brasil está pronto a pagar a dívida na sua integralidade". Na mesma oportunidade, falou o negociador da dívida, Embaixador Jório Dauter, que ressaltou a mesma questão, ao afirmar que "o Brasil não foi chorosamente

pedir uma redução substancial dessa dívida" mas sim dizer que o credor que confiasse no Brasil e se dispusesse a ser seu sócio no crescimento, iria "receber até o seu último centavo". Ora, não se trata de chorosamente pedir a redução da dívida. Trata-se de não reconhecer a legitimidade de uma dívida, fruto de imposições unilaterais dos banqueiros internacionais. Mas sobre o caráter da dívida externa brasileira discorreremos adiante.

A Ministra da Economia afirmou que "em nenhuma das propostas trabalhamos com juro flutuante. Em todas as propostas trabalhamos com juro

5.473

1970

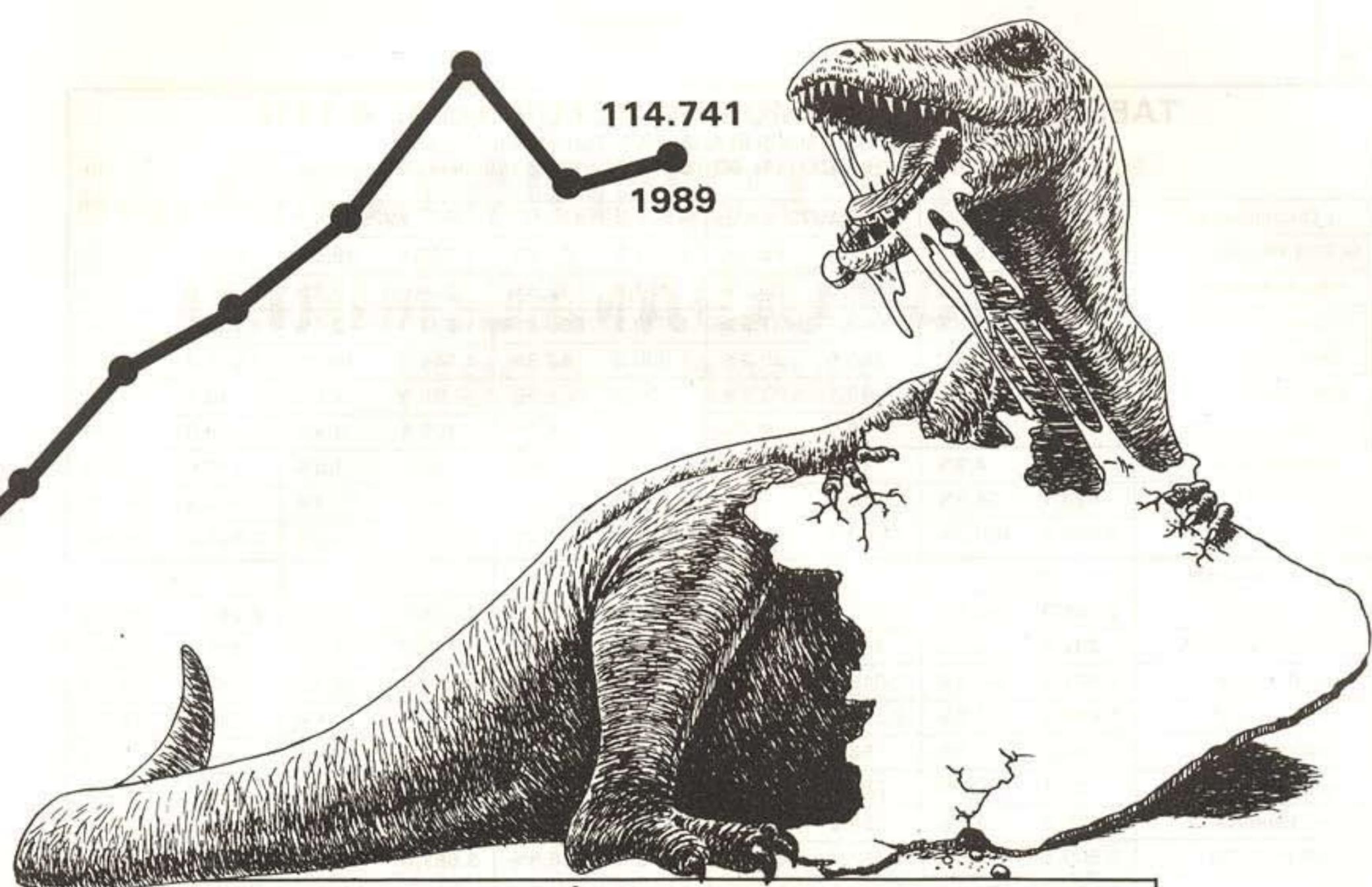


TABELA 1 - DÍVIDA EXTERNA
 ALGUNS INDICADORES (em US\$ milhões correntes)

ANO	BALANÇA COMERCIAL		SALDO COMERCIAL	DÍVIDA EXTERNA	SERVIÇO (DÍV. EXT.)	RESERVAS
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES				
1970	2.739	2.507	232	5.473	906	1.187
1971	2.904	3.245	-341	6.952	1.152	1.723
1972	3.991	4.235	-244	10.051	1.561	4.183
1973	6.199	6.192	7	13.760	2.187	6.416
1974	7.951	12.641	-4.690	18.512	2.573	5.269
1975	8.670	12.210	-3.540	25.115	3.670	4.040
1976	10.128	12.383	-2.255	32.145	4.796	6.544
1977	12.120	12.023	97	37.951	6.164	7.256
1978	12.659	13.683	-1.024	52.187	8.020	11.895
1979	15.244	17.961	-2.717	55.803	10.570	9.689
1980	20.132	12.955	7.177	64.244	11.321	6.913
1981	23.680	22.086	1.594	73.963	15.403	7.507
1982	20.213	19.396	817	85.364	18.305	3.944
1983	21.900	15.428	6.472	93.556	16.418	4.563
1984	27.005	13.937	13.068	102.039	16.671	11.995
1985	25.638	13.168	12.470	105.125	18.151	11.608
1986	22.393	12.866	9.527	111.045	20.874	6.760
1987	26.224	15.052	11.172	121.174	20.816	7.458
1988	33.789	14.605	19.089	113.469	24.749	9.140
1989	34.392	18.281	16.111	114.741	(*)	9.679

(*) Relatório do Banco Central - 1989. Exclui dos serviços da dívida as amortizações refinanciadas, alterando seu montante real.
 Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim Mensal, vários números.

TABELA 2 - EMPRÉSTIMOS EM MOEDA (Lei n.º 4.131)

CAPTAÇÕES BRUTAS ANUAIS REALIZADAS PELO SETOR PRIVADO,
SEGUNDO A PROPRIEDADE DO CAPITAL DO TOMADOR - 1972-1981 (em US\$ milhões)

Discriminação	1972		1973		1974		1975		1976	
SETOR PRIVADO	1.874,4	75,1%	1.718,3	60,3%	2.011,5	64,7%	1.872,1	49,6%	1.872,7	48,9%
Privado Nacional*	680,6	27,3%	655,6	23,0%	431,8	13,9%	234,8	6,2%	139,5	3,6%
Privado Externo*	1.193,8	47,8%	1.062,7	37,3%	1.579,7	50,8%	1.637,3	43,4%	1.733,2	45,3%
Internacionais*	1.004,0	40,2%	860,5	30,2%	1.330,9	42,8%	1.384,7	36,7%	1.511,3	39,5%
Estrangeiras*	47,5	1,9%	68,4	2,4%	121,3	3,9%	75,5	2,0%	49,7	1,3%
Conglomerados*	37,5	1,5%	19,8	0,7%	52,9	1,7%	109,4	2,9%	53,6	1,4%
Joint-Ventures*	104,8	4,2%	114,0	4,0%	74,6	2,4%	67,7	1,8%	118,6	3,1%
SETOR PÚBLICO	623,1	24,9%	1.130,9	39,7	1.098,0	35,3%	1.900,9	50,4%	1.953,3	51,1%
TOTAL	2.497,5	100,0%	2.849,2	100,0%	3.109,5	100,0%	3.773,0	100,0%	3.826,0	100,0%
Discriminação	1977		1978		1979		1980		1981	
SETOR PRIVADO	2.356,9	48,5%	3.511,5	39,8%	2.007,4	23,2%	1.124,1	23,4%	2.311,1	30,4%
Privado Nacional*	292,6	6,0%	465,5	5,3%	554,1	6,4%	176,2	3,7%	427,7	5,6%
Privado Externo*	2.064,3	42,5%	3.046,0	34,5%	1.453,3	16,8%	947,9	19,7%	1.883,4	24,8%
Internacionais*	1.695,2	34,9%	2.357,3	26,7%	1.228,3	14,2%	500,4	10,4%	1.459,9	19,2%
Estrangeiras*	63,1	1,3%	53,0	0,6%	8,7	0,1%	43,3	0,9%	61,3	0,8%
Conglomerados*	97,1	2,0%	282,5	3,2%	138,4	1,6%	120,3	2,5%	164,1	2,2%
Joint-Ventures*	208,9	4,3%	353,2	4,0%	77,9	0,9%	283,9	5,9%	198,1	2,6%
SETOR PÚBLICO	2.500,5	51,5%	5.317,4	60,2%	6.642,9	76,8%	3.687,0	76,6%	5.285,5	69,6%
TOTAL	4.857,4	100,0%	8.828,9	100,0%	8.650,3	100,0%	4.811,1	100,0%	7.596,6	100,0%

Fonte dos dados brutos: Registros efetuados junto à Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros - FIRCE, do Banco Central do Brasil.

(*) Valores estimados a partir da amostra do setor privado.

Fonte: Dívida Externa e Política Econômica, Paulo Davidoff Cruz.

fixo". No entanto, essa mesma ministra aceita o pagamento de uma dívida ilegítima, em grande parte decorrente, no passado, do aumento abusivo das taxas de juros flutuantes.

Partindo, assim, do reconhecimento da "legitimidade" do montante da dívida, o Governo amplia o perfil do seu pagamento, dilatando o seu prazo. Para isso, fixa como critério a capacidade de pagamento do setor público, já que a dívida externa privada não entra nessa negociação.

**Paga integralmente
títulos
que valem só 25%
do valor
nominal da dívida**



Segundo o sr. Antônio Kandir, Secretário de Política Econômica, a capacidade de pagamento decorre do superávit primário do governo, da receita por emissão monetária não inflacionária, da receita por juros correspondentes às reservas internacionais depositadas e do fluxo de financiamento externo ao setor público. Isso equivale a dizer que a capacidade de pagamento inclui o chamado dinheiro novo, ou se-

ja, novos empréstimos para pagar dívidas antigas. E essa é simplesmente a continuidade de uma política que vem sendo adotada há muito tempo e cuja consequência é o crescimento ainda maior da dívida externa.

O Governo pretende, ainda, transformar a dívida em bônus, com prazos de resgate e juros diferenciados, assegurando aos credores que pagarem em maior tempo o recebimento total dos seus créditos. Os bancos que desejarem um pagamento antecipado de suas dívidas devem participar de um leilão, onde o deságio do título é fixado livremente. São criados três bônus. O Bônus de Saída, com prazo de resgate em 15 anos. O Bônus com Juros Reduzidos, com prazo de resgate de 25 anos. E o Bônus Coupon Zero, com prazo de resgate de 45 anos. Aparentemente, tal proposta poderia parecer um avanço significativo no tratamento da dívida externa. É evidente que, nos marcos de uma política que atenda aos interesses da política dos banqueiros internacionais, esta proposta é menos ruim do que o pagamento da dívida nos moldes anteriores, porque permite ao governo reduzir o pagamento dos serviços da dívida para investir no desenvolvimento do País.

A proposta do governo Collor apenas amplia o prazo de pagamento da dívida, podendo reduzi-la parcialmente, em decorrência de opção feita pelos

TABELA 3 - EMPRÉSTIMOS EM MOEDA (Lei n.º 4.131)

CAPTAÇÕES BRUTAS ANUAIS REALIZADAS PELO SETOR PÚBLICO,
SEGUNDO PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADE - 1972-1981 (em US\$ milhões)

Discriminação	1972		1973		1974		1975		1976	
SETOR PÚBLICO	623,1	24,9%	1.130,9	39,7%	1.098,0	35,3%	1.900,9	50,4%	1.953,3	51,5%
Energia	89,9	3,6%	143,0	5,0%	112,9	3,6%	180,0	4,8%	187,1	4,9%
Siderurgia	3,9	0,2%	19,1	0,7%	26,4	0,9%	72,0	1,9%	128,5	3,4%
Petroquímica	72,5	2,9%	117,3	4,1%	43,6	1,4%	129,9	3,4%	0,0	0,0%
Transportes	197,7	7,9%	306,0	10,8%	422,7	13,6%	531,0	14,1%	475,7	12,4%
Telecomunicações	63,5	2,5%	50,5	1,8%	209,1	6,7%	267,7	7,1%	262,2	6,8%
Interm. Financeira	77,2	3,1%	135,9	4,8%	99,1	3,2%	141,2	3,7%	282,0	7,4%
Adm. Pública	89,0	3,5%	352,0	12,3%	182,0	5,8%	459,0	12,2%	515,9	13,5%
Outros	29,4	1,2%	7,1	0,2%	2,2	0,1%	120,1	3,2%	101,9	2,7%
SETOR PRIVADO	1.874,4	75,1%	1.718,3	60,3%	2.011,5	64,7%	1.872,1	49,6%	1.872,7	48,9%
TOTAL	2.497,5	100,0%	2.849,2	100,0%	3.109,5	100,0%	3.773,0	100,0%	3.826,0	100,0%
Discriminação	1977		1978		1979		1980		1981	
SETOR PÚBLICO	2.500,5	51,5%	5.317,4	60,2%	6.642,9	76,8%	3.687,0	76,6%	5.285,5	69,6%
Energia	591,4	12,2%	1.368,3	15,5%	1.599,1	18,5%	1.207,7	25,1%	2.009,5	26,5%
Siderurgia	610,7	12,6%	610,0	6,9%	913,0	10,6%	378,2	7,9%	317,0	4,2%
Petroquímica	136,0	2,8%	151,5	1,7%	133,9	1,5%	250,0	5,2%	522,0	6,9%
Transportes	603,2	12,4%	1.096,8	12,4%	560,0	6,5%	113,9	2,4%	994,4	13,1%
Telecomunicações	10,0	0,2%	267,0	3,0%	309,0	3,6%	229,0	4,8%	15,0	0,2%
Interm. Financeira	427,7	8,8%	717,8	8,1%	710,0	8,2%	535,5	11,1%	429,3	5,7%
Adm. Pública	50,0	1,0%	580,0	6,6%	1.749,7	20,2%	822,6	17,1%	657,1	8,6%
Outros	71,5	1,5%	526,0	6,0%	668,2	7,7%	150,1	3,0%	341,3	4,4%
SETOR PRIVADO	2.356,9	48,5%	3.511,5	39,8%	2.007,4	23,2%	1.124,1	23,4%	2.311,1	30,4%
TOTAL	4.857,4	100,0%	8.828,9	100,0%	8.650,3	100,0%	4.811,1	100,0%	7.596,6	100,0%

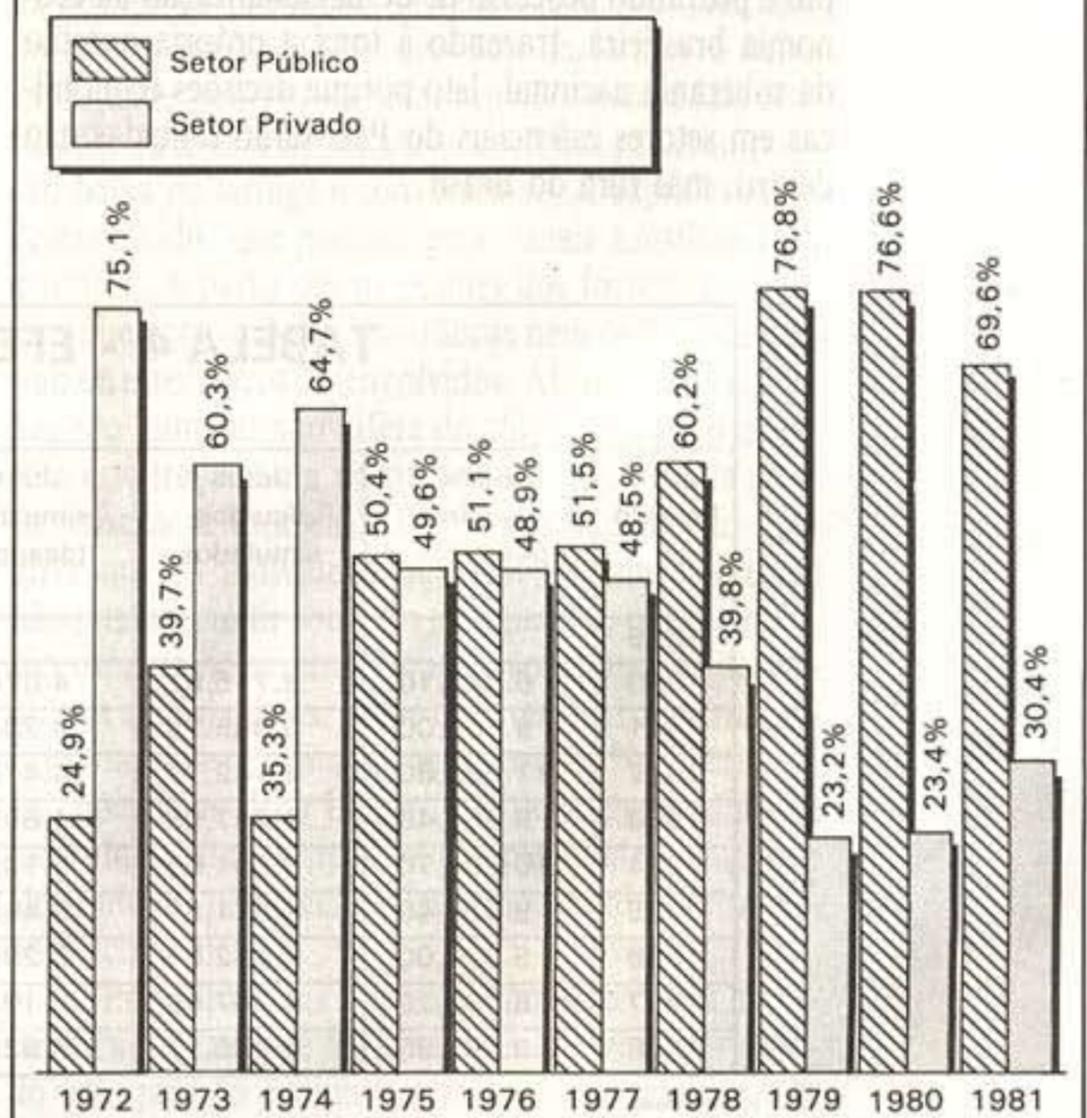
Fonte dos dados brutos: Registros efetuados junto à Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros - FIRCE, do Banco Central do Brasil.
Fonte: Dívida Externa e Política Econômica, Paulo Davidoff Cruz.

próprios banqueiros em receber mais rapidamente. Na realidade, o País continuará pagando uma dívida ilegítima por muito tempo, mantendo, portanto, a dependência do País aos banqueiros internacionais.

**Troca por ações
é crime
contra patrimônio
a favor
de multinacionais**



O alcance dessa política, no entanto, fica mais claro quando se sabe que o pagamento da dívida será feito pelo valor nominal. Ora, os títulos da dívida externa brasileira foram negociados em novembro deste ano, por 23 e 26 centavos por dólar. Isso equivale a dizer que o pagamento de 25% da dívida representa, na realidade, saldá-la do ponto de vista do seu valor real. Efetuado esse pagamento, o País continuará devendo, ainda, os outros 75%, além dos juros correspondentes. Portanto, esta proposta, longe de ser



boa, é um péssimo negócio e atende aos interesses, não do Brasil, mas dos banqueiros internacionais.

Outro aspecto importante da proposta do governo diz respeito à conversão da dívida em ação das empresas estatais. Na reunião da comissão de Renegociação da Dívida, já referida, o Embaixador Jório Dauter afirmou que o governo está admitindo que "a dívida possa ser convertida em participação acionária das empresas privatizadas". Tal política representa um crime contra o patrimônio público do País. Significa entregar para empresas multinacionais patrimônio público pelo valor nominal da dívida.

Aí fica absolutamente transparente o papel de dominação exercido pela dívida externa sobre os países do Terceiro Mundo. Em primeiro lugar, estimula-se o endividamento de tais países. Em seguida, através de inúmeros mecanismos, eleva-se a dívida a um montante impagável. Depois, pretende-se trocar papéis desvalorizados pelo patrimônio dos países dependentes. Esta política foi claramente descrita no documento chamado "Santa Fé II", do governo norte-americano, que fixa estratégias para a América Latina. Ali se fala da necessidade de se utilizar "a atual crise da dívida para um mais amplo processo de transição na América Latina", afirmando ainda que: "os mecanismos de conversão da dívida estão se mostrando um veículo eficaz para as nações devedoras latinas diminuírem a dívida externa". Na verdade, esse processo de transição a que se refere o documento diz respeito a um maior controle dos centros nevrálgicos das economias latino-americanas por empresas estrangeiras. Tal política conduz, necessariamente, a um amplo e profundo processo de desnacionalização da economia brasileira, trazendo à tona a própria questão da soberania nacional. Isto porque decisões econômicas em setores essenciais do País serão tomadas não dentro, mas fora do Brasil.

Os defensores dessa política falavam inicialmente na privatização das estatais deficitárias. Aos poucos, a máscara começa a cair e o atual presidente da Petrobrás chegou ao ponto de propor a desestatização daquela empresa, tida como de padrão internacional.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte foi apresentado um Projeto de Decisão, não votado, de proibição de conversão da dívida em capital de risco. Na fundamentação da proposta, destacava-se que a queda do preço das ações na Bolsa de Valores tornava possível a compra das 50 maiores empresas instaladas no País por apenas 10,143 bilhões de dólares, sendo que a maior empresa, a Petrobrás, tinha suas ações cotadas pelo valor de 1,650 bilhão de dólares, e a Vale do Rio Doce, considerada a maior companhia mineiradora do mundo, tinha suas ações, na época, avaliadas em 389,864 milhões de dólares.

A conversão da dívida externa em ação das estatais, portando se transformará numa grande negociação em que o patrimônio público será vendido a preço de banana para as multinacionais, com graves consequências para o futuro do País.

Mesmo essa proposta, que não atende aos interesses nacionais, não será mantida pelo governo.

Os banqueiros internacionais dispõem de instrumentos de pressão para submeter o governo aos seus objetivos. Por um lado, a desativação progressiva dos créditos de curto prazo, que financiam as exportações, já teve como consequência uma redução no superávit da balança comercial. Além disso, os bancos credores passaram a pressionar seus governos e organismos multilaterais para suspenderem a liberação de empréstimos já contratados pelo Brasil.

Quando da vinda de Bush ao país, ele deixou muito claro que condicionava os investimentos de longo prazo no Brasil a um acordo com os bancos credores sobre a dívida externa.

TABELA 4 - EFEITO DA VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS 1979-1988

Período	Juros líquidos ocorridos	Juros líquidos simulados	Juros simulados (despesa)	Juros simulados (receita)	Diferença entre juros ocorridos e simulados	Diferença entre amortizações ocorridas e simuladas	Diferença entre ingressos ocorridos e simulados
1979							
1980	6.311,10	3.715,67	4.078,77	363,10	2.595,43		2.595,43
1981	9.161,00	3.985,79	4.234,89	328,30	5.255,21		5.255,21
1982	11.353,30	4.142,71	4.470,11	327,40	7.210,59		7.210,59
1983	9.555,40	4.337,98	4.639,88	301,90	5.217,42		5.217,42
1984	10.202,70	4.661,65	5.169,65	508,00	5.541,05	695,10	6.236,15
1985	9.659,40	4.821,89	5.469,09	647,20	4.837,51	1.940,60	6.778,11
1986	9.327,00	4.742,64	5.298,64	556,00	4.584,36	3.598,40	8.182,76
1987	8.792,20	4.767,49	5.105,49	338,00	4.024,71	4.877,70	8.902,41
1988 *	9.831,90	4.466,17	4.838,97	372,80	5.365,73	6.258,90	11.624,63

Hipóteses:

Taxa de juros flutuantes média no período 1960-79 - 6,69 a.a.

Taxa de juros fixa - 8,50 a.a.

Prazo médio de carência período 1980-85 - 46 meses

Um aspecto mais imediato da proposta ressaltava a disposição do Brasil de não pagar os juros da dívida externa este ano. Em pouco tempo, o governo voltou atrás dessa posição a pretexto de "flexibilizar" sua política e resolveu pagar parte dos juros da dívida. Tal decisão revela a falta de firmeza do governo no tratamento com os banqueiros internacionais. Já no primeiro embate sucumbe às imposições dos credores. A declaração do presidente do Lloyd's Bank, ao final de um almoço na Embaixada Brasileira em Londres, é ilustradora da mudança de posição do governo brasileiro. Diz o alto-executivo: "o Brasil começa a falar a mesma língua do sistema financeiro internacional".

Crescimento brusco com a nociva política de vender tudo para pagar a dívida



Outro aspecto que suscita dúvida sobre a seriedade da proposta do Governo Collor está no tratamento dado ao Congresso Nacional. A Constituição brasileira, no art. 52, Inciso VI, fala da competência privativa do Senado para dispor sobre "os limites globais e condições para alterações de crédito interno e externo". No entanto, o governo sequer apresentou uma proposta por escrito a ser apreciada pelo Senado Federal. Evidentemente apresentou-a aos banqueiros. E o que é mais grave, segundo denúncia da revista "Isto é/Senhor", de 24.10.90, o governo fez um acordo com os bancos credores, acertando que nenhuma das partes divulgaria os detalhes da proposta. Isso equivale a dizer que o governo acertou com os banqueiros que os seus termos não deveriam ser levados

ao conhecimento da opinião pública ou do Congresso Nacional. Com o objetivo de impedir que o Congresso fixasse limitações ao processo de negociação da dívida, o Governo Collor impediu a aprovação, pelo Senado Federal, de um Projeto de Resolução que, ao fixar normas para negociação da dívida, continha artigo proibindo o pagamento dos juros aos banqueiros internacionais antes da assinatura do acordo global sobre a dívida.

Através da tabela 1 pode-se perceber o crescimento vertiginoso da dívida externa brasileira. O país, que em 1970 devia 5,473 bilhões de dólares, chega ao ano de 1989 devendo 114,741 bilhões. Este quadro espelha a política brasileira de ampliar as exportações e reduzir as importações com o objetivo de assegurar o saldo na balança comercial para o pagamento da dívida. Tal política foi altamente lesiva aos interesses nacionais, porque restringiu o consumo interno, adotando o arrocho salarial e outros mecanismos, com o objetivo de gerar excedentes para exportação. Por outro lado, o governo adotou todo tipo de estímulos às exportações, financiando às custas do povo brasileiro a venda de nossos produtos a preços mais baratos no mercado internacional. E o objetivo de toda esta política, altamente lesiva aos interesses nacionais, era o pagamento dos serviços da dívida. Em 1988 o país bate o recorde, pagando mais de 24 bilhões de dólares de serviços da dívida externa.

Diante de tal quadro, cabe questionar a quem beneficiou a dívida externa brasileira. Na tabela 2 fica evidente que em 1972, 75,1% da dívida, realizada através da Lei 4.131, era de responsabilidade do setor privado, sendo que 47,8% do capital privado externo. As empresas multinacionais eram, portanto, nesta fase, as principais tomadoras dos empréstimos estrangeiros. A indústria automobilística se destacou entre as grandes tomadoras de empréstimos, através da General Motors do Brasil S.A., Ford do Brasil S.A.,

INTERNACIONAIS SOBRE A DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA (Em US\$ milhões)

Período	Dívida registrada ocorrida	Dívida registrada simulada	Dívida registrada simulada (juros fixos)	Dívida registrada simulada (j. flutuantes)	Taxa fixa	Taxa flutuante	Spread médio	Efeito da elevação dos juros
1979	49.904,20		11.977,00*	37.927,20*				
1980	53.847,50	51.252,07	11.787,98	39.464,09	8,50	6,69	1,38	2.595,43
1981	61.410,50	53.559,86	12.318,77	41.241,09	8,50	6,69	1,50	7.850,64
1982	70.197,50	55.136,26	12.681,34	42.454,92	8,50	6,69	1,61	15.061,24
1983	81.319,20	61.040,54	14.039,33	47.001,22	8,50	6,69	1,70	20.278,66
1984	91.091,00	64.576,19	14.852,52	49.723,67	8,50	6,69	1,77	26.514,81
1985	95.856,60	62.563,68	14.389,65	48.174,03	8,50	6,69	1,77	33.292,92
1986	101.758,68	60.283,00	13.865,09	46.417,91	8,50	6,69	1,77	41.475,68
1987	107.514,23	57.136,14	13.141,31	43.994,83	8,50	6,69	1,77	50.378,09
1988*	102.555,01	40.552,29	9.327,03	31.225,26	8,50	6,69	1,77	62.002,72

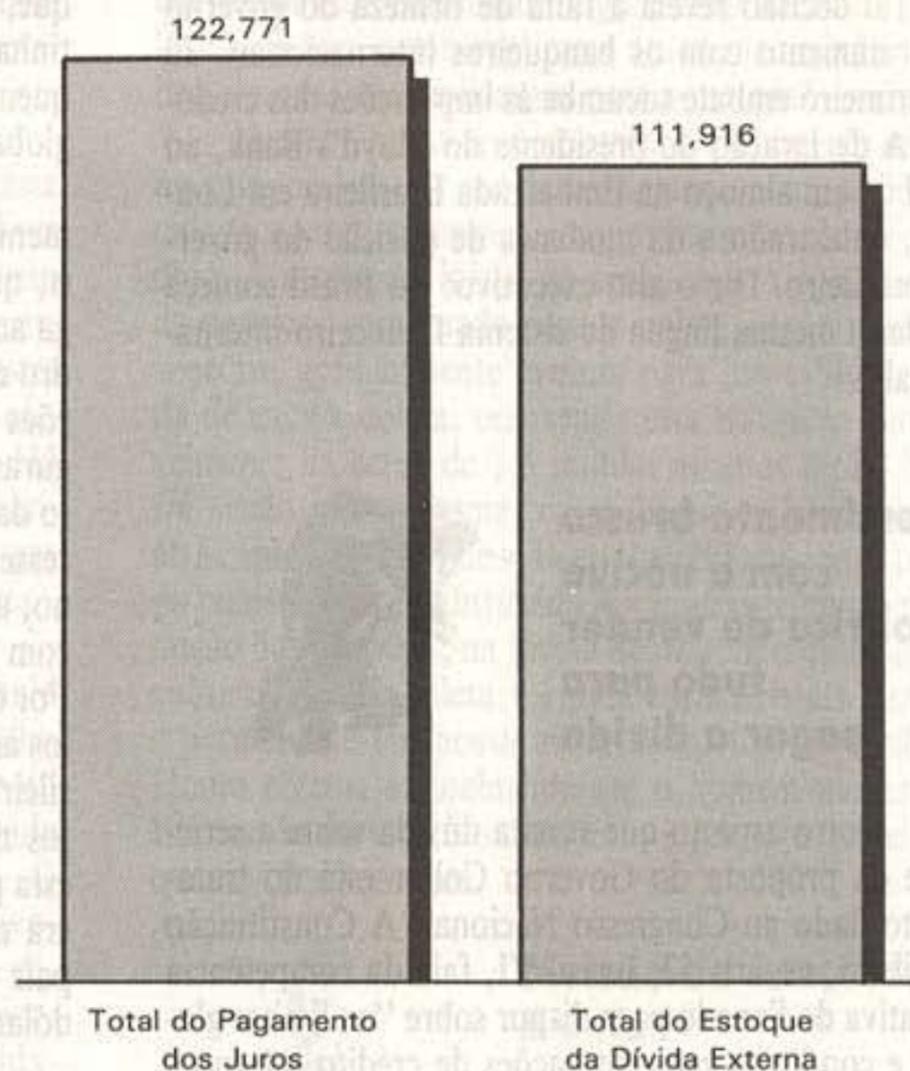
Prazo médio de amortização período 1980-85 - 57 meses
Prazo médio total período 1980-85 - 103 meses

* preliminar
FONTE: Banco Central.

TABELA 5 - EVOLUÇÃO DO PAGAMENTO DE JUROS E DA DÍVIDA EXTERNA

(PERÍODO DE 1971 A 1989, SEGUNDO DADOS DO BANCO CENTRAL - em US\$ bilhões)

Ano	Juros (Pagamento)	Dívida Externa (Estoque)
1971	0,344	6,621
1972	0,489	9,521
1973	0,639	12,571
1974	1,370	17,166
1975	1,862	21,171
1976	2,090	25,985
1977	2,482	32,037
1978	3,343	43,510
1979	5,347	49,904
1980	7,457	53,847
1981	10,305	61,410
1982	12,550	70,197
1983	10,263	81,319
1984	11,448	91,091
1985	11,238	95,856
1986	10,245	111,045
1987	9,310	121,174
1988	10,600	114,941
1989	11,200	111,916



Fonte: Banco Central do Brasil

sendo que a partir de 1976 destaca-se a Fiat Automóveis S.A. e a Fiat Diesel do Brasil S.A. Entre as empresas produtoras de tratores, destacam-se a Caterpillar do Brasil S.A., a Massey Ferguson do Brasil S.A. e a Fiat Allis Tratores e Máquinas Rodoviárias. Na indústria química destacou-se a Dow Química S.A. E na indústria de material elétrico e de comunicações, Siemens S.A., Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S.A., AEG Telefunken do Brasil S.A. A conclusão evidente é de que as multinacionais foram as grandes beneficiadas desse endividamento externo do Brasil.

No final da década de 70, começa o chamado processo de estatização da dívida externa brasileira, que consistia na liquidação, por parte dos credores das dívidas em cruzeiro no Banco Central, pelo câmbio vigente. Neste processo, era possível antecipar o pagamento em relação ao vencimento do empréstimo em dólares, o que na prática correspondia a um seguro de câmbio para os tomadores de empréstimos internacionais. Ou seja, as empresas particulares, sobretudo as multinacionais, pagavam suas dívidas em cruzeiros, inclusive antecipadamente, não ficando a mercê das oscilações cambiais que evidentemente ampliam o volume da dívida. Além dos benefícios que as multinacionais obtiveram, repassando a dívida para o Governo Federal, elas ainda extraíram lucros fabulosos através da compra dos títulos da dívida pública, onde os juros pagos pelo governo eram altíssimos. Progressivamente, o setor público foi substituindo o setor privado na captação de recursos internacionais. A tabela 3

mostra o papel que os setores de energia e transportes passaram a jogar no endividamento externo. Diante do crescimento vertiginoso das taxas de juros, o setor privado, tendo repassado suas dívidas para a União, se retraiu no processo de endividamento. No entanto, o governo necessitava de novos dólares para pagar os serviços da dívida e adotou assim a política de estimular o endividamento das empresas estatais, e isso de tal forma que em 1981, o setor de energia devia 26,5% da dívida contraída através da Lei 4.131.



Juros flutuantes obrigam os países pobres a pagar déficits dos ricos

Na discussão da questão da dívida externa, o reconhecimento do pagamento daquilo que os banqueiros internacionais consideram sua integralidade, é o nó da questão. E aí o Governo Collor é explícito ao dizer que os banqueiros vão receber "seu último centavo". Essa posição contraria frontalmente os interesses do nosso país. Tal postura decorre da política geral adotada pelo gover-

no de procurar integrar o país no Primeiro Mundo. Para isso, abandona a política da união dos países do Terceiro Mundo na luta em defesa de seus direitos e capitula, vergonhosamente às exigências dos países altamente desenvolvidos e dos banqueiros internacionais.

A dívida brasileira é ilegítima em decorrência de um conjunto de fatores, entre os quais se destacam a adoção dos juros flutuantes, as desiguais relações de troca, as fugas de capitais através das práticas do super e sub-faturamento e das fraudes.

Grande parte da dívida externa brasileira decorre da elevação das taxas de juros reais, promovida pelos países ricos. Na realidade, com os choques do petróleo, alteraram-se os fluxos de capital no mundo. Os países produtores de petróleo, dispostos de um grande volume de dólares, resolveram emprestá-los, através dos bancos dos países altamente desenvolvidos. E estes elevaram tremendamente as taxas de juros como mecanismo de repassar as conseqüências da crise do petróleo para os países em desenvolvimento. Darrel Delamaide afirma que: "os países em desenvolvimento tiveram que financiar não apenas o déficit provocado por suas importações de petróleo, mas também aquele provocado por seu comércio com os países industrializados. Tiveram de tomar empréstimos para cobrir seus próprios déficits, e depois tomar mais empréstimos para assumir os déficits dos países industrializados. Os países industrializados, em resumo, 'reciclaram' seus déficits para os países em desenvolvimento".

Em estimativa efetuada pelo Banco Central, o aumento das taxas de juros representou um incremento de 53 a 62 bilhões de dólares, ou seja, de 50 ou 60% do total da dívida. Na tabela 4 o Banco Central fez uma simulação do aumento da dívida externa em decorrência da elevação das taxas de juros. Na coluna 2, dos juros líquidos simulados, percebe-se uma perda anual que chega próximo de 5 bilhões de dólares. O absurdo fica gritante em 88. De uma dívida de 102 bilhões de dólares, 62 bilhões correspondiam aos aumentos das taxas de juros. A simulação mais pessimista levaria a um prejuízo mínimo de 34 bilhões de dólares neste período.

A tabela 5 nos dá também informações que ajudam ter presente a dimensão e as conseqüências do aumento das taxas de juros da dívida externa brasileira. Vê-se que, enquanto em 1971 o país pagava 344 milhões de juros, a partir de 1981 passou a pagar mais de 10 bilhões por ano. No período de 1971 a 1989, o Brasil pagou 122,771 bilhões de dólares. No entanto, a dívida brasileira, que em 1971 era de 6,621 bilhões de dólares, elevou-se em 1989 para 111,916 bilhões.

Alguns dados a mais no sentido de se perceber a gravidade do processo de transferência de recursos para o exterior: no período de 1980 à 1988 o Brasil recebeu, a preços de 1988, empréstimos e financiamentos no total de 103,300 bilhões. Nesse mesmo intervalo de tempo, pagou 184,900 bilhões de dólares de serviço da dívida, sendo que 96,6 bilhões a título de juros e 88,3 bilhões de amortização. Os serviços foram, portanto, 80% maiores do que os empréstimos, havendo uma transferência de recursos para o exterior de 81,5 bilhões de dólares. Tais perdas para o Brasil e para os países dependentes evidentemente representam lucros exorbitantes para os credores. Na década de 70, o Cheese, o City-

bank e o Bank of America já estavam fazendo mais da metade de seus lucros no exterior. Em 1977 o relatório do Citybank declarava que 20% de seus lucros provinham do Brasil, mais que o lucro total extraído nos Estados Unidos. Ai está uma das raízes da pobreza do Brasil e dos países do Terceiro Mundo. Eles passaram a ser exportadores de capitais às custas da miséria de seu povo.



A dívida externa não é mais questão financeira e sim problema político

A exploração dos países dependentes se faz, também, através de outros mecanismos, como a desigual relação de troca estabelecida no comércio internacional. As economias altamente industrializadas, detendo o monopólio do comércio internacional, manipulam os preços dos produtos, obtendo com isso grandes lucros. Tanto isso é verdade que, segundo o Banco Central, tomando por base o ano de 1977, o índice das relações de troca caiu de 100 nesse ano para 73 em 1986. Isso significa dizer que em 1977 podíamos trocar 10 mil toneladas de soja por 100 tratores. Já em 1986, com as mesmas 10 mil toneladas de soja, conseguiríamos comprar apenas 73 tratores. Em decorrência da deterioração das relações de troca, o Brasil perdeu, no período compreendido entre 1973 a 1985, 41,1 bilhões de dólares, que representa mais da metade da dívida atual com os bancos privados estrangeiros.

Além desses mecanismos de exploração dos países dependentes, o sub e o super-faturamento realizados pelas empresas multinacionais terminam por enviar ao exterior uma quantidade muito grande de dólares, que foge ao controle governamental. Isto para não dizer das fraudes realizadas em todo o processo de concretização da dívida externa. Por tudo isso, aceitar como legítimo o montante da dívida, contabilizada pelos banqueiros, é desconsiderar essas manipulações realizadas para favorecer os interesses dos países capitalistas desenvolvidos.

A dívida externa, por sua dimensão, deixou de ser um problema meramente financeiro para se transformar em uma questão política. A Conferência Internacional sobre a dívida externa dos países em desenvolvimento afirmou, em sua Resolução que "impõe-se reconhecer por tudo isso que a dívida externa é um problema eminentemente político. Assim resulta surpreendente que ante tal situação, as nações devedoras, sobretudo as da América Latina, continuem a aceitar as negociações bilaterais, realizadas caso a caso, permanecendo cada uma delas isoladas frente a credores associados em organizações coletivas".

A dívida externa se transformou numa questão política porque o seu pagamento tem trazido conseqüências extremamente graves para todos os países dependentes, tem

conduzido à recessão, ao desemprego e ao arrocho salarial. Por ser uma dívida injusta e impagável, os países do Terceiro Mundo estão diante da necessidade de tomar uma decisão unilateral e soberana, em relação à dívida externa.

Tratando do assunto, a escritora britânica Emma Rothschild, afirmou: "tal crise, que representa uma perspectiva de perigo para centenas de bancos e para o próprio sistema, promete miséria e destruição, além das mais profundas crises políticas. É a crise da dívida nos países em desenvolvimento. A questão que se coloca para o sistema financeiro não é se essa dívida deixará de ser honrada. Trata-se, isto sim, de quando, como e onde". Evidentemente que os banqueiros estão conscientes dos riscos que estão correndo e sabem que a questão da dívida chegou a tal nível que os países dependentes não têm condições objetivas de saldá-las. Como garantia pelos riscos que correm, os banqueiros cobram uma taxa adicional, chamada *spread*. Ou seja, os banqueiros internacionais já se previniram e receberam as taxas correspondentes. O absurdo é que diante de tudo isso dirigentes dos países dependentes continuam pensando segundo a lógica dos dominadores e insistem em pagar uma dívida impagável.

E mais absurdo ainda é que setores progressistas terminem por fazer coro com o Governo na questão da dívida externa. Tal posição foi assumida pelo deputado César Maia, do PDT, pelo senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e mais recentemente, pelo deputado Roberto Freire do PCB, que elogiou o processo de negociação da dívida externa que está sendo conduzido pelo governo brasileiro. Enquanto tais setores apoiam a política do governo, o economista norte-americano John Kenneth Galbraith, em declaração dada à televisão brasileira, comentando a vinda de Bush ao Brasil, afirmou que o país não deveria pagar sua dívida externa. E que, com o tempo, os banqueiros internacionais se amoldariam a essa realidade.

Há hoje, a nível mundial, uma situação favorável para a discussão da dívida externa. É um dos fatores que dá maior espaço para esta discussão diz respeito às contradições surgidas nos países credores entre os sistemas financeiro e industrial. Isto porque o pagamento dos serviços da dívida, se atende aos interesses do setor financeiro, termina prejudicando o setor industrial, porque a evasão de recursos impede que os países dependentes comprem produtos dos países altamente industrializados. Darrel Delamaide, afirma que o ex-secretário do Tesouro norte-americano, Regan, disse que: "de cada 8 empregos do setor industrial dos Estados Unidos, um depende de exportações", afirmando ainda que 1 bilhão de dólares em exportações representava 24 mil novos empregos. Isso equivale a dizer que a queda de 10 bilhões de dólares nas exportações americanas representa 250 mil desempregados naquele país. Tais contradições implicam na existência de um espaço novo para discussão da dívida externa.

Os banqueiros internacionais querem adiar ao máximo a hora da verdade para ampliar ainda mais suas margens de lucros. Por isto pressionam para que as negociações sejam feitas caso a caso, e diretamente com os bancos credores. Ao povo brasileiro interessa, no entanto, uma negocia-

ção política, um tratamento soberano para a questão da dívida externa. Porém, não é este o caminho adotado pelo Governo Collor de Mello. Ele se submete ao caminho imposto pelos banqueiros internacionais. Tanto isso é verdade que o roteiro de negociações do governo previa, a princípio, um entendimento primeiro com o FMI, depois com o Clube de Paris e, finalmente, com os bancos particulares credores. No entanto, o FMI estabeleceu como exigência para um acordo com o Brasil um entendimento prévio com os banqueiros particulares. O Governo sucumbiu a essa imposição, alterou o roteiro de negociação, e se dispôs a pagar os juros este ano. Mais uma vez rompeu com o que ele próprio tinha estabelecido.



Proposta de Collor é parte da "modernização" neoliberal e antinacional

Não se pode aceitar uma discussão meramente contábil ou financeira da dívida externa, como querem os agiotas internacionais. A dívida externa tem que ser discutida necessariamente em nível político, com governos e não banqueiros na mesa de negociação.

A proposta do Governo Collor sobre a dívida externa faz parte de seu projeto neoliberal de "modernização da economia", cujo aspecto central diz respeito à abertura da economia brasileira ao exterior. John Reed, do Citycorp, nos ajuda a estabelecer a relação entre a questão da dívida externa e a política econômica brasileira, ao afirmar que: "a intenção brasileira de abrir sua economia para o exterior envolve diretamente a necessidade de um acordo com os credores internacionais para que os mercados de capitais de investimentos sejam novamente acessíveis ao Brasil". Portanto, o projeto do governo de modernização da economia, via abertura para o exterior, passa, como foi dito, pela necessidade de um acordo com os credores internacionais, pela imperiosidade de "enquadrar-se" na realidade deste mercado. Dito de outra forma, a proposta brasileira sobre a dívida externa coloca-se dentro dos limites aceitáveis pelos banqueiros internacionais, não rompendo, portanto, com a dependência.

Pelo contrário, aos poucos vai ficando claro que a política de Collor, longe de representar uma efetiva modernização e independência do país, vai significar a transformação do Brasil em um grande supermercado para venda de produtos estrangeiros. Vai conduzir ao sucateamento e desnacionalização da economia nacional e, portanto, a um maior controle do capital estrangeiro sobre a economia brasileira.

A modernização do país é uma necessidade. O avanço da economia brasileira exige o desenvolvimento científico e tecnológico do país e o aumento da produtividade.

No entanto, é falsa a idéia de que a abertura do Brasil ao exterior seja o caminho para o seu desenvolvimento tecnológico. O professor Bautista Vidal afirma que: "a tecnologia externa é o principal instrumento através do qual se molda e se controla a estrutura produtiva nacional, especialmente em setores dinâmicos e estratégicos" pois a adoção de determinada tecnologia implica na escolha de matérias-primas, na especificação de componentes, nas formas de produção e tipos de energia a ser consumida. O mesmo autor destaca a irracionalidade que os pacotes tecnológicos provocam no processo produtivo brasileiro, exemplificando com o fato de que enquanto somos obrigados a fabricar 1.500 tipos de aço, as economias mais sofisticadas fabricam menos de 500.

Em pauta a ruptura do modelo de dependência ao capital financeiro mundial



No que diz respeito ao desenvolvimento científico e tecnológico do país, fica evidente a situação de dependência quando se sabe que o Brasil aplica 0,6% do seu PIB nessas atividades, enquanto os países mais avançados gastam de 2 a 3% do PIB. Imaginar que uma maior abertura do país aos capitais estrangeiros implica numa incorporação de tecnologia é inteiramente falso. O que ocorrerá é a compra de produtos mais avançados do ponto de vista tecnológico no mercado internacional. Porém, isso não implicará no desenvolvimento tecnológico e científico do país. Até porque as empresas multinacionais concentram a pesquisa científica e tecnológica nos seus países de origem, sejam por razões econômicas ou estratégicas.

A verdade é que países altamente industrializados, longe de estarem interessados na difusão tecnológica, procuram restringi-la. E o Brasil, na medida em que insiste em seguir a orientação dos países altamente desenvolvidos, reforça esta situação. Na chamada Rodada Uruguia do GATT foi apresentada a proposta norte-americana, apoiada pelo Brasil, que aponta para uma redução do ritmo da difusão tecnológica. Segundo tal proposta, haverá um aumento do prazo mínimo de 15 para 20 anos para as patentes industriais, além da permissão para que o proprietário da patente não a explore industrialmente no país que a concede. Tal política impede o desenvolvimento tecnológico dos países dependentes. O objetivo da redução do ritmo da difusão tecnológica é limitar a competitividade dos países em desenvolvimento e, com isso, aumentar as exportações dos países desenvolvidos.

O reflexo desta política de ampliação das exportações brasileiras já se manifestou na balança comercial. Segundo o Departamento de Comércio Exterior, a balança comercial brasileira apresentou em outubro o menor saldo verificado desde janeiro de 1987: 223 milhões de dólares. E o mais grave é que a importação de supérfluos chega a tal ponto que

empata com a registrada durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, considerado o mais liberal em relação ao comércio exterior.

Do ponto de vista dos países dependentes, o respeito às patentes significa uma limitação a que esses países partam de um patamar de conhecimento já acumulado para desenvolver suas tecnologias. O Japão não aceitou essa limitação, não aceitou patentes. Por isto, transformou-se na potência industrial de maior avanço tecnológico, incorporando os avanços tecnológicos descobertos no mundo e desenvolvendo seus conhecimentos, a partir desse patamar. O Brasil segue o caminho oposto, submetendo-se às pressões das grandes potências industriais. Chega ao absurdo de apoiar as propostas norte-americanas no GATT e a reconhecer patentes nas áreas de alimentação e de medicamentos, que até agora o país não reconhece.

A verdade é que os Estados Unidos, através do FMI, impõem aos países devedores uma política de recessão econômica, arrocho salarial e desnacionalização da economia, através da conversão da dívida em capitais de risco, colocando em prática o velho ditado popular, que diz: "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço". Isso porque os Estados Unidos enfrentam hoje uma crise de grandes proporções, tendo um déficit de 800 bilhões de dólares, num orçamento de 1,3 trilhão. Têm também hoje fabuloso déficit na balança comercial e a maior dívida externa do mundo. No entanto, o FMI, controlado pelos EUA, não fixa nenhuma regra de estabilização econômica para aquele país. Pelo contrário, quando o presidente Nixon rasgou os acordos de Bretton Woods, acabando com a garantia-ouro do dólar, numa fraude sem precedente na história econômica mundial, o FMI e a comunidade financeira internacional nada fizeram.

Para defender, de fato, os interesses nacionais, torna-se necessário romper com a lógica do sistema dominante e impor a lógica dos países dominados. E a nossa lógica é muito clara. Não podemos e não devemos pagar uma dívida ilegítima. Não podemos e não devemos permitir a venda do patrimônio público para pagar essa dívida.

O caminho que, de fato, atende aos interesses nacionais, passa pela suspensão do pagamento da dívida externa, até que uma verdadeira auditoria aponte o montante real e legítimo da dívida externa brasileira, ou seja, se o Brasil ainda deve alguma coisa. A dívida externa envolve a questão da manutenção ou ruptura do modelo de desenvolvimento econômico que prevalece no país. O governo Collor não pretende romper com a dependência, mas fazer algumas transformações, "modernizar o país" dentro dos limites da dependência. E para isso tem que se enquadrar nas regras dos banqueiros estrangeiros e dos países credores, pagando uma dívida externa ilegítima.

O verdadeiro caminho para a modernização do Brasil passa pela construção de um país verdadeiramente soberano, que tenha a capacidade e a coragem de tomar decisões em função dos interesses do seu povo e não em função da imposição dos banqueiros internacionais. ■

POLÍTICA INDUSTRIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

LUÍS PAULINO

Collor promete a “modernização do país alternando as relações entre o Estado e o setor privado para retomar o crescimento econômico. Mas será que as bases neoliberais de seu projeto são sólidas?”

A política industrial do governo Collor apoia-se na visão liberal atualmente em voga que atribui ao Estado um papel negativo, gerador de ineficiências e cuja intervenção no processo econômico, ao não permitir o livre curso das forças de mercado, acaba produzindo uma alocação ineficiente dos recursos da sociedade.

Nos interessa, ao longo desse artigo, verificar se essa fé inabalável que os formuladores dessa política demonstram ter nos mecanismos de mercado encontram de fato evidência empírica na trajetória anterior e recente dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento tidos como bem sucedidos na atualidade, como é o caso da Coreia do Sul e Taiwan.

Antes porém de avançar nesse debate seria conveniente emoldurá-lo, situando o contexto internacional no qual ele ocorre.

Um determinado modelo de desenvolvimento pode ser analisado sob três diferentes aspectos. Primeiro, o que é chamado de *Paradigma Tecnológico* ou *Modelo de Industrialização*, estuda os princípios gerais que governam a evolução da organização do trabalho. Em segundo, o *Regime de Acumulação*, que compatibiliza as normas da produção e uso do produto social para um determinado período e em terceiro o *Modo de Regulação*, que ajusta os comportamentos contraditórios dos agentes individuais aos prin-

cípios do regime de acumulação. Estas formas de ajustamento incluem tanto hábitos culturais, quanto formas institucionais como leis, acordos, etc.⁽¹⁾

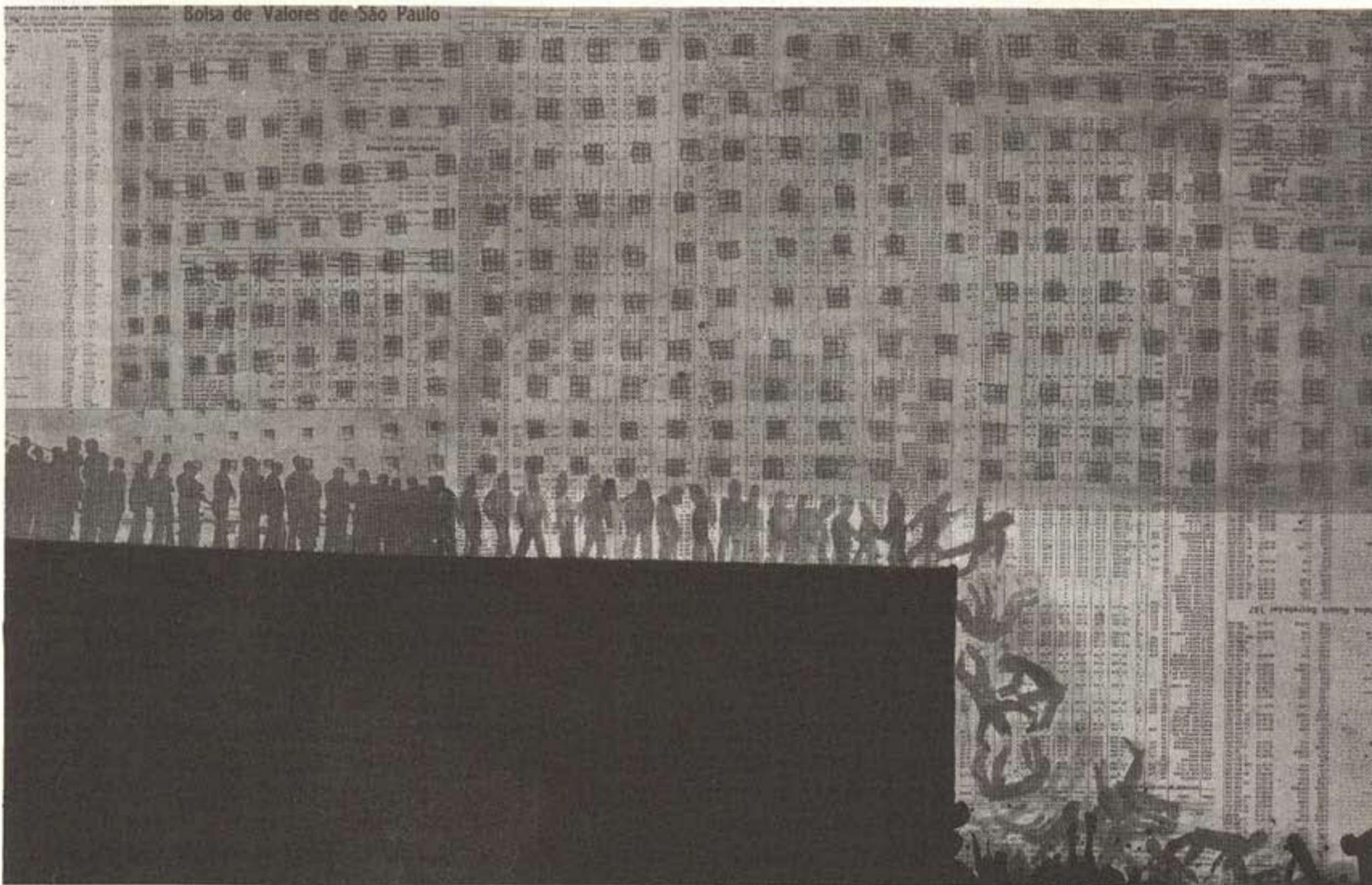
De acordo com Liepietz e Leborgne, “o regime de acumulação aparece portanto como resultado macroeconômico do funcionamento de um modo de regulação, tendo por base um modelo de industrialização”.⁽²⁾

Para os autores citados, o modelo de desenvolvimento do pós-guerra, que eles denominam de fordista, ilustra perfeitamente as três características citadas, e a simultaneidade do rápido desenvolvimento de certo número de países segundo esse modelo engendrou *uma configuração mundial*.

Como modelo de industrialização, o fordismo marca a conclusão da revolução Taylorista, baseada na rigorosa padronização dos gestos operativos. A linha de montagem é exemplo típico desse modelo. O fordismo teve tal sucesso que engendrou ganhos de produtividade sem precedentes na história mundial.

No fim dos anos 60 entretanto, esse modelo começou a erodir, a produtividade começou a diminuir e o capital fixo *per capita* a crescer, levando a uma queda na lucratividade, de onde decorre uma queda na taxa de acumulação.

Essa diminuição na produtividade tem sua origem no próprio modelo, que excluiu a massa de traba-



lhadores da luta pela produtividade na medida em que transformou a batalha pela produtividade em tarefa exclusiva dos técnicos e engenheiros de OM (Organização e Métodos). Leva assim a uma polarização, onde de um lado temos uma massa de trabalhadores desqualificados e desmotivados e, de outro, engenheiros e técnicos de engenharia. É evidente que esses últimos só podem contribuir para o aumento da produtividade através do desenvolvimento de máquinas cada vez mais complexas. Desta forma “os próprios princípios Tayloristas (no qual o fordismo se baseia) explicam a diminuição dos ganhos de produtividade e a alta do coeficiente do capital”.⁽³⁾

A reação dos empresários deu-se, num primeiro momento, via internacionalização da produção, procurando nos países periféricos, através da mão-de-obra barata disponível, garantir a margem de lucratividade que não era possível manter nos países de origem, devido ao custo crescente da mão-de-obra.

Da parte do Estado, o que se verificou nesses países foi a generalização de políticas de austeridade.

Tudo isso levou a uma crise de emprego, e daí à crise do Estado-providência. A internacionalização da produção de um lado, e a estagnação dos rendimentos dos trabalhadores de outro, detonaram por sua vez a crise “do lado da demanda” no fim dos anos 70, levando a uma estagnação do consumo nesses países.

Com o choque dos preços do petróleo em 1973-1974 as pressões já existentes foram exacerbadas e é nesse quadro que as economias avançadas começam a transição, acelerada a partir de 1977-1978, para um novo padrão de crescimento, “com o desenvolvimento de novas tecnologias de produtos e de processos de fabricação (principalmente avanços nas áreas da microeletrônica, processamento e transmissão de dados, equipamentos e sistemas de automação flexível de manufatura, biotecnologia e engenharia genética, novos materiais e novas tecnologias energéticas) e sua difusão não só no interior da própria indústria como também na economia e na sociedade como um todo”.⁽⁴⁾

O que se verifica portanto é que, com base num novo paradigma industrial, a economia capitalista retoma um novo ciclo de expansão. Isto, no entanto, só é possível num grau cada vez mais exacerbado de concentração de poder econômico, dado que tanto o desenvolvimento quanto a escala de produção requerida por essas novas tecnologias leva à formação de grandes conglomerados industriais, que por sua vez exigem mercados de dimensão mundial. A ocorrência de fatos como a unificação da Europa em 1994 e a proposta do presidente Bush de formação de um mercado comum americano (incluindo a América do Sul) vem no bojo desse processo de concentração e especialização da produção. Cada tipo de produto teria dois ou

três grandes fabricantes superespecializados a nível mundial. Na área da microeletrônica, de certa forma isso já ocorre. Há dois ou três fabricantes mundiais de máscaras de chips, por exemplo.

Vale destacar que esse processo de Reestruturação Industrial dos países avançados teve como principais efeitos, como destaca Suzigam: “a) reduzir drasticamente o peso da mão-de-obra direta no processo produtivo, concomitantemente com uma elevação dos requerimentos em termos de qualificação, com importantes conseqüências sobre o nível de emprego e de salário real; b) diminuir o peso dos materiais (recursos naturais) e da energia no produto final e c) alterar o fluxo internacional de investimento direto, reduzindo o deslocamento de indústrias dos países avançados para os países periféricos, em busca de mão-de-obra barata, e estimulando, como no caso do Japão, a transferência de indústrias intensivas em materiais e energia para a periferia, junto às fontes de insumos. Com isto, tende-se a uma nova divisão internacional do trabalho, ditada por vantagens comparativas dinâmicas, construídas através de criatividade, domínio e difusão de tecnologias avançadas, formação de recursos humanos de alta qualificação...”⁽⁵⁾

E é nesse novo cenário internacional que precisamos verificar, a partir da ótica de um país menos desenvolvido, qual o papel que está reservado ao Estado na conquista de uma posição soberana.

Deixando atuar livremente as forças de mercado, adotando-se uma postura liberal nas nossas relações com o resto do mundo, abrindo enfim totalmente nossa economia, como postulam os formuladores da nova política industrial, num cenário, como vimos, dominado por grandes conglomerados industriais e financeiros, é possível esperar, que as economias periféricas tenham um papel não subordinado? Foi esse caminho adotado pelos países hoje desenvolvidos, e mesmo por países em desenvolvimento como os Tigres Asiáticos, a quem aparentemente o governo Colômbia deseja imitar? Qual o papel reservado ao Estado na promoção do desenvolvimento industrial?

Começaremos com as idéias dos economistas que estudaram a questão do desenvolvimento nos anos 50 e 60. Abordaremos em seguida a crítica neoliberal, que enfatiza a primazia do mercado e a falta de aptidão do Estado para promover o desenvolvimento econômico ⁽⁶⁾.

Finalmente descreveremos os principais elementos de uma “contra-crítica” aos postulados neoliberais procurando demonstrar que os países apresentados como modelos de uma postura liberal na relação entre Estado e Economia, como Coréia do Sul e Taiwan, na realidade apresentam forte intervenção do Estado no processo econômico.

Alexander Gerschenkron baseado em estudo a respeito da industrialização da Europa ⁽⁷⁾ argumentou muito apropriadamente que a posição econômica de um país relativamente às nações mais desenvolvidas

influi diretamente sobre a natureza da intervenção estatal no seu processo de desenvolvimento. Ele argumenta que a Revolução Industrial inglesa não foi um modelo para as que se seguiram. O seu próprio sucesso garantiu que todas as tentativas subsequentes deveriam ser diferentes. Porque ela veio primeiro, argumenta ele, e incorporou tecnologia relativamente não-sofisticada, a industrialização inglesa foi mais gradual e menos capital intensiva que as seguintes. O ritmo acelerado de mudança tecnológica e as cada vez maiores disparidades entre suas atuais e potenciais taxas e níveis de desenvolvimento econômico determinaram outros caminhos para os países da então periferia. Alemanha, Itália e Rússia estariam propensas a pular imediatamente para os mais modernos setores industriais, caracterizados pela intensidade de capital e economias de escala. Nessas economias entretanto, o capital era escasso e a classe empresarial tanto adversa ao risco como financeiramente fraca. Condições iniciais diferentes, portanto, engendraram arranjos institucionais e composições setoriais diferentes.

Nesses tipos de países, Gerschenkron sugere que o próprio Estado teve de substituir o mercado e forçar a industrialização. Um maior atraso relativo levou a uma mais ampliada intervenção pública para superar a inércia econômica.



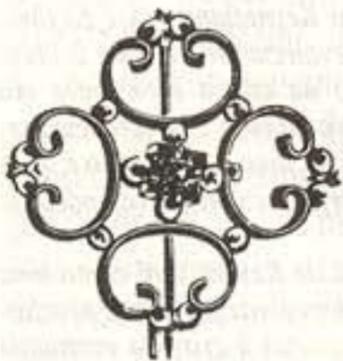
Intervenção estatal para dar condições seguras aos grandes donos do capital

Nos anos 60, economistas mais diretamente preocupados com políticas de desenvolvimento partilharam do consenso favorecendo a intervenção estatal. A teoria Keynesiana, que jogou dúvidas sobre a capacidade do mercado alcançar resultados ótimos, foi usada para legitimar a necessidade do planejamento econômico estatal. O desenvolvimento requeriria que se criassem condições sob as quais o capitalismo poderia funcionar, isto é, mercado de trabalho e de capitais em funcionamento e integração nacional do mercado. Os investimentos requeridos eram muito maiores que a poupança. Mesmo que o estoque nacional de capital e o mecanismo de preços, embora possam ser adequados para sinalizar mudanças marginais, não podem dirigir grandes decisões de investimento e nem se podem confiar neles para produzir grandes transferências de recursos para a industrialização, dado o alto grau de imobilização do capital em culturas como a do café, por exemplo. A intervenção pública torna-se necessária para garantir os investidores (via proteção, subsídios, crédito barato, etc...) e para investir diretamente a fim de romper com gargalos estruturais. A grande deficiência do mercado nos países menos

desenvolvidos segundo essa corrente de pensamento, garante a racionalidade da expansão do escopo da intervenção estatal.

Partindo de outros fundamentos, a economia política neoliberal dos anos 80 ataca a crença dos economistas desenvolvimentistas a respeito da eficácia da intervenção estatal. Os neoliberais não só consideram as deficiências do Estado na promoção do desenvolvimento econômico (corrupção e mau gerenciamento, por exemplo), como invertem a direção de causalidade: para eles a intervenção estatal não sana, mas pelo contrário, causa as imperfeições do mercado. Implicitamente assumem que os mecanismos de mercado são capazes de auto-correção. Esta crítica neoliberal foi reforçada pelo sucesso de países como Coreia do Sul e Taiwan, que eram considerados, no início dos anos 80, Estados não intervencionistas. Seu rápido crescimento, em comparação com países que seguiram uma estratégia que privilegiava o mercado interno (industrialização substitutiva de importações) parecia dar validade empírica para a idéia de que o comércio livre traria ganhos de produtividade para a economia.

James Buchanan, em 1980, desenvolve uma argumentação conhecida como "Escola da Escolha Pública" na qual argumenta que a presença do Estado gera perdas de eficiência no sistema econômico na medida que desvia os capitalistas da atividade normal de mercado para a busca de favorecimentos oriundos da intervenção Estatal, dado que esta última sempre abre espaço para algum tipo de favorecimento. Para ele, a competição pelas rendas que favorecem os beneficiários das benesses governamentais transformou-se numa verdadeira atividade de procura pelo lucro improdutivo (directly unproductive profitseeking activities - DUP). Exemplos disso seriam lobbies, incentivos fiscais, subsídios, isenções, etc. A busca "racional" de renda pelos indivíduos, poderia assim produzir uma situação sub-ótima para a economia como um todo na presença do Estado.



Os neoliberais não consideram a experiência passada dos países hoje desenvolvidos

De acordo com Shapiro e Taylor (8), teóricos da "contra-crítica", há duas idéias centrais ligadas à perspectiva neoliberal para as quais é difícil encontrar sólidos suportes. A primeira é que a eliminação das distorções provocadas pela interferência estatal irá aumentar a eficiência microeconômica do sistema. A segunda, de que, o aumento da eficiência irá levar, por seu turno, a uma melhor performance macroeconômica, convencionalmente medida pela taxa de crescimento do PNB.

Com relação à primeira questão - relacionada com a formação de preços sem a interferência estatal, a idéia de se trabalhar com "preços de mercado" é freqüentemente condição necessária para aumentar a eficiência microeconômica, isto é, das empresas, mas raramente é suficiente. Nos países menos desenvolvidos, como lembram os autores, "mais do que um sinal do mercado, é necessário alterar o equilíbrio anterior de modo a tornar os mercados não-tradicionais de exportação atrativos (...) e especialmente nos países pobres, o Estado é (ou era em muitas partes do mundo) a única entidade com recursos suficientes para criar incentivos extra-mercado suficientemente atrativos. É a única entidade com suficiente capacidade coercitiva para tornar reais as ameaças de sanção aos atores econômicos quando falham em sua performance (9).

Com relação à segunda questão, de que a melhoria da eficiência econômica das empresas leva automaticamente a um aumento na taxa de crescimento, não é uma questão tão simples. É preciso saber como esses supostos ganhos de eficiência serão distribuídos na economia como um todo. Se servirão apenas para aumentar a renda dos capitalistas e seu consumo conspícuo, ou se elevarão a renda dos trabalhadores, provocando efeitos positivos na demanda agregada do sistema e portanto, incentivando o crescimento econômico. E nada garante, "a priori", que o aumento de eficiência das empresas se difunda na forma de melhora na renda do conjunto dos trabalhadores.

Mais importante no entanto, é destacar que o isomorfismo neoliberal entre ausência de distorções provenientes da intervenção estatal e eficiência econômica é *a-histórico* e *atemporal*. Os neoliberais não consideram que na experiência histórica dos países hoje desenvolvidos a presença do Estado foi intensa durante o impulso de industrialização. Tanto nos Estados Unidos como no Japão a intervenção do Estado foi e tem sido fundamental para garantir a performance econômica. Durante o século XIX, a intervenção federal foi enorme nos EUA para proteger sua indústria. O governo americano entregou milhões de hectares de terra às companhias que construíram as ferrovias. No caso do Japão, o Estado se destacou como empreendedor, financiador e dirigente em muitos ramos industriais no período da Restauração Meiji. Esse papel ativo do Estado continuou durante o período militarista e depois da Segunda Guerra Mundial através do programa industrial do famoso MITI (Ministério da Indústria e Comércio Japonês). No caso do MITI, a interferência é tal, a ponto de selecionar as tecnologias que podem ser importadas e determinar às empresas onde e o que comprar, com o objetivo de trazer ao Japão o que há de mais avançado, evitando a introdução de tecnologias obsoletas no país. A interferência Estatal foi e continua sendo fundamental na obtenção das chamadas vantagens comparativas dinâmicas dessas economias. Como lembra

Shapiro: "A despeito da sua retórica pró-mercado, o governo continua a dirigir a capacidade americana de produção e seu avanço tecnológico objetivando fins econômicos e militares. A Boeing não seria a Boeing, nem a IBM seria a IBM, tanto no esforço econômico como militar, sem os contratos do Pentágono e o apoio da pesquisa civil".⁽¹⁰⁾

Talvez, o exemplo mais emblemático para o presente estudo seja o modelo da Coreia do Sul e Taiwan, comumente uma bandeira nas mãos dos defensores da liberalização como forma de romper o círculo de ferro que estrangula nossa economia.

Na Coreia do Sul a realidade é muito diversa do que se divulga comumente



De acordo com estudo de Otávio C. dos Santos Filho e Hamilton de Moura Ferreira Jr.⁽¹¹⁾ a respeito da Política Industrial vigente nesses países, pode-se verificar uma presença ativa do Estado no manejo dos diferentes instrumentos de política industrial disponíveis. Assim, considerando-se, por exemplo, a utilização dos instrumentos financeiros, que seguramente são os mais decisivos na implementação de uma dada política industrial, principalmente quando a intermediação financeira é baseada no crédito e não no mercado de capitais. É o caso da Coreia do Sul. Neste país, as fontes de financiamento do setor privado estão sob estrito controle estatal, inclusive as fontes de financiamento externo. Os bancos estrangeiros são permitidos apenas em áreas de negócios nos quais os bancos locais não podem ter uma boa performance. O sistema bancário é quase inteiramente estatal em Taiwan, assim como o foi na Coreia do Sul até

1983. Desta forma é enorme a capacidade do Estado de exercer influência sobre a destinação dos recursos para financiamento, questão absolutamente fundamental em qualquer política industrial.

Um segundo instrumento de política industrial que vale a pena mencionar é o comercial. Como afirma o estudo mencionado acima "um dos estereótipos equivocados quanto aos NICs asiáticos é o de sua integração liberal ao comércio internacional quando, na verdade, o volume e a composição das importações sempre estiveram sujeitos a controle seletivo, através de tarifas e restrições quantitativas"⁽¹²⁾.

Enquanto no Brasil, como veremos adiante, a Nova Política industrial preconiza apenas a utilização dos controles tarifários, abolindo totalmente os controles quantitativos de importações, em Taiwan, por exemplo, as importações são classificadas em três grupos: Proibidas/Controladas/Permitidas e, no caso da Coreia do Sul, o governo apresenta semestralmente uma "lista negativa" onde são relacionados os itens proibidos e restringidos.

Diferentemente do Brasil, onde a reserva de mercado tem sido apresentada como um estímulo à ineficiência, na Coreia do Sul "a incorporação de produtos de alta tecnologia na pauta de consumo local, bens caracteristicamente produzidos por empresas multinacionais, se dá de modo sincronizado com a capacitação dos grupos nacionais para ocupar o mercado, à medida que as subsidiárias de empresas estrangeiras nestes setores são delimitadas à produção para venda externa"⁽¹³⁾. O estudo de O. Santos Filho e H. M. Ferreira Jr. destaca 4 exemplos:

1) A transmissão televisiva em cores teve seu início retardado até 1980 para que o grupo coreano Samsung instalasse suficiente capacidade produtiva para atender o mercado interno. Vale recordar que no caso brasileiro, com a instalação da Zona Franca de Manaus e as facilidades proporcionadas pelo governo,

Relações Estado X Mercado

É útil nomear, mesmo rapidamente, as principais matrizes teórico-ideológicas que vêm se ocupando das relações entre o Estado e o mercado:

A Visão Liberal-Conservadora - Segundo Daniel, "a denominação de liberal conservadora é reservada para aquelas elaborações da relação Estado-Economia que, genericamente, argumentam no sentido de defender a mais ampla liberdade de mercado e colocar um conjunto de fortes restrições à intervenção do Estado sobre a economia".

Essa corrente de pensamento costuma associar de um lado o mercado com Liberdade e eficiência e de outro o Estado com autoritarismo e ineficiência.

O mercado garante a máxima eficiência na alocação dos recursos da sociedade como um todo. Milton Friedman, um dos mais destacados teóricos dessa corrente afirma que "a organização econômica desempenha um papel duplo na promoção da sociedade livre.

De um lado, a liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo e, portanto um fim em si própria. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política..., porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro".

Nota-se nessa visão, um conflito entre igualdade e liberdade, dado que se a propriedade, base das desigualdades sociais, é um "direito natural" do homem cuja principal missão do Estado é preservar, a verdadeira liberdade só existiria na desigualdade social.

A Visão Keynesiana - Até Keynes, a idéia que prevalecia em relação à atuação do Estado na esfera econômica era de que se tratava de uma interferência perturbadora do livre jogo do mercado e, portanto, uma interferência negativa, indesejável.

A teoria de Keynes vem como uma resposta à incapacidade da teoria neoclássica de dar respostas à crise da economia capitalista nos anos 30. De acordo com aquela teoria, como afirmava Jean Baptiste Say, um economista neoclássico, a oferta cria sua própria demanda. Se os trabalhadores estivessem dispostos a vender a sua força de trabalho pelo preço de mercado, eles sempre encontrariam colocação.

A crise dos anos 30, entretanto contradizia esse postulado. Contrariando a teoria neoclássica, de que não haveria um desemprego estrutural na economia, mas apenas friccional, isto é, de trabalhadores mudando de emprego, Keynes argumentou

mais de uma dezena de fabricantes nacionais de televisores fecharam as portas ou foram comprados pelas empresas estrangeiras, não restando hoje um só fabricante nacional.

2) Em 1984, as firmas estrangeiras detiveram 0,2% das vendas internas no total da indústria eletrônica a despeito de contribuírem com 17,4% do total produzido.

3) O mercado interno cativo foi fator relevante para que os conglomerados locais ascendessem na escala tecnológica de seus produtos, avançando nos segmentos de consumo sofisticado, na microeletrônica e na eletrônica profissional, nos quais havia se concentrado o investimento externo.

4) No que diz respeito à produção de automóveis, enquanto no Brasil praticamente 100% do mercado interno é atendido por empresas estrangeiras, na Coreia do Sul, o seu carro nacional, o Hyundai, graças à reserva de mercado existente, conseguiu tornar-se o primeiro empreendimento independente de firma do Terceiro Mundo a ganhar o mercado mundial.



Grave equívoco da estratégia industrial que o governo Collor preconiza

Restaria ainda mencionar a questão do controle do investimento externo nesses países, que é outro fator fundamental na estratégia de industrialização.

Contrariamente ao que se divulga é de pequena monta a participação do investimento direto externo em relação a outras formas de ingresso de capital. Enquanto, por exemplo, entre 1979 e 1982 a média brasileira foi de US\$ 2,2 bilhões por ano, na Coreia do Sul nunca passou de US\$ 60 mil/ano. Enquanto no Brasil 60% das subsidiárias de empresas estrangei-

ras têm propriedade integral de seu capital, na Coreia do Sul somente 6% possuem a íntegra do capital (14).

A nova política industrial, divulgada pelo Ministério da Economia em 26 de julho de 1990 tem por objetivo, segundo as diretrizes gerais divulgadas na ocasião, "o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços mediante a modernização e a reestruturação da indústria, contribuindo para a melhora da qualidade de vida da população, buscando preços e qualidade em padrões internacionais" (15). Estabelece as seguintes estratégias para a consecução desses objetivos:

- a redução progressiva dos níveis de proteção da indústria nacional.
- fortalecimento dos mecanismos de defesa da concorrência.
- reestruturação competitiva da indústria através do apoio creditício e apoio tecnológico.
- maior especialização da produção.
- exposição planejada à competição internacional.
- capacitação tecnológica.

No que se refere ao papel do Estado o documento afirma que será o de garantir um ambiente favorável aos investimentos através da garantia da estabilidade macroeconômica (leia-se: acabar com a inflação), e reforçar o sistema educacional básico e a estrutura de desenvolvimento científico. Ao Capital Privado (nacional e estrangeiro) caberia a tarefa de investir na produção propriamente dita.

De acordo com a ministra Zélia, em entrevista que deu na ocasião da divulgação do documento, a nova política industrial modifica o modelo de desenvolvimento. O Estado deixa de ser o dinamo para ter uma função de coordenação de algumas políticas fundamentais, basicamente política de capacitação tecnológica e política educacional, e o manejo do poder de compra do Estado. De acordo com ela a nova orientação conduziria ainda ao abandono dos controles

que devido à inamovibilidade dos preços e salários para baixo, por força de dissídios e convenções, seria possível a economia encontrar um ponto de equilíbrio fora da condição de pleno-emprego.

E é aí que entra o papel do Estado. Se a demanda agregada efetiva do sistema econômico (isto é o consumo dos trabalhadores e capitalistas de bens de consumo e meios de produção) é tal que não garante o pleno-emprego, caberia ao Estado, através da política monetária (emitindo papel-moeda) ou da política fiscal (aumentando seus próprios gastos), aumentar o consumo total do sistema, promovendo assim a utilização plena dos meios de produção e das forças produtivas.

Keynes pretendia, através da utilização do Estado como amortecedor, salvar a economia capitalista dos solavancos provocados por suas crises cíclicas. Não tinha nenhuma intenção redistributivista, como muitos querem fazer crer. Visava apenas

a manutenção da lucratividade das empresas em condições em que o consumo da sociedade fosse deficiente.

Contrasta no entanto com a visão liberal-conservadora na medida que atribui um papel francamente positivo ao Estado em sua relação com a Economia.

A Visão Marxista - O marxismo analisa os processos econômicos do ponto de vista da produção e não da circulação de mercadorias.

Essa diferença é fundamental, enquanto para as duas primeiras teorias o Estado aparece como algo neutro, acima das classes, com a tarefa de garantir "a justa" troca entre equivalentes, para os marxistas sua missão é justamente perpetuar um sistema de exploração.

Tal sistema, baseado no "fetichismo da mercadoria" e na alienação do produtor do produto de seu trabalho, garante o processo de extração da mais-valia dos tra-

balhadores pelos capitalistas no terreno da produção.

"O fetichismo e a alienação permitem, pois, que o Estado apareça acima das classes, como garantia das relações de troca, mas, na verdade, como garantia das próprias relações sociais de produção capitalista."

As instituições de mercado carregariam, pois uma função de especial importância no campo ideológico, a título de legitimação das desigualdades econômicas e sociais inerentes ao sistema... A superação do sistema permitiria substituir a liberdade e igualdade formais do capitalismo pela democracia real através da substituição do Estado e da eliminação (ou drástica limitação) do mercado em benefício da ampla maioria da sociedade.

quantitativos de importações, incentivos fiscais e subsídios.

Simultaneamente ao anúncio destas novas diretrizes e, seguindo a mesma linha liberalizante, a ministra anunciou a formação de dois grupos de trabalho visando a reformulação da Lei da Informática e do Software (para o fim da reserva de mercado) e do Código de Propriedade Industrial, para a extensão da proteção a processos e produtos farmacêuticos, segundo ela “para ter uma integração correta com o resto do mundo”. (16).

As principais mudanças introduzidas no plano mais imediato foram: Fim do controle quantitativo das importações; Redução do índice de nacionalização dos projetos para fins de obtenção de financiamento do FINAME de 85% (90% em alguns casos) para 70%; Alíquota zero para importação de máquinas e insumos sem similar nacional; Redução da alíquota média de importação de 55% para 20% nos próximos quatro anos; Redução em média de 50% das alíquotas de importação para produtos têxteis.

Por tudo o que vimos até agora, é fácil constatar que, por sua inspiração neoliberal, a nova política industrial vai na contra-mão da história, cometendo uma série de equívocos.

O problema de fundo é adotar uma orientação liberalizante recomendada pelas grandes potências, principalmente os EUA, quando nem elas próprias a adotam nos termos que recomendam aos outros.



**Se tudo der certo
é possível
o doente morrer
vitimado
pelo tratamento**

Não bastasse o que já foi dito para demonstrar esse fato, poderíamos lembrar ainda as constantes desavenças entre os grandes blocos econômicos atuais: EUA/Japão/Comunidade Econômica Européia a respeito das barreiras comerciais que impõem uns aos outros, visando proteger suas respectivas indústrias e agricultura. A atual rodada do Uruguai do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), que regula o Comércio internacional, chegou a um impasse devido às crescentes medidas protecionistas que os países desenvolvidos vem adotando. Só no período 81-86, os países membros da CEE pagaram em média 111 bilhões de dólares ao ano às suas respectivas indústrias e agricultura, para protegê-las da concorrência internacional, inclusive dos países do Terceiro Mundo e da concorrência dentro da própria comunidade. No período 86-88, foram pagos em média, 107 bilhões de dólares ao ano o que equivale a 2,2% do PIB da CEE. (17)

Merece atenção o modo como o governo trata a questão do mercado. A nova política industrial tem como uma das principais estratégias para a “moderni-

zação” da indústria brasileira, a redução dos níveis de proteção à indústria nacional. A superproteção do Estado, segundo a ministra, criou um capitalismo avesso ao risco e pouco competitivo a nível internacional. A principal medida nesse sentido foi a maior abertura do mercado à importações, eliminando os controles quantitativos e a promessa de redução à uma média de 20% na alíquota de importação nos próximos 4 anos, que hoje gira em torno de 85%. Observando porém a experiência internacional, verificamos que o caminho escolhido, ao invés de curar o doente, terminara por matá-lo. Nesse sentido é bastante insuspeita a afirmação de Jean Rene Forjou, presidente do grupo Rhône-Poulenc (holding francesa da Rhodia) que em visita ao Brasil depois de ouvir explicações sobre o que o governo está fazendo para combater a inflação e integrar o Brasil no mercado internacional, afirmou: “O doente vai morrer curado”.

Não se conhece, como já observamos, nenhuma experiência histórica de país que tenha conseguido montar sua própria indústria e construir sua tecnologia abrindo o mercado à importações. Como afirma Rogério Cerqueira Leite: “Se de fato vier a prevalecer o comércio livre, na forma em que sempre procuram os países avançados impor aos periféricos, podemos desistir de uma indústria tecnologicamente avançada. Vamos produzir cimento, vamos ter nossas siderurgias. Uma boa agricultura convencional. Mas nada de novos materiais, de biotecnologia molecular, de optoeletrônica, de informática. Não há como desenvolver ou captar tecnologia sem mercado. E se o mercado interno estiver ocupado, ou for acessível a um concorrente mais apto, o mais fraco não sobrevive. Eis por que países como o Japão, a Inglaterra, a Alemanha, a França, os EUA, com um mercado interno de grandes proporções, sempre tiveram políticas protecionistas para todos os setores industriais não consolidados... Nenhum país avançado ou em desenvolvimento expôs sua indústria de ponta à competição internacional. Primeiro criam-se condições internas apropriadas, incluídos privilégios quanto ao mercado interno”. (18)

Um outro equívoco relacionado com a questão do mercado é esperar que num contexto internacional onde os principais mercados são controlados por um reduzido número de oligopólios e conglomerados, a abertura comercial redunde em maior competitividade para a indústria nacional. Num mundo onde a nova divisão internacional do trabalho é ditada exatamente pelo fato de se possuir ou não tecnologia de ponta e onde a obtenção dessa tecnologia envolve investimentos tão vultosos que leva empresas e governos concorrentes entre si a desenvolverem projetos comuns de pesquisa dado o tamanho do aporte financeiro necessário, é pura ilusão achar que a mera abertura comercial garantirá a transferência dessa tecnologia para a indústria nacional. Na realidade, confunde-se produto com tecnologia. Se fosse tão simples assim,

o Paraguai seria um dos países mais avançados do mundo.

“A tecnologia de ponta é uma área nobre e nenhum país que a detenha tem interesse em exportá-la. Vendê-la significa transmitir conhecimentos e ninguém tem interesse em criar rivais a nível de sofisticação e desenvolvimento em todos os setores econômicos”, afirma Ubirajara Quaranta Cabral, ex-presidente do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial).⁽¹⁹⁾

Se levarmos em conta ainda que as principais inovações tecnológicas que despontam no horizonte da economia mundial estão sendo desenvolvidas e controladas por um pequeno grupo de empresas multinacionais, a obtenção de tecnologia via abertura comercial se torna totalmente ilusória. A questão é que qualquer política industrial bem sucedida depende, fundamentalmente, do desenvolvimento de tecnologia própria e, ao contrário do que propõe a nova orientação do governo Collor, isso exige mercado interno protegido para justificar os investimentos necessários. A abertura comercial nos termos propostos pela nova política industrial longe de nos levar ao Primeiro Mundo, como propõe, consolidará uma posição de subordinação da economia brasileira na nova divisão internacional do trabalho.

Como recorda Ubirajara Quaranta Cabral em entrevista à revista *Visão*, “o país fechou seu merca-

do em três áreas e conseguiu avanços reconhecidos em todo o mundo: na aeronáutica, estimulando a produção de aviões com tecnologia própria, pela Embraer; na extração de petróleo, através da Petrobrás que desenvolveu técnicas inéditas de exploração em alto mar; e na indústria bélica, com a Engesa. Com esta empresa, o Brasil fabrica equipamentos de primeira num setor que vem se sofisticando cada vez mais. E não há interesse em repassar essa tecnologia para países como a França e Israel, que também se dedicam à fabricação da mesma linha de produtos desenvolvidos aqui”.⁽²⁰⁾

Outro fato grave a apontar é o de que a liberação de produtos de consumo final numa conjuntura recessiva como a atual, é um verdadeiro tiro de misericórdia nas empresas. E se, como diz o documento que apresentou a nova política industrial, seu objetivo é “contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população”, estamos diante de um paradoxo, na medida que esse tipo de política apenas está contribuindo para agravar o problema do desemprego e, portanto, agindo no sentido inverso ao que pretensamente se propõe. ■

LUÍS PAULINO, mestrando em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

NOTAS

(1) Ver LIPIETZ, Alain e LEBORGNE, Daniele. “O Pós-Fordismo e Seu Espaço” in *Espaços e Debates*. n.º 25, pp. 12-29, NERU, São Paulo, 1988.

(2) Idem, ibidem. p. 13.

(3) Idem, ibidem. p. 14.

(4) SUZIGAN, Wilson. Reestruturação Industrial e Competitividade nos Países Avançados e nos NICs Asiáticos: Lições para o Brasil. in *Reestruturação Industrial e Competitividade Internacional*. p. 8, Coleção Economia Paulista, SEP/SEADE-FECAMP/UNICAMP (Instituto de Economia), São Paulo, 1989.

(5) Idem, ibidem. p. 8.

(6) Ver SHAPIRO, Helen e TAYLOR, Lance. The State and Industrial Strategy. in *World Development*. Vol. 18, n.º 6, pp. 861-878, 1990.

(7) Idem, ibidem. p. 861.

(8) Idem, ibidem. p. 865.

(9) Idem, ibidem. p. 865.

(10) Idem, ibidem. p. 866.

(11) Ver SANTOS FILHO, Otavio Canuto dos e FERREIRA JÚNIOR, Hamilton de Moura. Coréia do Sul e Taiwan: Aspectos Histórico-Estruturais e Política Industrial. in *Reestruturação Industrial e Competitividade Internacional*. op. cit. pp. 341-411.

(12) Idem, ibidem. p. 383.

(13) Idem, ibidem. p. 386.

(14) Idem, ibidem. p. 386.

(15) Ver FOLHA DE SÃO PAULO. 27/07/90.

(16) Idem, ibidem.

(17) ver FOLHA DE SÃO PAULO. 01/08/90.

(18) Ver FOLHA DE SÃO PAULO. 11/10/90.

(19) Ver Revista *Visão*. 24/10/90. p. 18.

(20) Idem, ibidem. p. 19.

BIBLIOGRAFIA

DANIEL, Celso. *O Estado e o Mercado (ou o Público e o Privado)*. Algumas Matrizes Teórico-Ideológicas. Mimeo. EAESP-FGV, si data.

Idem, ibidem. p. 4.

Idem, ibidem. p. 5.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. in WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os Clássicos da Política*. p. 99, Editora Ática, São Paulo, 1989.

DANIEL, Celso. Opus cit. p. 20.

1 BILHÃO DE PESSOAS VIVE COM MEIO SALÁRIO MÍNIMO

AGENOR SILVA JR

O próprio Banco Mundial, instituição do capital internacional, reconhece que a pobreza cresce no mundo. Com base nas suas estatísticas o artigo mostra que isto integra a lógica capitalista na fase monopolista

Anuálmente, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial (BIRD/BM) publica um relatório sobre o desenvolvimento mundial onde são feitas descrições de alguns indicadores do desenvolvimento mundial e formuladas receitas para a "solução" de alguns problemas globais. Invariavelmente, as recomendações do Banco são no sentido de defender os interesses do capital financeiro internacional indicando aos povos pobres e dependentes suas saídas de aprofundamento da dependência e exploração.

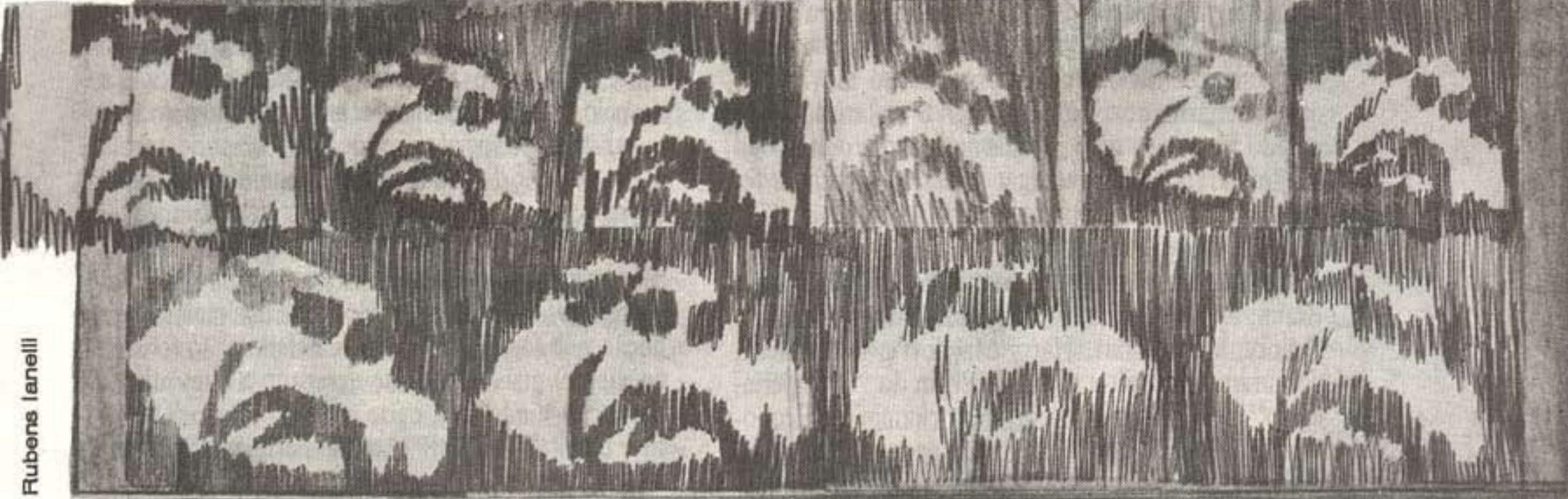
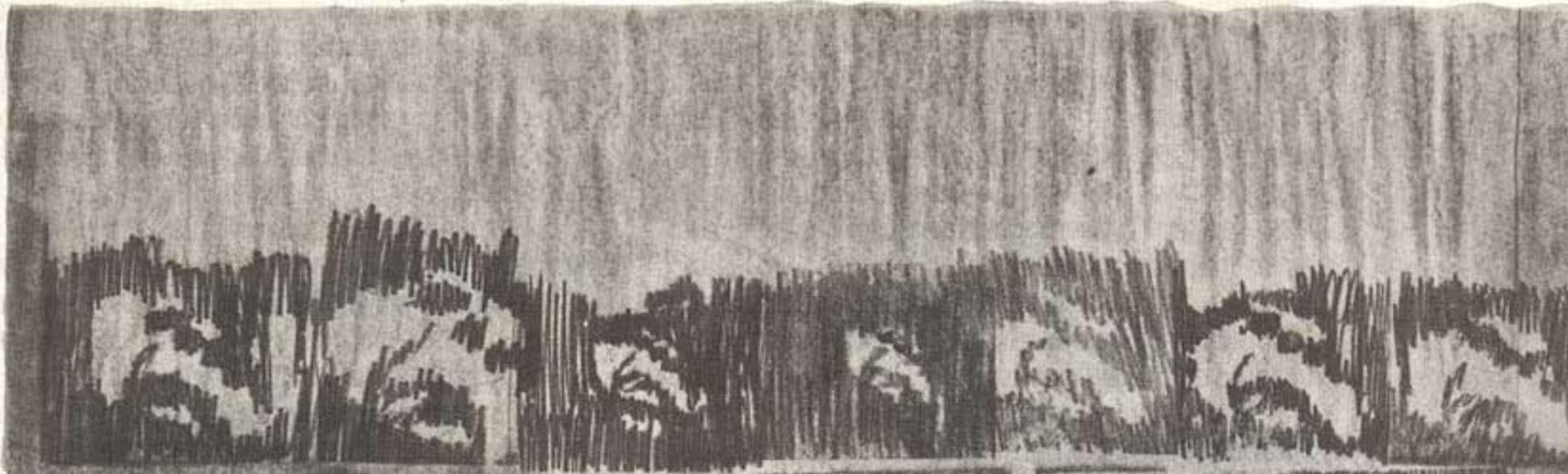
Neste ano, de forma aparentemente surpreendente, o Banco Mundial reconhece talvez a maior mazela do sistema capitalista atual: "Em 1985 mais de 1 bilhão de pessoas, quase um terço da população total do mundo em desenvolvimento, mantinha-se com menos de US\$ 370 dólares *per capita* ao ano." (1) Note-se que o nível de pobreza considerado pelo Banco Mundial é extremamente baixo, cerca de 66 mil cruzeiros, de dezembro de 1990 ao ano, ou, perto de meio salário mínimo brasileiro por mês. Se ampliarmos este limite de extrema pobreza para algo em torno de um salário mínimo brasileiro ao mês, infere-se pelas estatísticas do Banco, que 60% da espécie humana é muito pobre, com tendência a ficar cada vez mais pobre.

Mas não é propriamente o "estudo" sobre a

pobreza no mundo que mais chama a atenção no Relatório do Banco Mundial, principalmente para nós brasileiros que vemos que o número relativo a renda da população não reflete em toda extensão as imensas dificuldades de vida da ampla maioria da população de um país dependente. Mais importante que a pobreza em si é o fato de que, enquanto a maioria do globo diminui seu padrão de vida, os chamados países desenvolvidos ficam cada vez mais ricos.

Segundo as estatísticas do BM, a população de todo o mundo é estimada em 4 bilhões 736,2 milhões de habitantes (dados de 1988). Destes, 751,1 milhões (15,86% do total) vivem nos países da OCDE, o "clube" dos países imperialistas. Por outro lado, a produção de bens e serviços foi avaliada em 17,018 trilhões de dólares. Deste total, os países ricos da OCDE se apropriam de 13,603 trilhões de dólares; sobrando para o resto do mundo, com quase quatro bilhões de pessoas, somente 3,415 mil bilhões de dólares ao ano. Em resumo, 15,86% da população do planeta - que vive nos países ricos - se apropria de 79,93% da produção mundial, enquanto a parte dos países pobres, 84,14%, percebe somente 20,07% desta produção.

Trabalhando com as estatísticas do BM, pode-se agregar outros dados que mostram o desnível que se criou no mundo. O consumo de energia comercial *per capita*, por exemplo, representa 5.181 quilos equi-



Rubens Ianelli

valentes de petróleo para os habitantes da OCDE, e para os países pobres o consumo de energia *per capita* fica em 55,4 quilos equivalentes de petróleo, pouco mais de um décimo dos chamados ricos.

No campo dos indicadores sociais, as disparidades também são enormes. Na população entre 20 e 24 anos de idade, 30% na OCDE está matriculada em cursos superiores. No Brasil esta taxa cai para 11%, no Chile 18% e nos países ainda mais pobres, cai para cerca de 3%. Na OCDE somam-se 450 habitantes para cada médico. No resto do mundo temos a média de 7.891,3 habitantes por médico: os países ricos têm, proporcionalmente, 17 vezes mais médicos do que os pobres. O índice de mortalidade infantil na OCDE é de 24 óbitos para cada mil nascidos vivos. Já na América Latina 95 em cada mil nascidos vivos morrem antes de completar 5 anos de idade.

Importante notar que a diferenciação é crescente. A tabela abaixo ilustra, em linhas gerais, o acentuado processo de polarização do mundo.

É desnecessário citar outros dados que retratam a profunda desigualdade do mundo atual. Mas vale considerar que, nos países dependentes, a polarização interna é extremamente grande. Assim, enquanto que na OCDE os 10% mais ricos se apropriam de cerca de 24% da renda nacional, no Brasil os 10% mais ricos se apropriam de 46,2% da renda do país (dados de 1985).



Mecanismo de troca não revela as características básicas da etapa imperialista

A teoria marxista há tempos vem relacionando o aprofundamento da pobreza no mundo dependente com a espoliação imperialista. Lênin argumentava, no início do século, que as exportações de capital eram o traço econômico distintivo do capitalismo na fase a que chegara em relação ao capitalismo pré-monopolista. Dizia que o processo de concentração e centralização do capital tinha levado à formação de monopólios e que, através da fusão do capital industrial in-

PIB POR HABITANTE

	1770	1870	1970	1988
Países desenvolvidos*	210	550	3300	17.080
Europa	220	560	2.500	14.018
EUA	-	-	-	19.840
Países subdesenvolvidos	170	160	340	857
América Latina	-	-	750	1.840
Ásia	-	-	260	570
África	-	-	270	330

Fonte: Ladislau Dowdor, Introdução p. 20. Dados de 1988, Relatório do Banco Mundial 1990/Valores em US\$ de 1970, exceto 1988, US\$ correntes * não inclui Japão

dustrial ao capital bancário, formara-se o capital financeiro. Este capital financeiro, acumulado nos países mais desenvolvidos, do ponto de vista capitalista, buscava sempre o lucro máximo, obtido, entre outras formas, pela exportação de capitais aos países mais atrasados. As exportações de capital passaram a ser, segundo Lênin, a forma principal de domínio por parte da oligarquia financeira imperialista dos povos coloniais e dependentes.

A relação que se estabelece entre a polarização do mundo e o domínio imperialista nas suas mais variadas formas é mais ou menos conhecida na literatura e no movimento marxista. Cabe estudar com maior profundidade a evolução mais recente do domínio imperialista nos marcos da grave crise financeira que o mundo capitalista atravessa. Contudo, é preciso introduzir uma discussão menos presente no movimento revolucionário qual seja, estudar a polarização do mundo vinculada aos mecanismos de reprodução do capital. Trata-se de investigar a relação entre este fenômeno e a divisão internacional do trabalho.

Diversos autores ditos marxistas têm tratado deste tema no pós-guerra. Arghiri Emmanuel, Oscar Braun, André Gunder Frank, Samir Amin, Christian Palloix, Meir Mrhav, Harry Magdoff e Paul Baran, procuram substituir a teoria de Lênin do "O Imperialismo" pelo que se convencionou chamar de Economia Mundial. Buscam a explicação para as desigualdades entre países não propriamente na espoliação imperialista, mas nos chamados mecanismos de trocas desiguais. Arghiri Emmanuel, por exemplo, acentua que "independente de qualquer alteração dos preços advindos de uma concorrência imperfeita no mercado de mercadorias, a troca desigual é a relação de preços de equilíbrio que se estabelece por causa do nivelamento da taxa de lucros entre regiões com taxas de exploração institucionalmente diferentes. O termo institucionalmente significa que, por alguma razão, essas taxas de exploração são subtraídas ao nivelamento competitivo no mercado de fatores." (2)

Reprodução liga trabalho social pretérito e presente no fazer mercadorias



Discute-se se os salários na chamada periferia são ou não uma variável independente, "institucionalmente" constituída, etc. No centro do debate está a crítica de que a teoria de Lênin não dá conta do problema da polarização, que este desprezava o mercado externo como componente da economia mundial, etc.

Um livro que avança nas teorias das trocas desiguais, procurando estudar a polarização do mundo é o do Prof. Ladislau Dowbor, *Introdução Teórica à Crise*. Apesar de manter as críticas às "debilidades"

da teoria leninista, trata-se de importante argumentação em torno da questão da divisão internacional do trabalho e a reprodução do capital. Vejamos inicialmente como Lênin colocava a questão dos Mercados Externos, e o porquê do seu aparente desprezo por esta questão. Inicialmente, algo sobre a reprodução do Capital.

Segundo a teoria marxista, o valor de uma mercadoria é determinado pelo trabalho socialmente necessário à sua produção. Este trabalho necessário pode ser dividido em duas partes: uma corresponde ao trabalho objetivado nos meios de produção que foram gastos (trabalho pretérito); outra corresponde ao trabalho vivo, que transforma os meios de produção na mercadoria desejada. Em outras palavras, o valor de cada mercadoria é constituído de uma parte correspondente ao valor dos meios de produção que é transferido pelo trabalho concreto à mercadoria e pelo trabalho abstrato ou social agregado no processo de trabalho.

O valor do produto social, como a soma do valor de todas as mercadorias produzidas durante determinado período de tempo, será também determinado pelo trabalho socialmente necessário à sua elaboração. É constituído, portanto, pelo valor dos meios de produção que foram gastos em sua elaboração (o capital constante) mais o trabalho agregado a estes meios de produção, onde uma parte é paga na forma de salários (capital variável) e outra parte não é paga (a mais-valia).

No volume II de *O Capital*, procurando estudar a reprodução simples e ampliada do produto social nas condições do modo capitalista de produção, Marx divide todo o produto social em produção de meios de produção e meios de consumo e em mercadorias que entram no consumo produtivo e mercadorias que fazem parte do consumo pessoal dos capitalistas e dos operários.

Aplicando estas categorias às duas partes do produto social, teremos:

$$P = P1 + P2$$

$$P1 = C1 + V1 + MV1;$$

$$P2 = C2 + V2 + MV2.$$

Onde:

P = valor do produto social;

P1 = valor da produção de meios de produção;

P2 = valor da produção de meios de consumo;

C1 = valor dos meios de produção gastos na produção de meios de produção;

C2 = valor dos meios de produção gastos na produção de meios de consumo;

V1 = capital variável (salários) gastos na produção de meios de produção;

V2 = capital variável (salários) gastos na produção de meios de consumo;

MV1 = mais valia extraída na produção de meios de produção;

MV2 = mais valia extraída na produção de meios de consumo;

Quando se estuda as condições para que haja uma reprodução simples ou ampliada do produto social, pretende-se estabelecer as proporções necessárias ao equilíbrio do sistema. Assim, Marx mostra no livro II que na reprodução simples os meios de produção consumidos têm que ser igual aos meios de produção produzidos:

$$C1 + C2 = P1 = C1 + V1 + MV1.$$

Além disso, os meios de consumo produzidos terão necessariamente que passar pelos operários e pelos capitalistas:

$$P2 = C2 + V2 + MV2 = V1 + V2 + MV1 + MV2$$

Destas relações deduzimos que $C2 = V1 + MV1$. O valor dos meios de produção consumidos na produção de meios de consumo tem que ser igual ao trabalho agregado na produção de meios de produção.

As relações acima representam as três condições ou proporcionalidades para a reprodução simples. No caso de reprodução ampliada, as igualdades transformam-se em desigualdades, no sentido que nem toda a mais-valia extraída pelos capitalistas será consumida: uma parte será aplicada no capital responsável pela ampliação da produção.

As crises derivam de uma superprodução crônica do sistema capitalista



Os populistas russos argumentavam, no final do século passado e início deste, que o esquema proposto por Marx não explica para quem esta produção é vendida e, com isto, indicavam a impossibilidade do capitalismo penetrar em larga escala na Rússia de então. Rosa Luxemburgo, com uma concepção semelhante apontava para o fato do capitalismo ter a necessidade de estar sempre em busca de mercados externos a ele como imperativo para a “realização” do produto.

Nos textos *Sobre os Mercados, Contribuição à Caracterização do Romantismo Econômico*, e na introdução do livro *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, Lênin argumenta que o capitalismo não visa propriamente o consumo, mas sim a acumulação de mais-valia indicando que:

“Com relação ao problema do mercado interno, foco do nosso interesse, a conclusão principal a extrair da teoria da realização de Marx é a seguinte: o crescimento da produção capitalista e, conseqüentemente, do mercado interno, vincula-se mais aos meios de produção e menos aos artigos de consumo. Noutros termos: o crescimento da produção de meios de produção ultrapassa o dos artigos de consumo. De fato, já observamos que o capital constante existente nos artigos de consumo (seção II) é trocado pelo capital variável + a mais-valia existente nos meios de produção (seção I). Contudo, segundo a lei geral da pro-

dução capitalista, o capital constante cresce mais rapidamente que o capital variável. Por isso, o capital constante existente nos artigos de consumo deve crescer mais rapidamente que o capital variável e a mais-valia existentes nesses artigos, e o capital constante existente nos meios de produção deve crescer mais rapidamente ainda, ultrapassando o crescimento tanto do capital variável (+ a mais-valia) existente nos meios de produção como do capital constante existente nos artigos de consumo. A seção da produção social que fabrica meios de produção deve, portanto, crescer mais rapidamente do que aquela que fabrica artigos de consumo. *Desse modo a extensão do mercado interno para o capitalismo é, até certo ponto, independente do crescimento do consumo industrial...*” (grifo nosso ASJ) (3)

Esta independência relativa entre o crescimento industrial e o mercado interno é utilizada por Lênin para mostrar que não é a teoria da reprodução de Marx que é contraditória, mas sim o próprio sistema capitalista. Argumenta que no final das contas, a produção terá que se realizar sobre a base estreita de consumo imposta aos trabalhadores. Daí a independência somente relativa da extensão dos mercados para o desenvolvimento do capitalismo. Mas isto não constitui a raiz das crises econômicas e sim uma das manifestações das contradições do sistema.

Negando que o problema principal do capitalismo seria o mercado, ou pelo menos o desconhecimento deste por parte dos capitalistas, Lênin descarta o mercado externo como sendo a solução do problema da realização e conseqüentemente das contradições do sistema capitalista. Em outro texto ele acentua:

“Y el mercado exterior? No negamos nosotros la necesidad del mercado exterior para el capitalismo? Claro que no. Pero es que el problema del mercado exterior no tiene absolutamente nada de común con el de la realización y la tentativa de agruparlos en todo único es típica sólo del deseo romántico de ‘retardar’ el capitalismo ...” (4)

Segundo Marx e Lênin, a razão última da crise é a contradição entre o caráter social do trabalho e o caráter privado da apropriação, que se manifesta entre outros aspectos, na base “estreita” do poder de consumo da população:

“... Qué son las crisis? Superproducción, producción de mercancías que no pueden ser realizadas, que no pueden hallar demanda...” (5)

E mais a frente, indicando que isto não significa que a contradição do capitalismo seja basicamente esta, agrega que:

“... Las crisis son ineludibles porque el carácter colectivo de la producción entra en contradicción con el carácter individual de la apropiación.” (6)

Em resumo, Lênin retoma a concepção de Marx sobre as contradições do sistema capitalista: temos uma contradição básica entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação que se ma-

nifesta, entre outras formas, na contradição entre a produção e o consumo.

Este o significado que se deve dar às argumentações de Lênin sobre o problema dos mercados externos. Um combate às teorias que procuravam identificar as crises como o subconsumo próprio do capitalismo.

A negação do problema dos mercados externos como solução para as crises do capitalismo não significa que os mercados externos de cada país capitalista não tenham sua importância no processo de reprodução do capital.

Um aspecto de primeira importância, neste sentido, refere-se à problemática do comércio internacional e à divisão internacional do trabalho como elementos determinantes na polarização do mundo entre nações ricas e pobres.

Superexploração da periferia ameniza em parte as crises nos países ricos



No livro de Ladislau Dowbor, *Introdução Teórica à Crise*, a abordagem da polarização do mundo é feita tendo como foco a divisão internacional do trabalho alocada nos esquemas de reprodução do capital. Analisa-se que a reprodução ampliada do capital pode se dar com elevados ritmos de crescimento da produção nos chamados países industrializados sem grandes entraves internos, ou seja, crises de superprodução relativa foram, em certa medida, amenizadas por conta dos mercados externos a estes países.

Um primeiro momento deste processo é batizado, de forma clássica, de divisão internacional do trabalho e caracterizado pela troca de matérias primas da periferia por produtos manufaturados do centro. Neste sentido, os salários podiam permanecer baixos no centro pois parte dos artigos de consumo eram “trocados” por matérias primas da periferia. A Inglaterra, por exemplo, exportava tecidos e importava algodão.

Em termos de reprodução do capital isto implicava que uma parte da produção destinada ao consumo no centro era trocada por produtos destinados à produção. Renda que hipoteticamente deveria ser alocada aos trabalhadores para manter o equilíbrio da reprodução ficava nas mãos dos capitalistas, e estes, compravam meios de produção do exterior ampliando a produção sem cair em problemas maiores de superprodução relativa.

“O capitalismo tem necessidade de um mercado, e tem também necessidade de manter uma taxa de lucro elevada. Escolhendo sempre o mal menor, e pressionado pelas variações conjunturais, é normal que ele procure ao mesmo tempo uma base de expan-

Nédia Timm



são mais ampla possível e uma taxa de exploração mais elevada possível.

Sendo os dois elementos dificilmente conciliáveis, em termos de sistema capitalista nacional, eles podem, no entanto, ser conciliados na medida em que se estabelece uma troca entre duas regiões cujo produto exportado incide sobre consumos de classes diferentes”. (7)

Vale ressaltar que este esquema de divisão internacional do trabalho tem como complemento a polarização social nos países periféricos, já que os artigos de consumo por eles importados são produzidos para um nível de renda de padrão superior. A absorção destes produtos necessita uma pequena camada privilegiada no que se refere ao poder de consumo. Não é casual que o país que mais se industrializou na chamada periferia, o Brasil, seja ao mesmo tempo o de maior concentração de renda (os 10% mais ricos absorvem quase 50% da renda nacional, enquanto nas chamadas economias industriais de mercado (centro) esta taxa fica entre 21 e 28%).

Um segundo momento da polarização do mundo ocorre quando há esgotamento do esquema acima. O crescimento da produção no centro chegou a tal ponto que a periferia não tinha mais condições de continuar desempenhando seu papel de “realizador” da produção do setor II. Neste ponto, o equilíbrio do sistema capitalista passa a exigir uma relati-

va distribuição da renda no centro: os salários que respondiam a 48,5% da renda nacional na Inglaterra entre 1860 e 1869 passam a representar 60% desta na década de 20 do nosso século, chegando a 72,4% na década de 50.

A contrapartida desta recuperação dos salários no centro passa a ser a busca da manutenção da taxa de lucro através de uma maior exploração da periferia por meio da internacionalização do capital.

“Simplificando ao extremo, a exploração fazia-se em grande parte no centro, e a periferia desempenhava um papel fundamental para a realização. A partir daqui, a realização far-se-á no centro, em especial através do alargamento ou da integração dos mercados. Mas a produção far-se-á cada vez mais na periferia e, por conseguinte, esta última terá que suportar o grosso do esforço de acumulação”. (8)

Os mecanismos das trocas desiguais garantem este esforço de acumulação na periferia, na eterna batalha de gerar renda a ser enviada aos países industrializados. Interessante notar que os mecanismos de troca desigual não devem ser entendidos como variáveis exógenas. É o próprio mecanismo de funcionamento - realização - do sistema que impõe à periferia do mundo uma sobre-exploração, concentração de renda e uma economia voltada para as exportações que leva ao crescente desfavorecimento nos termos de troca.

“Trata-se simplesmente do processo de acumulação à escala mundial, já não ao nível da eventual exploração ou ‘injustiça’ na troca entre países imperialistas e economias subdesenvolvidas, mas no quadro de uma polarização em que o esforço de acumulação

foi, em grande parte, atirado para cima da periferia, gerando uma série de determinações estruturais e de relações de produção que reproduzem o sistema e explicam suas contradições”. (9)

A introdução da divisão internacional do trabalho nos esquemas de reprodução do capital constitui elemento de fundamental importância como instrumento de análise da ligação que existe entre a polarização do mundo entre centro e periferia e a polarização social interna aos países dependentes. É também um componente explicativo dos processos estruturais particulares da reprodução do capital tanto dos países imperialistas como dos países dependentes.

Contudo, diferentemente da teoria leninista, esta linha de análise abstrai, em certa medida, um dos aspectos principais do desenvolvimento do capitalismo que corresponde ao processo de concentração da produção e centralização do capital.

É precisamente o domínio do mundo por parte de um punhado de monopólios que leva o mesmo à polarização. Na busca do lucro máximo, eles articulam o processo no sentido do empobrecimento contínuo dos países dependentes. Portanto, não se trata de simplesmente elaborar estratégias de política econômica que visem um maior desenvolvimento dos países pobres em contraposição à lógica da divisão internacional do trabalho. Pelo contrário, é a ruptura com o domínio imperialista que permitirá aos povos estabelecer suas estratégias de progresso econômico e social. ■

AGENOR SILVA JR, economista, pós-graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC).

NOTAS

- 1 - Relatório do Banco Mundial - 1990, p.1.
- 2 - ARGHIRI, Emmanuel, outros. *Imperialismo e Comércio Internacional*. Global, São Paulo, 1981.
- 3 - LÊNIN, Vladimir Ilich. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Coleção “Os Economistas”, São Paulo, Abril, 1985, p.23.
- 4 - LÊNIN, Vladimir Ilich. *Contribución a la Caracterización del Romantismo Económico*. Obras Escogidas, Moscú, Editorial Progreso, 1979, p.261.
- 5 - Idem, p.269
- 6 - Idem, p.269
- 7 - DOWBOR, Ladislau. *Introdução Teórica à Crise*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.102.
- 9 - Idem, p.98
- 10 - Idem, p.154

BIBLIOGRAFIA

- MARX, Karl. *O Capital Livro II*. Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. Coleção “Os Economistas”, São Paulo, Abril, 1985.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do Capital*. Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
- LÊNIN, Vladimir. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. Obras Escolhidas V.I, Alfa Omega, São Paulo, 1980.
- LÊNIN, Vladimir. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, Coleção “Os Economistas”, São Paulo, Abril, 1985.*
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *Contribución a la Caracterización del Romantismo Económico*. Obras Escogidas, Moscú, Editorial Progreso, 1979.
- DOWBOR, Ladislau. *Introdução Teórica à Crise*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- Vários. *Imperialismo e Comércio Internacional* (Samir Amin, Arghiri Emmanuel, etc.) Coleção Bases v. 34, Global, São Paulo, 1981.
- BANCO MUNDIAL *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1990.

DEFENDER E DESENVOLVER A TEORIA MARXISTA: EXIGÊNCIA DA ÉPOCA ATUAL

JOÃO AMAZONAS

Virou moda abarcar numa mesma categoria a construção do socialismo e sua destruição pelo revisionismo. Tudo é “socialismo real”. Tal falta de referência científica não permite um exame crítico adequado à revolução.

Vão-se avolumando especulações de toda ordem acerca do socialismo e de suas perspectivas. Sob óticas as mais diversas, buscam-se explicações para os acontecimentos sucedidos na União Soviética e no Leste europeu. O debate é salutar, merece ser estimulado. São muitos os problemas exigindo reflexão. E ninguém é dono da verdade. Surgem, no entanto, conclusões pouco sólidas. Negam-se princípios fundamentais da natureza mesma do socialismo. Põe-se em dúvida a ciência social que, no dizer de críticos apressados, não passaria de “uma teoria ideologizada” ou de “ideologismo abstrato”. Constróem-se projetos utópicos que, na essência, assemelham-se aos de Fourier e Saint-Simon na metade do século passado. Pretende-se o socialismo sem revolução, sem luta de classes, sem teoria revolucionária.

Seguramente, torna-se necessário examinar com espírito aberto e construtivo os fenômenos indesejáveis ocorridos no processo da evolução social iniciada nos idos de 1917 e que conduziram a um retrocesso na marcha da História. É indispensável detectar as causas desse recuo, considerando as distintas correlações de forças que se apresentavam. Não é tarefa comum, fácil de empreender.

Somente o primarismo auto-suficiente dá respostas abreviadas e inconsistentes - foi o burocratismo, o estatismo, o Estado gigante fundido com o par-

tido único, o socialismo sem capitalismo ... foi o modelo “stalinista”.

Duas questões importantes chamam a atenção nos debates em curso. O menosprezo pela teoria e a ausência de análise concreta da vigência do socialismo na URSS. O marxismo-leninismo teria perdido sua vitalidade, já não serviria para nada. E o socialismo fôra algo confuso que durara várias décadas e terminara na volta ao capitalismo.



**Referência básica
para o
exame crítico
sério do
processo histórico**

Grande número dos que discutem a crise do socialismo procura desconhecer que na União Soviética prevaleceu por muito tempo um novo sistema econômico-social que, mais tarde, foi substituído por outro regime, de natureza diversa. Quando muito, referem-se à época de Lênin, que morreu em janeiro de 1924. Alguns mencionam o começo dos anos 30. Generalizam os erros, sem levar em conta que houve situações diferentes nos setenta anos de União Soviética. Para eles, tudo é socialismo *real*, uma coisa só. Desse mo-



do, ficam incapacitados de compreender as questões de fundo que se relacionam com o progresso da humanidade. Não podem chegar a conclusões acertadas.

Na União Soviética não somente aconteceu a maior revolução da História como se conseguiu construir, em boa parte, a nova sociedade. Mesmo raivosos opositores são obrigados a reconhecer o enorme êxito alcançado sob o domínio socialista. Operou-se a revolução industrial, mudou-se radicalmente o sistema atrasado de propriedade rural, fez-se a revolução na esfera da cultura. A União Soviética converteu-se numa grande e respeitada potência, gozando de imenso prestígio internacional. Não por acaso venceu o poderio militar gigantesco da Alemanha de Hitler. É impossível esconder tais fatos que pertencem à História, e são irrefutáveis. Qualquer historiador, fiel aos dados da realidade, reconhece que na velha Rússia feudal-capitalista estabeleceu-se um regime social novo, distinto do capitalismo, uma sociedade dirigida pelo proletariado organizado em sovietes e pelo Partido Bolchevique, fundado por Lênin. Esse novo regime durou cerca de quarenta anos, prova insofismável de sua viabilidade.

Desapareceu há muito tempo, na metade da década de 50. Nem todos se deram conta do fato, acontecido sub-repticiamente. Com o 20º Congresso do PCUS (fevereiro de 1956) completado com o golpe

de Estado Kruschov-Zukov (meados de 57), o proletariado, enquanto classe avançada da sociedade, sofreu uma derrota de significação histórica. Perdia as principais conquistas da revolução de 1917. A partir daí, inicia-se a era do revisionismo, outra concepção, outra orientação política, econômica e social de extração pequeno-burguesa. Seus defensores - Kruschev, Brezhnev, Gorbachov - cada qual em momentos diversos, assinalaram com muita ênfase as diferenças radicais que os separavam do passado da URSS condenado *in totum* por eles. A época do socialismo chamada de "stalinismo".



O balanço do período de construção difere do da destruição

É evidente que há duas situações, de diferentes conteúdos sociais. Uma, que vai de 1917 a meados de 1950; outra, das proximidades de 1960 até os dias de hoje. Na primeira, o conteúdo é proletário-revolucionário, na segunda, reformista-burguês. Isso se expressa nitidamente no caráter da orientação posta em prática. Os resultados obtidos são distintos. Durante a vigência do socialismo, em que pesem as enormes

dificuldades causadas pela guerra e pelos erros cometidos, melhoraram razoavelmente as condições de vida do povo - havia pão, casa e escola para todos. A crise econômica desapareceu e, com ela, o desemprego. A URSS era o baluarte de defesa da paz, contra as guerras imperialistas. Outro é o balanço do período revisionista, nele incluídos os 5 anos de Perestroika. Crise profunda, fome, miséria, desemprego; a humilhante ração de comida fornecida pelos exploradores derrotados em 1917 e na Segunda Grande Guerra. E a URSS de braço dado com os norte-americanos no conflito do Oriente Médio.

Estariam satisfeitas todas as aspirações de progresso e bem-estar dos trabalhadores vivendo no regime socialista? Não. Muito ainda era preciso fazer, equívocos e erros deviam ser corrigidos. A obra não terminara. Teria que continuar numa etapa socialista mais avançada. E o que ocorreu com o revisionismo? Entre uma parte da população predominam anseios individuais de pequenos grupos que sonham transformar-se em capitalistas, em integrantes da velha civilização ocidental. As massas trabalhadoras inquietas, sem perspectivas, interrogam o futuro.

Nesse contexto encontra-se a referência fundamental para a pesquisa séria e responsável. O método de análise tem de considerar fatores diferenciados. A base dos desacertos não é a mesma. Os defeitos no funcionamento dos sistemas utilizados diferem. Num há construção, noutro, demolição. A construção interrompeu-se aí pelos anos 50. Ao instaurar-se o revisionismo, começou a destruição gradual, mas continuada, do sistema socialista que vai durar mais de três décadas. Destruindo, os revisionistas não conseguiram, simultaneamente, erigir em toda a plenitude o capitalismo. A operação resultou num regime híbrido que mistura formas socialistas com métodos de exploração capitalista. A desorientação gera o caos na vida econômica, política e social na União Soviética. A experiência demonstra, assim, ser difícil converter uma economia socialista consolidada em economia de mercado capitalista.

Não há como negar, existem duas realidades bem definidas, dois objetos precisos de pesquisa científica. Somente desse modo, pode-se aprofundar o conhecimento de erros e enganos presumíveis na construção da nova sociedade, seus desencontros com a dialética que é a "alma do marxismo". E também avaliar devidamente o verdadeiro significado do falso socialismo - o socialismo *real* - que é a fase de transição para o capitalismo. Todos os críticos do socialismo (refiro-me às pessoas honestas) que não levam em consideração tais particularidades terminam caindo na confusão generalizada, incapazes de fundamentar o processo da crise que se desenvolve no movimento progressista. Perdem a perspectiva da transformação revolucionária do mundo. Giram nas órbitas cinzentas do praticismo.

A ausência de horizontes límpidos no campo

da luta social relaciona-se com o desprezo, que se acentua, pela teoria, entre os contestadores do socialismo científico. As idéias de Marx, Engels e Lênin (para não falar nas de Stálin), no que tange à revolução e à luta pelo comunismo, são postas em suspeição. Todavia, não se pode ver o presente com olho crítico e enxergar o futuro com segurança sem o apoio da teoria revolucionária.



**Injustificável o
menosprezo
pelas conquistas
da teoria
científica operária**

Antes de Marx e Engels, os estudiosos da vida social reconheciam os males que o sistema capitalista causava, mas não sabiam explicar suas origens. Dominava o empirismo, inventavam-se soluções artificiais. Foram aqueles dois gênios da humanidade que elevaram o movimento espontâneo da luta social à categoria de ciência. Daí por diante já não se caminhava às cegas. O proletariado passou a dispor de uma arma insubstituível em seu combate contra a burguesia. E foi assim que chegou à Revolução Socialista.

Os críticos do socialismo, que vêem erros em tudo e por toda parte, alheios à ciência social, ficam na superfície dos fenômenos localizados, não vão à sua essência. Geralmente equivocam-se, deixam sem respostas convincentes questões cruciais do movimento operário. Para eles vale somente a prática. Mas a teoria não é algo abstrato, sem relação com a vida. A prática é a base do conhecimento, no entanto, é a teoria que generaliza a experiência, que revela as leis objetivas em atuação, que dá ao homem a consciência da necessidade.

Como explicar e justificar ser a classe operária a força dirigente da revolução e da construção da nova sociedade? Por que se faz necessária a existência de um partido de vanguarda? Por que é impossível chegar ao socialismo sem confronto revolucionário com o Estado da burguesia? De onde provém o lucro dos capitalistas? Respostas precisas somente poderão ser dadas pela teoria que reflete a essência do fenômeno em questão. O lucro não se origina propriamente da ganância do explorador, como a hegemonia do proletariado na revolução não é ditada por razões voluntaristas. O socialismo ruíu na União Soviética. Há quem diga que a causa foi o marxismo ter envelhecido. A verdade é que, embora algumas teses do marxismo hajam sido superadas, ou mal aplicadas, apenas a doutrina marxista é capaz de revelar os motivos da ruína porque retrata a realidade em movimento, as leis objetivas em ação. É a única a indicar os caminhos verdadeiros do progresso social.

O que ocorreu na construção socialista, particularmente na URSS, constitui vasta experiência não sis-

tematizada ainda, um enorme material de trabalho para a pesquisa. Essa imensa e complexa tarefa, que diz respeito ao futuro da humanidade, vai demandar muito esforço teórico, a mobilização de todas as energias criadoras do movimento operário. Não pode ser resolvida da noite para o dia. Exige perseverança, correta interpretação da doutrina dialética dos clássicos do marxismo, espírito criativo, inovador. Os novos problemas serão solucionados de maneira nova, com a ajuda, porém, do conhecimento científico.

**Tanto o mecanicismo
como o
espontaneísmo são
categorias do
idealismo filosófico**



É falho o pensamento dos que, negando a ciência, falam de ideologização da teoria revolucionária. Desconhecem a estreita relação entre a ideologia e a teoria. O marxismo não é uma ciência neutra, como são em geral as ciências naturais. É a ideologia da classe operária, sua concepção revolucionária do mundo. Não serve, nem pode servir à burguesia ou mesmo a outras classes da sociedade. Sabe-se que há apenas duas ideologias - a burguesa e a proletária. Não existe teoria à margem ou acima das classes. Quando se fala em teoria procura-se exprimir de certo modo as idéias e inclinações substanciais de determinada classe, no caso, o proletariado.

É falho também o argumento sobre “ideologismo abstrato”, ou sobre “esquemas teóricos preestabelecidos”. Com isso, tenta-se atingir, deformando conceitos, o partido marxista-leninista. Mas patenteia-se, ao mesmo tempo, a subestimação da teoria como guia para a ação revolucionária. Declara-se que o partido “não deve possuir qualquer filosofia” e tem de evitar abstrações ideológicas. Sem filosofia própria e objetivos corretos apoiados na teoria de vanguarda, o partido se converte num ajuntamento eventual levado pela correnteza do movimento espontâneo. Em lugar da organização conseqüente da luta, a improvisação mal definida.

Lênin dizia que “não pode haver um forte partido socialista sem uma teoria revolucionária que agrupe os partidários do socialismo”. E assinalava que “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”. Verdades incontestáveis. Não chega a ser um partido socialista aquele que prescinde da teoria. Quando muito, será uma frente política agrupando inúmeras tendências. A unidade torna-se praticamente impossível.

Certamente, os praticistas, os espontaneístas também falam da importância da teoria. Mas a concepção que têm de teoria é *sui generis*. Dizem: “construir a teoria a partir das experiências de luta dos trabalha-

dores, com o aprendizado prático, com o constante avanço de nossa capacitação política, vista como reflexão, debate e estudos apoiados em nossa ação concreta”. Que tem isso a ver com a teoria da transformação da sociedade? É puro espontaneísmo, ilusão fugaz. Dos conflitos entre patrões e operários nasce apenas o tradeunionismo. Dos recontros entre polícia, a serviço do dono do solo, e os invasores de terrenos que buscam construir seus barracos o que desponta é o populismo. Não nasce daí a teoria revolucionária, a consciência socialista.

Já dizia Karl Kautsky, quando era marxista, que “a consciência socialista moderna unicamente pode surgir sobre a base de um profundo conhecimento científico”. É produto não da luta quotidiana, mas da elaboração intelectual que sistematiza a experiência da luta da classe operária tomada globalmente e não isoladamente, num só país. Essa elaboração teórica é a doutrina do socialismo científico. A luta dos partidos revolucionários inclui a transmissão dessa idéia fundamental aos trabalhadores, visando dar-lhes consciência socialista. É adquirindo essa consciência que o proletariado compreende a sua missão e o verdadeiro conteúdo da luta de classes, aprende a ligar os conflitos diários com a perspectiva revolucionária. O movimento de emancipação dos trabalhadores toma formas mais combativas e avançadas quando estes ganham a compreensão de que o capitalismo é um sistema com trajetória definida, limitado por suas próprias contradições internas, que deve ser substituído, através da luta de classes do proletariado, por outro sistema, radicalmente oposto ao capitalismo, o socialismo.

Prescindir da teoria, ou rebaixar seu papel, é uma forma de descartar o socialismo, são tentativas de construir utopias com dados da realidade contraditória não trabalhados cientificamente. Constituem variantes das idéias, estas sim, ultrapassadas, da social-democracia. Na situação atual, quando passam a primeiro plano os problemas estratégicos da luta revolucionária, a teoria, que não deve ser confundida com dogmatismo, tem função ainda mais importante. Das três formas de luta de classes - econômica, política, teórica - que se referia Engels, precisamente a luta teórica ganha maior dimensão nos dias que vivemos.

Defender e desenvolver a teoria marxista é uma exigência impostergável da época atual. E isso se faz não de maneira abstrata, mas ligada à luta concreta no terreno das idéias, no combate ao capitalismo cada vez mais selvagem, na ação política que organiza e educa as massas. ■



E S P E C I A L

AS MUDANÇAS DE RUMO NA ALBÂNIA SOCIALISTA



Chloé Martins

JOÃO AMAZONAS

Depois das ocorrências no Leste europeu, que levaram à queda de governos espúrios, a Albânia sofre atualmente um processo de agitação anti-socialista. Parte da população manifesta, às vezes de maneira violenta, discordâncias com o regime existente. Isso acontece quando os dirigentes do Estado albanês promovem a democratização da vida do país. Pouco a pouco, a Albânia vai mudando de rumo.

Há muitas indagações entre os amigos e defensores do pequeno país à margem do Adriático. Que se passa? Como explicar os acontecimentos que ali se verificam? Existe semelhança com a linha da Perestroika de Gorbachov?

Nós, do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, que sempre apoiamos a luta corajosa e até heróica do povo albanês, cheia de sacrifícios, solidária e internacionalista, temos o dever, como marxistas-leninistas, de opinar sobre o assunto em questão.

A derrota mundial do socialismo atinge também a Albânia

Começamos perguntando: pode um pequeno país, atrasado, sozinho, construir o socialismo e avançar para o comunismo? Somos de opinião que, do ponto de vista teórico, isso é inconcebível. Marx e Engels, os fundadores da ciência social, afirmaram na sua época que a revolução socialista para ser vitoriosa deveria ocorrer simultaneamente nos países mais desenvolvidos. Com a passagem do capitalismo à etapa imperialista, Lênin demonstrou que se tornara possível a revolução em alguns países, ou mesmo, num só país. Esse só país, afinal, era a Rússia que possuía o maior território e imensas riquezas no conjunto do mundo. A vida comprovou a justeza do pensamento dialético leninista. Arrostando enormes dificuldades e intervenções militares estrangeiras, a velha Rússia transformou-se radicalmente. O socialismo vingou e chegou a expandir-se a ou-

tros países. Foi golpeado mortalmente, faz mais de três décadas, em virtude do desvio oportunista da orientação de Kruschov e de erros na construção socialista.

Na época atual, o pensamento de Lênin acerca da possibilidade da vitória do socialismo num único país continua válido. Mas aplicável tão-somente a país de grande porte, ainda que medianamente desenvolvido, e contando com o ascenso do movimento revolucionário mundial. A reação está mais concentrada, a pressão política, econômica e ideológica muito mais forte. Tampouco há perspectiva a curto ou médio prazo de sério conflito militar entre as grandes potências.

Nas condições do mundo de hoje, é praticamente impossível o triunfo do verdadeiro socialismo num pequeno país. Seria efêmero, sem possibilidades de consolidar-se. Isso não significa que as pequenas nações estejam impossibilitadas de lutar pelo socialismo. Todo movimento radical conseqüente sustenta essa bandeira. Mas sua estratégia deverá visar a conquista de governos de tipo popular-democrático, revolucionários, buscando formas intermediárias de aproximação dos objetivos mais altos e abrangendo áreas maiores de motivação revolucionária.

Ora, a Albânia socialista surgiu no seio de uma grande comunidade de nações avançadas, tendo a União Soviética como base principal. Em tais condições, podia aceitar, apesar do seu tamanho e do seu atraso, o desafio histórico de realizar o socialismo. E assim procedeu. Embora com contratempos, que não foram poucos, alcançou importantes êxitos. A reação propala que a Albânia é muito atrasada. No entanto, em relação ao atraso da época da Revolução, avançou bastante, sob um regime social novo. Onde não havia linhas férreas, escolas superiores e mesmo primárias em número considerável, indústria de qualquer espécie, desenvolvimento urbano, hospitais e habitações decentes para o povo - erigiram-se obras de relativa importância que deram nova feição àquele país. As condições de vida da população melhoraram sensivelmente. A expectativa da existência humana passou de 38 anos para nível superior a 70. E mais: a revolução albanesa defendeu a unidade nacional, a identidade de um povo que sempre esteve ameaçado na sua soberania. Nenhum outro regime teria conseguido tais realizações.

Acontece que a comunidade socialista, na qual se incluía a Albânia, desapareceu há muito tempo. O movimento socialista revolucionário sofreu uma derrota de caráter histórico, com a traição de Kruschov e companhia. Afundou-se a base material da revolução proletária. Daí em diante, afrouxaram-se os laços internacionalistas. Voltou à cena o chovinismo grão-russo. Os revisionistas soviéticos chegaram à insensatez de romper relações com a Albânia. Durante alguns anos, porém, ainda subsistiram formas de intercâmbio entre países europeus e também asiáticos que possibilitavam, embora precariamente, a sobrevivência

de regimes como o albanês. Mas desabou a tempestade no Leste da Europa e a URSS, com a Perestroika, aderiu sem reservas ao campo contra-revolucionário. Como país socialista, a Albânia ficou só, no velho Continente. Atacada por todos os lados. Enfrentando séria adversidade econômica. E carregando o ônus de erros cometidos na construção da nova vida. Em tais condições, poderá a Albânia manter-se como nação socialista?

As mudanças em curso na Albânia

Embora respeitando a opinião de camaradas albaneses, que continuam falando em regime socialista, somos de opinião que, na atualidade, o socialismo científico é irrealizável na Albânia. Seria um milagre, e não acreditamos em milagres. Faltam condições reais, mínimas, de sustentação de um sistema de padrão superior.

Muitas mudanças vêm sendo efetuadas nesse país. Umas, positivas; outras, de conteúdo duvidoso. Alcançam todas as esferas da vida nacional, tendo em vista atender exigências do momento presente. Várias dessas medidas são destinadas a corrigir erros e a retificar concepções desfocadas do socialismo. Ao mesmo tempo, assentam as bases de funcionamento de um novo sistema, em que pesem as declarações em contrário dos dirigentes albaneses. Envolve questões de ordem política, jurídica, econômica e social. A democratização do país passa a ser o objetivo fundamental. Em conseqüência, estabelece-se o Estado de Direito, muito próximo do modelo institucional da burguesia. Promovem-se eleições competitivas abrangendo diversos partidos e organizações de massas, o que pode conduzir à alternância de forças políticas no Poder com a substituição do governo socialista. Dá-se nova orientação à atividade das empresas estatais que em vários aspectos se assemelha ao sistema de autogestão. Permitem-se os investimentos de capital estrangeiro em forma de *joint-ventures*, bem como concessão de créditos do exterior. Caminha-se no sentido de alargar a esfera da ação do mercado.

Não se pode dizer que tais medidas, de modo geral, sejam de fundo socialista. Têm outro conteúdo. Algumas justificam-se tendo em conta a atual situação da Albânia. Seria uma forma de tentar sair da crise econômica e política em que o país se vê envolvido.

Contudo, na alteração de rumo, há certas tendências perigosas, inaceitáveis para o movimento revolucionário internacional. Estão ligadas à ofensiva ideológica do inimigo de classe, o imperialismo e seus sócios.



Situação adversa
à atual transição

As transformações que se operam na Albânia não se fazem num clima internacional democrático e pacífico. Bem ao contrário. O sistema capitalista decadente realiza uma gigantesca campanha anticomunista, em particular depois dos acontecimentos do Leste europeu. Essa campanha raivosa visa destruir o socialismo em toda a parte, e não apenas esse regime, mas tudo o que é progressista no mundo. Trata de instigar os povos a hostilizar o comunismo. Procura incutir a idéia de que o socialismo fracassou, de que nada deu certo sob o governo proletário-revolucionário, de que a teoria marxista perdeu sua validade. Simultaneamente, proclama a pretensa superioridade do capitalismo como o melhor sistema de vida para os trabalhadores e o povo. Um país como a Albânia, cercado por adversários hostís, e sem recursos suficientes para satisfazer de imediato os anseios de bem-estar e progresso da população, em especial as reivindicações das novas gerações, é bastante vulnerável a essa propaganda, que ganha adeptos. Surgem manifestações de descontentamento em vários pontos do país. Estruturam-se partidos políticos de oposição. Seus aderentes reclamam não apenas democracia, mas o fim do governo comunista. Querem a destruição dos símbolos e das referências identificados com o comunismo. Por enquanto não são maioria, mas podem crescer com o apoio de fora, sobretudo se predominar o liberalismo no campo político. É evidente que se aprofunda a luta de classes. O apelo à unidade do povo em defesa da independência nacional, tem a sua razão de ser. Mas é bom ter em conta que em situações como essa, a nação se divide.

Concessões admissíveis mas não de princípios

São compreensíveis as dificuldades políticas que o governo e o PTA defrontam. Entende-se a abertura que tentam fazer junto a entidades e governos europeus. Concessões são admissíveis. O que não se compreende é uma linha de conduta que se confunda com as posições enganosas dos imperialistas. O discurso do camarada Ramiz Alia, na ONU, em alguns trechos, vai nessa direção. Ele diz que do balanço anual daquela entidade pode-se concluir que “finalmente a humanidade, às portas do século XXI, pode guiar-se na solução dos conflitos pela razão e não pelo recurso à força, pela cooperação e não pela confrontação, pelo bom entendimento e não pela desconfiança”. Nada disso corresponde à realidade. A política do imperialismo é, e será sempre, a de utilizar a força e não a razão, de empregar a violência contra os povos, de ir ao confronto bélico para impor a defesa de seus interesses rapaces. Foi isso o que fizeram os Estados Unidos ao agredir o Panamá, ao intervir militarmente em Granada e matar o seu presidente, ao hostilizar permanentemente Cuba e seu regime revolucionário, ao financiar mercenários para derrubar o governo da Nicarágua. Ramiz afirma também que se “pode valorizar e considerar como promissoras as mudanças que se produziram nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, os acordos que firmaram em relação ao desarme e, em geral, sua maneira de considerar a segurança recíproca e geral”.

As forças progressistas, antiimperialistas, pensam de outra maneira. Julgam com inteira razão que os acordos soviético-norte-americanos não passam de conluio contra os povos e contra a paz, sobretudo contra o movimento revolucionário. Mais adiante, o dirigente albanês elogia a unificação imperialista da Alemanha. “A reunificação alemã *por via pacífica* (o grifo é nosso) é um bom exemplo para a solução de outros problemas análogos”. E aduz: “Tais soluções contribuem muito para a democratização das relações internacionais, para o fortalecimento da paz e da segurança, para a criação das condições adequadas a uma cooperação *sincera* (o grifo é nosso) e construtiva entre os povos”. Isso também disseram os analistas da burguesia, e nem todos. A unificação é vista pelos povos esclarecidos como um verdadeiro *anchluss* (anexação), lança nuvens sombrias sobre o futuro da Europa e do mundo.

Em tempo algum o imperialismo germânico contribuiu para a efetiva democratização das relações internacionais, sempre tentou sua hegemonia pelos mais bárbaros meios. A primeira vítima do banditismo desse imperialismo tem sido o povo alemão. Ramiz Alia,

com uma visão muito unilateral e deformada dos acontecimentos do Golfo Pérsico, condena unicamente o Iraque. Não diz uma palavra sobre o problema maior do Oriente Médio que é a de guerra incitada por Bush e seus iguais. Centenas de milhares de soldados norte-americanos em territórios árabes estão atacando e transformando o deserto e as cidades iraquianas num mar de sangue. O objetivo? Apossar-se das imensas reservas de petróleo a fim de garantir sua hegemonia mundial e de amenizar a profunda crise em que se debatem os Estados Unidos. As forças democráticas, no mundo inteiro, inclusive nos EUA, protestam contra a atitude guerreira de Bush, exigem paz e respeito aos direitos dos povos.

Que pretenderia o camarada Ramiz Alia com semelhante discurso que soa em falsete no movimento revolucionário? Ganhar as boas graças do imperialismo? Ele tem presente a difícil situação do seu país. Cabe-lhe o direito de tentar ajuda e apoio no exterior para salvaguardar a liberdade e a independência de sua pátria. Mas não pode fazer concessões que sacrifiquem os nossos princípios. Nem alinhar-se com as posições do inimigo de classe. Além do mais, o imperialismo não ajudará a Albânia a sair das dificuldades, enquanto esta mantiver no alto a bandeira do marxismo-leninismo, das conquistas obtidas pela revolução.

O antistalinismo, marca registrada da ofensiva reacionária

Desperta a atenção, na conduta do governo albanês, a decisão de retirar da praça pública a estátua de Stálin. Isso foi feito na calada da noite e por imposição de estudantes anticomunistas. Surpreende essa atitude governamental. A retirada, e mesmo a derrubada de monumentos consagrados a Stálin, converteu-se numa atividade ferozmente antidemocrática dos revisionistas e dos fascistas. Assim ocorreu na União Soviética, na Hungria (quando da contra-revolução, em 1956), em vários países do Leste europeu. O antistalinismo é marca registrada da ofensiva contra o progresso social.

Os marxistas-leninistas não são, nem podem ser, antistalinistas. Consideram que Stálin cometeu erros à frente da luta pela construção do socialismo. Alguns de certa gravidade. Tais erros precisam ser corrigidos sem contemplação. Tampouco endeusam, como no passado, o principal dirigente, depois de Lênin, do Partido Bolchevique. Entretanto, avaliam o papel de Stálin no plano histórico. E nesse terreno é inegável que prestou relevantes serviços à causa da revolução, aos interesses da paz e da democracia em todo o mundo. Foi chefe supremo da luta heróica contra

o nazismo. Jamais capitulou frente ao inimigo imperialista por mais dura e difícil que fosse a situação. De suas mãos, em nenhum momento, caiu a bandeira gloriosa do socialismo.

Ao que parece, os camaradas albaneses se dissociam agora dessas opiniões que sempre defenderam intransigentemente. Por que tirar a estátua de Stálin da principal avenida de Tirana? Ela foi ali colocada por Enver Hoxha e seus companheiros da epopéia libertadora. Stálin não fez mal algum ao país das águias. Muito ao contrário. Em seu livro "Com Stálin", o chefe da revolução albanesa afirma calorosamente que "ele foi amigo fiel do povo albanês".

Pode-se concordar não ser o momento apropriado de prestar homenagens a Stálin, nem de evocar suas idéias e opiniões a cada instante. Mas não o é igualmente de entrar na onda anticomunista dos renegados do socialismo e dos representantes dos monopólios imperialistas - os Kruschov, Gorbachov, Bush, Thatcher, Kohl *et cetera* que tudo fazem para difamar a imagem daquele grande líder mundial e, por esse meio, atingir o movimento revolucionário dos explorados e oprimidos de todos os Continentes.

Preocupações justificáveis dos amigos da Albânia

Face ao quadro tumultuado da vida política albanesa, surgem preocupações sobre o futuro da Albânia. A par das afirmações de seus dirigentes de defesa do regime atual, ampliam-se as concessões aos opositores e contestadores do socialismo. Os que não concordam são chamados de conservadores tal como aconteceu na União Soviética. Muitos antigos e respeitados membros do Comitê Central do PTA vão sendo afastados de seus postos, sem maior explicação ao grande público. Para onde vai a Albânia? Defenderá um projeto popular revolucionário que, mesmo não sendo socialista, assegure a independência nacional, garanta as conquistas do povo que custaram sangue e sacrifícios? Ou, de concessão em concessão, será arrastada a um regime anticomunista? A marcha dos acontecimentos, contraditória, nem sempre é previsível, sobretudo quando falta clareza acerca de onde se pretende chegar.

Ao manifestar diferentes pontos de vista sobre a atualidade albanesa, reafirmamos nosso apoio à luta do povo albanês em defesa da independência de sua pátria, em favor da liberdade e do progresso social, contra todas as ingerências provocadoras das potências imperialistas que conspiram na sombra, e também abertamente, visando a derrubada do governo popular e a transformação da Albânia num cativo, dependente dos potentados do mundo.

FILÓSOFO DA DIREITA E GURU DA ESQUERDA

JOSÉ CARLOS RUY

Tido como “auge da filosofia ocidental”, defensor da idéia de que “a escravidão é necessária à cultura”, Nietzsche transforma-se em guru da pós-modernidade, considerado como libertário até por setores progressistas

A trajetória de Friedrich Nietzsche, hoje transformado em guru da pós-modernidade, foi paradoxal. Seu pensamento, elaborado nas décadas finais do século passado, foi descoberto pela intelectualidade europeia no final de 1880, inspirou os movimentos direitistas e elitistas do começo do século e influenciou os ideólogos do nazismo e dos autoritarismos militares europeus. Após a Segunda Guerra Mundial, porém, a compreensão - e aceitação - de seu pensamento foi mudando, principalmente entre os intelectuais que formaram as fileiras existencialistas, até transformá-lo numa caricatura de teórico libertário, influenciando alguns setores progressistas. Essa recuperação de Nietzsche, por exemplo, está presente na biografia do filósofo escrita pelo professor norte-americano da universidade de Princeton, W. A. Kaufmann, publicada em 1950, que apresenta Nietzsche - convenientemente “desnazificado”, diz Lukacs - como o auge da filosofia ocidental desde Descartes. Duas décadas mais tarde, a rebelião estudantil de maio de 1968, na França e em outros países europeus, foi seguida de uma ampliação da reabilitação do pensador alemão, feita por intelectuais intimamente ligados àquele movimento. Giles Deleuze, Michael Foucault, François Lyotard, foram profundamente influenciados por Nietzsche e

basearam nele a crítica que fazem não só da ciência e do pensamento contemporâneo, mas principalmente fundamentaram aí seu rompimento com o socialismo e com qualquer proposta de atuação social, coletiva, para superar os problemas de nosso tempo. Mais recentemente, o norte-americano Marshall Bermann colocou Nietzsche lado a lado com Marx como pai da modernidade. Ele fazia eco a uma tradição do pensamento crítico ocidental que começou muito antes, e que tende a despolitizar Nietzsche e transformá-lo meramente num analista da cultura e da vida individual. O italiano Gianni Vattimo, por sua vez, apresentou-o como um profeta da pós-modernidade.

Ao lado de autores como esses - que pelo menos, procuraram respostas articuladas para a problemática de seu tempo - a moda acadêmica e intelectual teve outros suportes, fugazes e de menor envergadura. O movimento que ficou conhecido promocionalmente como “nova filosofia”, de meados dos anos 70, na França, foi fortemente inspirado por Nietzsche, particularmente em sua virulência contra o socialismo, o conhecimento científico e a defesa intransigente do indivíduo. A “nova filosofia” fez parte do início da onda neoliberal de nossos dias, onda que dá espaço a escritores radicalmente niilistas (e pessimistas) como o

francês Clement Rosset e o franco-romeno Emil Cioran, recentemente traduzidos no Brasil.

Não vamos aqui fazer a crítica - necessária e urgente - da obra desses autores. Nosso tema é mais limitado: dada a apresentação caricatural de Nietzsche como um "libertário", e a influência que essa forma de pensar adquiriu em setores progressistas - e mesmo socialistas! -, nosso tema é o início da discussão de algumas de suas teses principais.

Um autor político, nutrido nos preconceitos das rodas da alta aristocracia



Filho de família de pastores luteranos (por parte de pai e de mãe), Nietzsche viveu na periferia da pequena nobreza provincial prussiana. O pai orgulhava-se de ter sido preceptor de princesas da Casa de Sachsen-Altenburg, e fora investido como pastor pelo próprio imperador Frederico Guilherme IV, da Prússia. Desde cedo, o menino Nietzsche aprendeu a orgulhar-se de uma lenda familiar segundo a qual descenderiam de um obscuro conde Nietzki, polonês que, na época da Reforma, aderiu ao protestantismo e foi forçado a fugir para a Alemanha.

Nutrido nos preconceitos aristocráticos das rodas que sua família freqüentava, cedo ele aprendeu a detestar os "franceses revolucionários" e a "alta cultura". Era ainda estudante ginásial quando, numa visita a Berlim, hospedou-se na casa de um velho burguês cujas lamúrias resumiam bem a atmosfera onde o pensador se formou. "A Prússia - dizia - está perdida; os liberais e os judeus estragaram tudo com seus mexericos... destruíram a tradição, a confiança, o pensamento...".

O período em que Nietzsche viveu foi marcado por grandes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais na Europa. A revolução de 1848 - e, mais tarde, a Comuna de Paris, em 1871 - foram acontecimentos onde um novo ator político, a classe operária, defendia seu próprio programa, autônomo, de organização da sociedade. Antes do furacão, no final de 1847 e em janeiro de 1848, o aristocrata francês Alexis de Tocqueville advertia contra "essas singulares doutrinas, com nomes diversos, mas que tem, todas, por principal caráter, a negação do direito de propriedade". Creio que dormimos no momento que estamos sobre um vulcão, escreveu.

A revolução européia daquele ano aproximou, como nunca desde a revolução de 1789, a burguesia e a aristocracia. Em seguida à insurreição parisiense de junho de 1848 e seu afogamento em sangue, escreveu Marx, uniram-se "tanto na Inglaterra como na Europa Continental todas as fracções das classes dominantes, proprietários de terra e capitalistas, especu-

ladores da Bolsa, lojistas, protecionistas e livre cambistas, governo e oposição, padres e livre-pensadores, jovens prostitutas e velhas freiras, sob bandeira comum da salvação da propriedade, da religião, da sociedade".

Pensador fundamentalmente político, foi nesse quadro que Nietzsche definiu o programa que guiaria sua vida, a formulação de uma nova ideologia para a elite burguesa e aristocrática européia. Crítico reacionário do capitalismo concorrencial (que, naquela época, começava a ser suplantado pelo capitalismo monopolista que se tornaria hegemônico na virada do século XIX para o século XX), Nietzsche propôs-se a defender a velha tradição - que ele chamava de "alta cultura" -, a atacar os inimigos ligados à plebe (os democratas e os socialistas) e à fundação de uma nova filosofia para justificar os privilégios da elite.

Seu elitismo traduziu-se num texto escrito por volta de 1870, quando - professor em Basileia, Suíça - descobrira, encantado, que a escravidão fora essencial para o desenvolvimento da cultura grega.

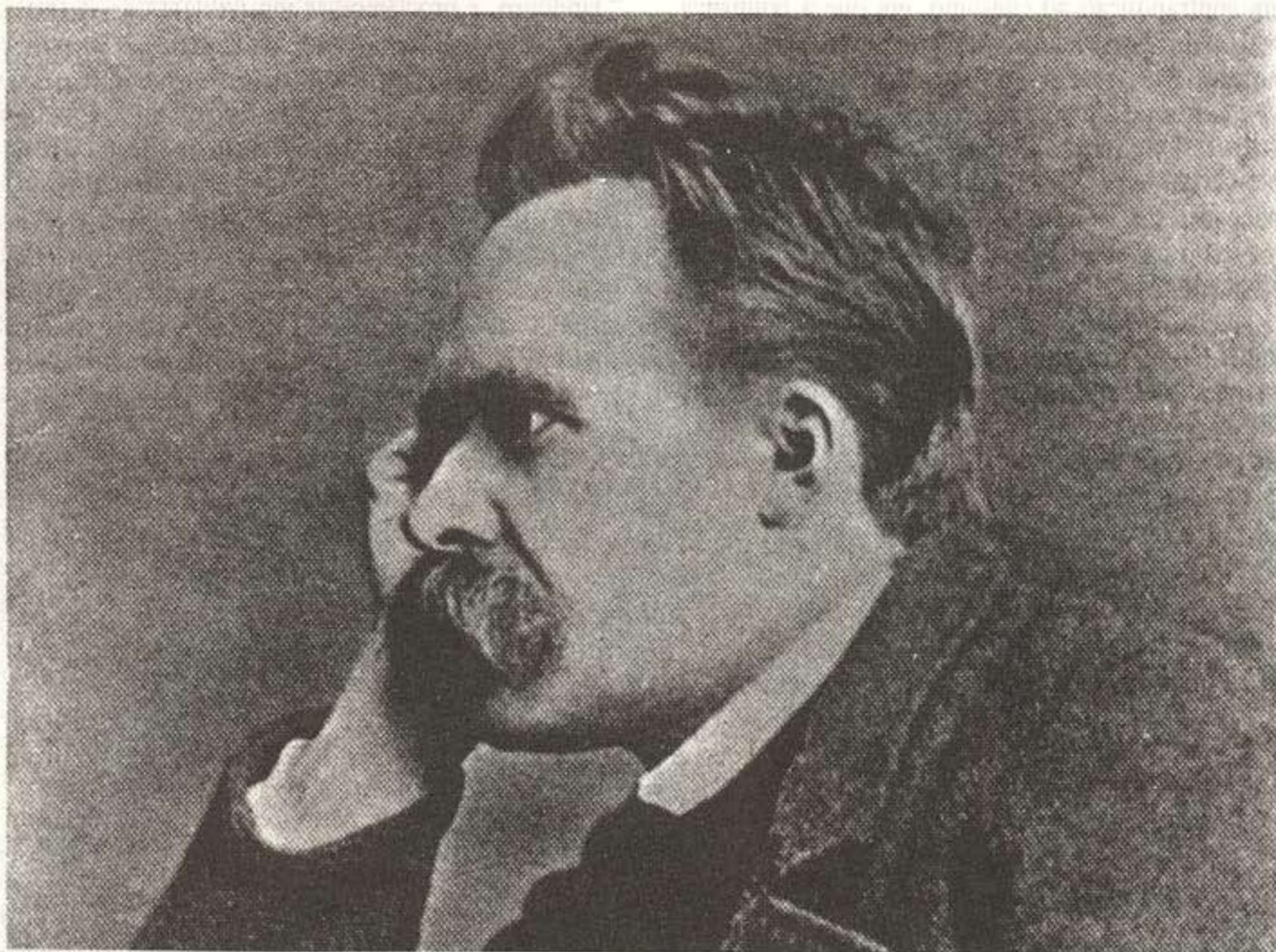


A cultura é sempre privilégio e trabalho por sua vez é tido como vergonha

"É possível que esse conhecimento nos encha de espanto - diz esse texto quase programa -, mas esse espanto é o efeito quase necessário de todo conhecimento mais profundo. Pois a natureza continua sendo alguma coisa de espantoso, mesmo quando se empenha em criar suas mais belas formas. Ela é feita de tal modo que a cultura, em sua marcha triunfal, beneficia apenas uma minoria íntima de mortais privilegiados, sendo necessário, se quisermos alcançar um desenvolvimento pleno da arte, que as massas permaneçam escravas". Os modernos, diz ele, falam da "dignidade do homem" e da "dignidade do trabalho". "A linguagem dos gregos é outra. Declararam com simplicidade que o trabalho é uma vergonha, pois é impossível que um homem ocupado no esforço de ganhar a vida se torne um *artista*. Confessemos, portanto, essa verdade que parece cruel: a escravidão é necessária à cultura".

Verdadeiro programa que seria desenvolvido ao longo de sua vida, este texto define alguns dos traços principais do pensamento de Nietzsche: seu elitismo, a cultura como privilégio da elite ociosa, a definição do trabalho como "uma vergonha", a ridicularização dos direitos do homem.

Seu elitismo não ficou apenas na defesa passiva dos privilégios da elite, em seu individualismo aristocrático, mas significou também a recomendação de medidas para a defesa da "cultura" e das "tradições" ameaçadas pela democracia e pelo socialismo. Assim,



em 1870, ele dizia que “a guerra é necessária ao Estado como o escravo à sociedade”. Em 1872: “O mundo imperativo do belo e do sublime” é o “único meio de salvação contra o socialismo”. Em 1879: “Uma cultura superior só pode surgir onde haja duas castas distintas no seio da sociedade: a dos trabalhadores e a dos ociosos, capacitados para desfrutar verdadeiramente de seu ócio.” Em 1887, desencantado da cultura como anteparo ao socialismo, pedia defesas mais fortes: “A manutenção do estado militar é o último meio que nos resta, seja para a manutenção das grandes tradições, seja para a instituição do tipo superior de homem, do tipo-forte”. E acrescentava: “Será necessário um novo terrorismo”. Em 1888, dizia que “a compaixão dificulta, em grande medida, a lei da evolução, que é a lei da seleção”, e fazia a apologia do delinqüente como modelo de homem forte: o criminoso é “o tipo de homem forte situado em condições desfavoráveis, um homem forte convertido num enfermo”, pois “suas virtudes foram proscritas pela sociedade”.

Essa reiterada e crua defesa dos privilégios da elite sinalizou, também, numa mudança na ética burguesa. Anunciando-se como promotor da “transmutação de todos os valores”, crítico ferrenho da moral - que definia como “parte de tirania contra a ‘natureza’” e “uma longa coação” -, Nietzsche fundamen-

tou sua ética numa recusa radical do trabalho, considerado como atividade degradante, destinada a manter a glória dos homens superiores. Naquele texto-programa escrito por volta de 1870, ele dizia: “a miséria dos homens que vivem no esforço deve tornar-se mais rigorosa ainda, para que um número mínimo de homens olímpicos possa criar um mundo de arte”. Um mundo que não tenha lugar para o povo, para o homem comum, que deve - deliberadamente - ser mantido à margem da cultura: “quem deseje ter escravos - escreveu em 1888 - é um néscio se os educa para senhores”.

Trata-se de uma mutação essencial na ideologia burguesa. Desde Calvino e a Reforma o trabalho - encarado de forma ampla, como atividade prática, comercial, industrial ou artesanal - fora posto no centro do modo burguês de explicar o mundo e definir os méritos que distinguem os homens. Adam Smith, no final do século XVIII, deu a definição clássica dessa noção, apresentando o trabalho como fundamento do valor. E, numa visão progressista para a época, pregou que o egoísmo, ao levar todos os homens a procurarem seu benefício próprio, era o formador da felicidade coletiva. Idéia à qual Hegel deu expressão filosófica, dizendo que, só na aparência, os homens trabalham (egoisticamente) apenas em seu próprio benefício, mas, na verdade, eles trabalham para o bem comum.

Essa ideologia correspondia à etapa concorrencial do capitalismo, onde a produção era valorizada em contraposição ao consumo, em que a poupança, os hábitos morigerados e austeros, eram vistos como virtudes. Na época do capitalismo monopolista - que se anuncia no tempo de Nietzsche -, essa ética já não era suficiente. Era preciso mais, a justificação dos ganhos fora da produção, da especulação na bolsa, da pilhagem imperialista que começava a sobrepor-se à pilhagem colonial. Assim, a visão do trabalho como atividade degradante está, em Nietzsche, intimamente ligada à apologia do capitalismo monopolista e do imperialismo, traduzida no elogio do criminoso, visto antes, do animal predador e na valorização da agressão imperialista. Em *A Genealogia da Moral* (1887) ele escreveu: "Se o animal predador se sentisse atormentado por remorsos, há muito tempo teria decaído e degenerado". E, no livro póstumo *A Vontade de Potência*, deixou a opinião de que "uma sociedade que definitivamente, e por instinto, renuncia à guerra e à conquista, está em decadência: se acha madura para a democracia".

**Uma nova relação
entre o
ser e o pensar,
entre o
real e a imagem**



Democracia que, para Nietzsche, era uma ameaça tão grande como o socialismo, a ponto dele criticar Bismarck, o chanceler de ferro da Alemanha unificada, inimigo feroz dos socialistas e do movimento operário e chefe de um ofensivo militarismo de conquista que levou a Alemanha (sob hegemonia dos prussianos) a invadir quase todos os seus vizinhos, numa preparação para a disputa interimperialista que - décadas mais tarde - envolveria o mundo em duas trágicas guerras mundiais. Nietzsche criticava Bismarck por não considerá-lo suficientemente reacionário e imperialista, e por fazer aquilo que ele considerava "concessões democráticas". Em 1885, por exemplo, dizia que a Alemanha estava estragada pelas complacências democráticas, honrada apenas por uma casta que permaneceu apegada a seus deveres: a casta dos oficiais prussianos, sobre a qual perguntava: "Digna de salvar a Europa, ela será capaz disso?" Salvar a Europa, evidentemente, de ameaça democrática e socialista, tarefa em que - esperava Nietzsche -, os prussianos teriam apoio e ajuda da Rússia czarista.

Em *Para além do bem e do mal* (1885), Nietzsche escreveu que o Socialismo era uma ameaça real, e que a consciência desse fato impunha "também uma nova tarefa" aos que pensaram nessa possibilidade. E, em seguida, deu uma noção do que seria essa tarefa: "onde estão os bárbaros do século XX? - perguntou. É evidente que não poderão aparecer e impor-se se-

não depois de enormes crises socialistas". Nietzsche propôs-se fundar uma filosofia nova, para o século vindouro, e proclamou-se um militante dessa tarefa. Essa filosofia baseou-se na reinterpretação do problema fundamental da filosofia, a relação entre o ser e o pensar, entre o mundo real, objetivo, e a imagem teórica que fazemos desse mundo em nosso cérebro.

Toda a filosofia ocidental, desde Sócrates - pensava ele - era a crônica de uma decadência. Os gregos pré-socráticos - principalmente Heráclito - haviam, dizia ele, alcançado o cume do pensamento, em sua compreensão intuitiva, artística, não conceitual, do mundo e do homem. Com Sócrates começa a queda: sua filosofia conceitual, baseada no exame racional das proposições, introduzia uma perturbação na antiga harmonia, perturbação que tomou forma com Platão e sua definição do mundo objetivo como cópia de um mundo primordial, das idéias. A separação entre ser e pensar entre essência e aparência, que então teve início - separação fundamental para o desenvolvimento da atividade científica e para o conhecimento objetivo do mundo - é, para Nietzsche, o principal traço dessa queda. Queda que, depois, acentuou-se com o cristianismo e a definição de todos os homens como iguais perante a Deus (um ressentimento de escravos invejosos do poder do senhor) e aprofundou-se, séculos mais tarde, com a Revolução Francesa de 1789, para ele vitória da mediocridade e da moral de escravos, que acabou com a hierarquia antiga e vulgarizou a idéia dos direitos do homem, da igualdade e da democracia. Foi ela, principalmente, que deu as bases para a maioria dos males contemporâneos, e para o maior deles, o socialismo.



**Realidade objetiva
não existe,
apenas o véu
de maia da ilusão
pela ignorância**

Assim, a refundação da filosofia proposta por Nietzsche partia de uma recuperação do caráter mágico-místico da aurora do pensamento ocidental. Inspirado em Heráclito, Nietzsche baseou sua filosofia num perpétuo movimento, num vir-a-ser eterno, onde tudo muda constantemente e onde toda permanência é uma ilusão dos sentidos. Da tradição indiana, absorvida diretamente através de algumas leituras de textos antigos e de uma biografia de Buda, e indiretamente da influência de Schopenhauer, Nietzsche formulou a tese de que há uma vontade que age na natureza, que chamou de *vontade de potência*, base de sua concepção idealista, que explica - diz ele, em *Para além do bem e do mal* - "toda a nossa vida de impulsos como a conformação e ramificação de uma forma fundamental de vontade - ou seja, da vontade de potência" e que leva a "determinar toda força eficiente

univocamente como vontade de potência. O mundo visto de dentro, o mundo determinado e designado por seu caráter 'inteligível' - seria justamente 'vontade de potência', e nada além disso".

A concepção do conhecimento como uma ilusão necessária para a vida decorre desta fundamentação subjetivista da compreensão nietzscheniana do mundo, um eco da visão indiana do mundo; do conhecimento como o véu de maia (para os indianos, a realidade objetiva não existe - ela não passa de uma ilusão, o véu de maia, criação mágica de um mundo de multiplicidade superposta à realidade singular não dual, pelo poder da ignorância, ensina o *Dicionário das Religiões*, de John R. Hinnells. Maia cria a ilusão de um universo diferenciado e esconde a unidade divina atrás das aparências).

Nietzsche intuiu agudamente os problemas que a filosofia - e a teoria do conhecimento - enfrenta em seu tempo. O dualismo espírito-matéria, pensamento-mundo objetivo, aparência e essência, levava o pensamento filosófico a verdadeiros becos sem saída. A antiga concepção da verdade como "adequação da coisa e da inteligência" (definição dada pelos escolásticos da Idade Média com base em Aristóteles) foi duramente questionada, no Ocidente, desde Descartes. Meus sentidos não podem me dar a certeza dessa adequação, pensava Descartes, pois eles podem me enganar; e assim, só podemos ter certeza daquilo que podemos controlar e conhecer com segurança, isto é, nosso próprio pensamento. Estava fundada assim a metafísica moderna, que opôs radicalmente o pensamento e o mundo objetivo e fundou as bases da ciência moderna, ao exigir concepções claras do pensamento e da razão para dar uma segurança mínima à exploração objetiva do mundo material, existente fora de nossa consciência. A formulação mais desenvolvida dessa concepção de verdade foi dada pelo alemão Immanuel Kant, cuja teoria do conhecimento teria influência decisiva no pensamento burguês dos dois últimos séculos. Kant resolveu o problema da contradição entre conhecimento e mundo objetivo declarando que o sujeito que conhece e o objeto investigado são irreduzíveis, isto é, que o sujeito conhece apenas a aparência do objeto estudado, conhece apenas aquilo que seus sentidos conseguem captar - o objeto, a "coisa em si", seria, por definição, inacessível, incompreensível, inapreensível pela atividade do sujeito. Assim, a verdade para Kant, é o "acordo do conhecimento com o seu sujeito" e o critério consiste na conformidade "com as leis gerais do intelecto" uma vez que tudo aquilo que contradiz essas leis é falso pois, nesse caso, o intelecto "contrastaria com suas próprias leis, isto é, consigo mesmo". Em outras palavras, uma vez que o conhecimento da "coisa em si" é impossível para o intelecto, nosso conhecimento deve limitar-se à uma decisão racional, meramente intelectual, uma vez que são iguais as possibilidades da "coisa em si" existir ou não, e não podemos ter certe-

za de nenhuma delas. Hegel superou o radical dualismo kantiano afirmando a unidade fundamental do mundo como desenvolvimento da idéia que se torna auto-consciente, onde a unidade que é moldada pela enorme multiplicidade das relações que fazem a intermediação entre a essência e a aparência, entre a "coisa em si" e o conhecimento que temos dela.

Nietzsche, sem o brilho e o alcance universal do pensamento de Hegel, tentou resolver o problema de um golpe, à sua maneira intuitiva e aparentemente radical, negando qualquer oposição entre a essência e a aparência, e afirmando também a unidade fundamental do mundo. Só que, ao contrário de Hegel, Nietzsche enfatizou o lado irracional da solução kantiana, e refugiou-se no subjetivismo que nega a existência da "coisa em si", isto é, do mundo material, objetivo, afirmando-o como mera projeção de nossa vontade, de nosso pensamento.

Em sua doutrina, Nietzsche dá passos de gigante para trás não só em relação a Hegel, mas também a Kant. Ele dissolve o dualismo kantiano sujeito-objeto enfatizando o sujeito, a atividade mental, enfatiza o subjetivismo e nega radicalmente a possibilidade de conhecimento objetivo (e, conseqüentemente, reduz a ciência a uma ficção inútil e nociva).



O fundamento da verdade para Nietzsche é a utilidade que ela tem para a vida

"A coisa em si é digna de uma homérica gargalhada: ela parecia tanto, e mesmo tudo, e, propriamente, é vazia, ou seja, vazia de significação", escreveu ele. Nada mais existe além de "nosso mundo de apetites e paixões". "O que é uma palavra? A figuração de um estímulo nervoso em sons. Mas concluir do estímulo nervoso uma causa fora de nós já é um resultado de uma aplicação falsa e ilegítima do princípio da razão. Como poderíamos nós, se somente a verdade fosse decisiva na gênese da linguagem, se somente o ponto de vista da certeza fosse decisivo nas designações, como poderíamos no entanto dizer: a pedra é dura: como se para nós esse 'dura' fosse conhecido ainda de outro modo e não somente como estimulação inteiramente subjetiva". O conhecimento assim fica reduzido a "metáforas das coisas, que de nenhum modo correspondem às entidades de origem".

A novidade inaugurada por Nietzsche, no âmbito do idealismo subjetivo, foi a definição da verdade como *utilidade*: a verdade é uma ficção útil para a vida, pensava ele. "Todo mecanismo de conhecimento - escreveu em *A vontade da potência* - é um aparato de abstração e simplificação, não encaminhado a

conhecer, mas a adquirir poder sobre as coisas”.

Assim, bebendo um pouco de Kant e outro de Ernest Mach, definiu o conhecimento como esquematização do caos, comandado por categorias *a priori*, que já estariam na mente antes de qualquer experiência prática. O sistema de categorias cognitivas é encarado, assim, como um sistema de índices a partir do qual o pensamento pensa, uma ‘tábua’ “posta à disposição do pensamento”, explica o filósofo Gilvan Fogel.

Essa tese nietzscheniana fundamenta modernamente diversas correntes que compreendem o conhecimento como *interpretação*. O conhecimento é, em sua origem, metáfora; cada palavra, ao nomear os objetos, já é uma interpretação; assim, o conhecimento é um jogo de espelhos sem fim, onde cada interpretação leva à outra, sem nenhuma contrapartida objetiva e confiável. Foucault - um dos mais influentes nietzschenianos modernos - diz que “se a interpretação não pode nunca acabar, isto quer simplesmente significar que não há nada a interpretar, porque no fundo tudo é interpretação, cada símbolo é, em si mesmo, não a coisa que se oferece à interpretação, mas a interpretação de outros símbolos”.

Esta tese, versão moderna do idealismo subjetivo, opõe-se radicalmente à tese marxista do conhecimento como reflexo, e baseia-se naquela superação subjetiva do dualismo filosófico tradicional. O fundamento da verdade, para Nietzsche, é a utilidade para a vida; assim, há em sua doutrina uma “identificação fundamental de ser e valor”, diz Eugene Fink. Valor entendido aqui como aquilo que o sujeito considera útil. Se o conhecimento é uma “mentira do intelecto (que) se baseia na inapreensibilidade conceitual da vida” (como diz Eugene Fink), então o critério de verdade deixa necessariamente de ser a correspondência da imagem teórica com o objeto real, e passa a ser meramente aquilo que o *sujeito valoriza*, independentemente do grau de arbitrariedade especulativa dessa valorização.

A unicidade universal, encarada deste ponto de vista meramente subjetivo, dilui também toda diferença entre essência e aparência. Essa diferença se baseou, no pensamento ocidental, naquela oposição entre sujeito e objeto, e sua interpretação idealista levou ao pensamento kantiano da irreducibilidade da coisa em si (a essência, o objeto real que está localizado no mundo, fora da consciência), e colocou como limite, para as teorias burguesas do conhecimento, as especulações sobre a aparência (ou fenômeno, segundo o linguajar dos filósofos).

O subjetivismo nietzscheniano dispensa esta distinção. Tudo é uno, diz Nietzsche, e o uno é o pensamento: se a essência não existe, se a “coisa em si é digna de uma homérica gargalhada”, o problema das relações entre a essência e a aparência é um falso problema, pois tudo se reduz à mera aparência, à metáfora criada pelo cérebro pensante. Hegel, mais uma vez, enfrentou este problema antes de Nietzsche, e deu a

ele uma solução idealista fértil, que fomentou o desenvolvimento do pensamento e influenciou o surgimento do materialismo dialético. Hegel investigou as múltiplas conexões entre essência e aparência, compreendendo a unidade existente entre elas como estabelecida através do desenvolvimento como desenvolvimento do espírito, que se torna auto-consciente através da inteligência do homem. Se o cérebro pensante, o sujeito, e a realidade investigada, o objeto, fazem parte de um único movimento do espírito, que se desdobra em múltiplos aspectos, a atividade cognitiva é, na verdade - pensava Hegel - a investigação do espírito sobre seu próprio desenvolvimento, o conhecimento seria parte do movimento do espírito no sentido de superar a alienação através de uma síntese superior cujo fundamento é a unidade básica que há no mundo.



A ciência precisa saber decifrar relações entre aparência e essência

Marx inverteu a dialética hegeliana, para deixar exposto “o cerne racional dentro de seu conteúdo”, como escreveu no posfácio à 2ª edição de *O Capital*. Assim, a forma mistificada da dialética hegeliana forneceu o método para a fundação da nova concepção de mundo, o materialismo dialético, onde o conceito de totalidade, que engloba as relações entre o universal, o particular e o singular, baseia-se na compreensão rigorosamente materialista das relações entre a essência e a aparência. “Toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”, escreveu Marx em *O Capital*. Assim, o esforço de investigação materialista do mundo, deve decifrar as relações entre aparência e essência e provar a coincidência entre ambas. “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo unidade da diversidade”, escreveu Marx.

A valorização da percepção imediata leva Nietzsche a uma noção mistificada das relações entre o universal e o particular, que é visível em sua compreensão da formação dos conceitos. Uma palavra torna-se um conceito quando deve servir para designar “um sem número de casos mais ou menos semelhantes, isto é, tomados rigorosamente, nunca iguais, portanto, a casos claramente desiguais”, diz ele. O conceito iguala o desigual, pensa, e dá o exemplo do conceito de folha, formado pelo abandono das diferenças individuais, formando uma representação ideal de folha, como “se na natureza além das folhas houvesse algo, que fosse ‘folha’, eventualmente uma folha primordial, segundo a qual todas as folhas fossem tecidas, desenhadas, recortadas, coloridas, frisadas, pintadas, mas por mãos inábeis, de tal modo que

nenhum exemplar tivesse saído correto e fidedigno como cópia fiel da forma primordial”. Assim, diz, “a desconsideração do individual e efetivo nos dá o conceito, assim como nos dá também a forma, enquanto que a natureza não conhece formas nem conceitos, portanto também não conhece espécies, mas somente um X, para nós inacessível e indefinível”.

Em outro lugar, a mesma concepção das relações entre o individual e o universal, aparece na condenação das formas coletivas e sociais que as relações entre os homens assumem: o indivíduo se oculta, diz ele, sob “a generalidade do conceito ‘homem’ ou sob a sociedade, ou se adapta a príncipes, classes, partidos, opiniões do tempo ou do ambiente”.

A concepção do conceito como eliminação das diferenças individuais - uma idéia formalmente correta - nada mais é do que a transferência para a natureza do individualismo radical que anima o pensamento de Nietzsche. É insuportável, para ele, a submissão da parte ao todo, a compreensão do indivíduo - do singular - como expressão do *universal* mediatizada pelo *particular*. Uma garrafa, por exemplo, só pode ser apreendida pelo nosso cérebro como expressão conjunta dessas três categorias: ela é singular, é *esta* garrafa que tenho à minha frente, única entre todas as que se assemelham a ela; ela é também um tipo específico de garrafa, uma garrafa de refrigerante que, por sua vez, é a expressão *particular* do *universal* garrafa, nome dado a uma espécie de recipiente de vidro para líquidos. Assim, a compreensão do *singular* (de nosso exemplo de garrafa) só pode ocorrer se ela estiver relacionada com o *universal*, tendo o *particular* como mediador. Como diz Engels, na *Dialética da Natureza*, “o movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular, ele é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva, quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximativamente adequado”.

A ausência da consciência da dialética entre estas três categorias exige a introdução do pensamento mágico, divino, para a compreensão do mundo, dos processos materiais e as relações entre os homens. Se a investigação não se dedica à descoberta das mediações entre as categorias, a especulação precisa - forçosamente - introduzir uma explicação mística para que o conhecimento possa ter alguma consistência, por mais alienado que seja. Em *O Capital* Marx mostra como a universalidade não é jamais um ponto de chegada autônomo do pensamento, como sugerem idealistas como Nietzsche. O *universal* é elaborado pelo pensamento através da experiência concreta, histórica, real, no trato com a imensa riqueza material do mundo objetivo, daí o caráter necessariamente aproximativo da ciência. Para o pensamento, escreveu Marx em outro lugar, o concreto é “um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida”.

“As abstrações mais gerais - diz Marx - só nascem, em resumo, com o desenvolvimento concreto

mais rico, em que um caráter aparece como comum a muitos, como comum a todos”.

Ao contrário dos idealistas - e do beco sem saída em que se metem - o conceito forma-se a partir da experiência real, concreta, cotidiana; o universal é a expressão abstrata de inúmeros singulares. O universal - diz José Arthur Gianotti - deve sempre residir num suporte material qualquer; “o contrário é platonismo”, é idealismo. Exige o pensamento mágico, a mistificação especulativa - na qual Nietzsche é perito. Marx ilustra esse beco sem saída filosófico com um exemplo quase banal. A representação abstrata de “fruta” surge do processo mental que resume as características comuns às maçãs, peras, bananas etc. Os idealistas, porém, concebem a idéia de fruta como *substância*, e as maçãs, bananas, etc, como *modos* dessa substância, um procedimento especulativo que anula a realidade sensível e cria uma dificuldade inventada e insuperável. “É tão fácil - diz Marx - produzir a partir de frutas reais a idéia abstrata de fruta, ‘a fruta’, quanto é difícil produzir, partindo da idéia abstrata ‘fruta’, frutas reais. É inclusive, impossível se chegar a uma abstração do *contrário* da abstração sem se *renunciar* à abstração”.



Engels mostrou a falsidade da oposição entre o homem e a sociedade em que vive

Hábil polemista, herdeiro das virtudes sofisticadas dos pré-socráticos - que embaralhavam os interlocutores com palavras, sem preocuparem-se com as relações delas com o mundo real, objetivo - Nietzsche leva esta mistificação à análise da consciência e da linguagem. O conceito não existe, foi o animal homem - cuja arrogância deu origem ao conhecimento - que o desenvolveu. A linguagem levou à formação da consciência (outra concepção idealista: que desconsidera o papel do trabalho no desenvolvimento da inteligência, da consciência e da linguagem, e que, assim, não diz de onde a linguagem vem, como se ela preexistisse ao homem, ao animal cujas habilidades o tornariam suporte material da linguagem!) devido à *necessidade de comunicação*. A consciência, assim, é “propriamente apenas uma rede de ligação entre homem e homem - apenas como tal ela se desenvolveu e teve de desenvolver: o homem ermitão e o animal de rapina não teriam precisado dela”, diz em *A Gaia Ciência*. “A consciência não faz parte propriamente da existência individual do homem”. Conseqüentemente, “cada um de nós, com a melhor boa vontade de *entender* a si mesmo tão individualmente quanto possível, de ‘conhecer a si mesmo’, sempre trará à consciência apenas o não-individual em si”, e nosso pensamento mesmo “é constantemente como que ampliado e retra-

duzido para a perspectiva do rebanho”. Isto é, para o indivíduo a consciência é desnecessária - e mesmo nociva: ela imprime na mente individual as limitações em que a sociedade e a cultura se baseiam.

A fragilidade dessa idéia, seu caráter ideológico - baseado na desconsideração do trabalho como alemento de desenvolvimento das potencialidades do homem, e na incompreensão do homem como um animal radicalmente social, do indivíduo como ser social, que só pode se desenvolver coletivamente através da cooperação com outros indivíduos de sua espécie - foi demonstrada poucas décadas mais tarde por psicólogos como o russo Lev Vygotsky e o suíço Jean Piaget. Vygotsky, principalmente, desenvolvendo antigas sugestões do materialismo dialético (registradas por Engels no texto “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem”), mostrou a falsidade da oposição entre o homem e a sociedade, e que o desenvolvimento individual *só pode* ocorrer através do contato com outros homens, que esse desenvolvimento é biológico apenas em parte, mas é cultural, social, naquilo que é decisivo, naquilo que não só distingue o homem dos outros animais mas também dá suporte ao próprio desenvolvimento daquilo que há de animal no homem, seu corpo, o atendimento de suas necessidades fisiológicas, aquilo que garante a sobrevivência física do indivíduo. Em lugar da oposição, há na verdade uma íntima e necessária interação entre o indivíduo e o coletivo, em *cada homem* particular.

Uma história sem movimento onde todo impulso do homem é absurdo e inútil



Outro aspecto do pensamento de Nietzsche que merece consideração - pela sua influência moderna - é sua concepção da história. “Enquanto há leis na história, as leis não valem nada e a história não vale nada”, escreveu na segunda das *Considerações Extemporâneas*. Uma contradição a mais no pensamento de Nietzsche: se a realidade é um fluxo permanente e imutável, a história - entendida como compreensão do processo teria que ter algum lugar nesse pensamento. Mas sua introdução significaria o reconhecimento das leis da história mesmo que elas fossem mistificadas e, principalmente, o reconhecimento da mutabilidade inerente ao processo. Mas, em Nietzsche, a realidade é um fluxo *permanente e imutável*.

A solução desse enigma surgiu um dia, como uma iluminação, com a “revelação” do eterno retorno, formável assim (segundo Jorge Luis Borges): “o número de todos os átomos que compõem o mundo é, embora descomunal, finito, e só capaz, como tal, de um número finito (embora também descomunal) de permutações. Num tempo infinito, o número das

permutações possíveis deve ser alcançado, e o universo tem de se repetir. Novamente nascerás de um ventre, novamente crescerá teu esqueleto, novamente chegará esta mesma página às tuas mãos iguais, novamente percorrerás todas as horas até à de tua morte incrível”. No *Zaratustra*, Nietzsche apresentou essa idéia dizendo: “esta lenta aranha, arrastando-se à luz da lua, e esta mesma luz da lua, e tu e eu cochichando no porão, cochichando coisas eternas, já não coincidimos no passado? E não voltaremos a percorrer o longo caminho, esse longo e terrível caminho, não voltaremos a percorrê-lo eternamente?”.

O eco da concepção circular da história, dos indianos, está presente aqui - mas revestido de uma aparente materialidade e cientificidade, que fala de átomos, universo, tempo e espaço. Nietzsche pensou em ir a Viena ou Paris estudar as bases matemáticas dessa tese, mas desistiu pois seria vão - os matemáticos não endossam essa falsificação idealista baseada na combinação de elementos díspares, um tempo infinito e um universo finito. Apesar disso, essa tese teve uma carreira promissora na intelectualidade burguesa. Ela decifra o enigma da história sem mudança: concebendo a história como um jogo onde os átomos fariam o papel de inumeráveis dados lançados ao acaso e igualmente se combinando ao acaso, o tempo fica reduzido a uma sucessão de “agoras” e o instante é glorificado. No turbilhão financeiro da etapa imperialista do capitalismo, onde o jogo, a capacidade de perceber o momento exato de ganhar, toma a aparência de um acontecimento fugaz, desconectado do passado e do futuro, uma teoria como a do eterno retorno adquire ares de fiel descrição da realidade.

Mais que isso, trata-se de uma história sem movimento, sem processo imutável. “Se tudo volta, então, evidentemente, todo impulso do homem é inútil, diz Nietzsche. Toda ação, todo atrevimento, é absurdo e vão, pois tudo já está decidido”. Este jogo não prevê espaço para a atuação do homem na história e, ao mesmo tempo, transforma o instante num espelho onde o passado e futuro se igualam: “outorga ao passado - diz Fink - o caráter aberto de possibilidade do futuro, e este adquire a estabilidade do passado” - uma lenda útil para a burguesia na época em que qualquer aceleração da roda da história parece uma ameaça à estabilidade do mundo burguês. Essa lenda fundamenta, em nossos dias, concepções idealistas da história cuja polêmica com o marxismo está centrada justamente na idéia de um processo histórico sem mudança, cujas etapas sucedem-se *arqueologicamente* (como pensa Foucault) sem relações de causa e consequência, movida - diz Clóvis Moura - pela “contingência (o acaso, as idéias motoras ou mesmo os impulsos irracionais de personalidades ou grupos)”, contingência encarada como conjunto de elementos que dão conteúdo ao processo histórico. Nesse caso, a história se realizaria através de explosões imprevisíveis. Passaria a ser um conglomerado imprevisível

de fatos atomizados, desligados uns dos outros, de vez que cada um esgotaria os seus efeitos e ressonâncias em si mesmo e não no seu encadeamento diacrônico. E a história desapareceria como ciência. Tornar-se-ia mito ou passatempo acadêmico.

Se o pensamento de Nietzsche não inova em relação a questões fundamentais do conhecimento, se ele recua em relação mesmo a teóricos burgueses como Kant e Hegel, qual o segredo do enorme prestígio que ele adquiriu em nosso tempo em setores progressistas?

É natural que ele adquirisse grande influência entre os intelectuais ligados à burguesia, seus porta-vozes e apologistas. Mas entre militantes do conhecimento e do pensamento ligados ao movimento democrático - e mesmo à luta pelo socialismo - a ascendência dessa filosofia só pode ser entendida se se compreender a dinâmica dessa intelectualidade, a natureza de seus vínculos sociais (progressistas ou não), o papel que ela se auto-atribui e a avaliação que ela faz da necessidade do pensamento crítico, e da própria natureza desse pensamento.

Em *Os últimos intelectuais* o escritor norte-americano Russell Jacoby mostrou a profunda mudança na atividade intelectual que o desenvolvimento do capitalismo, com a profissionalização e academização dos trabalhadores do pensamento, provocou entre os escritores e produtores intelectuais dos EUA. Voltados para sua própria atividade, escrevem apenas a

seus pares, desprezam a cultura pública e consolidam-se como uma casta de escrivães privilegiados, com altos salários e prestígio social.

Nesse quadro, não é difícil entender o prestígio de Nietzsche - prestígio baseado numa interpretação que subestima o reacionarismo do filósofo alemão e enfatiza a crítica da cultura e a análise do eu presentes em sua obra. Para Georg Lukács, "o encargo social" que a filosofia de Nietzsche cumpre, consiste em "salvar", "resgatar" este tipo de intelectual burguês, "em apontar-lhe um caminho que torne desnecessária a ruptura e até todo conflito sério com a burguesia; caminho em que possa seguir abrigando, e inclusive se acentue nele, o agradável sentimento de ser um rebelde ao contrapor-se, tentadoramente, à revolução social 'superficial' e 'puramente externa' outra revolução 'mais profunda', de caráter 'cosmobiológico'. Uma 'revolução', além disso, que deixe em pé, íntegros, os privilégios da burguesia e que defenda, sobretudo, aproximadamente, a situação de privilégio da intelectualidade burguesa, imperialista e parasitária, uma 'revolução' dirigida contra as massas e que dá, ao medo que os privilegiados econômicos e culturais tem de perder seus privilégios, uma expressão patético-agressiva em que se disfarça seu temor e seu egoísmo".

JOSÉ CARLOS RUY, jornalista

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Edit. Mestre Jou, SP, 1982.

BORGES, Jorge Luís. *História da Eternidade*. Edit. Globo, Porto Alegre, 1982.

CHEVALLIER, Jean Jacques. *As grandes obras políticas - de Maquiavel a nossos dias*. Edit. Agir, RJ, 1966.

DELEUZE, Giles. *Nietzsche e a Filosofia*. Edit. Rio, RJ, 1976.

FINK, Eugene. *La Filosofia de Nietzsche*. Alianza Editorial, Madrid, 1981.

FOGEL, Gilvan. "A articulação da pergunta nietzschiana por verdade e conhecimento", in *Uma história da filosofia - Verdade, Conhecimento e Poder - vol. IV - As concepções revolucionárias do homem e do mundo*, Univerta, UFRJ/IFCS, RJ, 1990.

FOUCAULT, Michael. *Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum philosophicum*. Edit. Princípio, SP, 1987.

GARAUDY, Roger. *Para conhecer o pensamento de Hegel*. LPM, Porto Alegre, 1983.

GIANOTTI, José Arthur. *Origens da dialética do trabalho*. LPM, Porto Alegre, 1985.

HALEVY, Daniel. *Nietzsche - uma biografia*. Edit. Campus, RJ, 1989.

HINNELLS(Org.). *Dicionário das religiões*. Círculo do Livro, SP, 1989.

KURSANOV, G. *Veritas - Fundamentos de la teoria leninista de la verdad y crítica de las concepciones idealistas modernas*. Edit. Progreso, Moscou, 1977.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *Cahiers philosophiques*. Ed. Progreso, Moscou, 1973.

LUKÁCS, Georg. *El asalto a la razon, la trayectoria del irracionalismo desde Scheeling hasta Hitler*. Ediciones Grijalbo, Barcelona, 1972.

LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista*. Edit. Civilização Brasileira, RJ, 1978.

MARX, Karl. "Introdução à crítica da economia política", Parte III, "Método da economia política", in *Contribuição para a crítica da economia política*. Edit. Estampa, Lisboa, 1973.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, Tomo 1, Edit. Abril Cultural, SP, 1983.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 3, Volume 6, Edit. Civilização Brasileira, RJ, 1974.

MEYER, Arno. *A força da tradição*. Companhia das Letras, SP, 1987.

MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clio*. Oficina de Livros, BH, 1990.

NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. Edit. Abril Cultural, SP, 1974 (Col. Os Pensadores, vol. XXXII)

REGO, Walquíria Domingues Leão. "Indivíduo, liberdade e igualdade no pensamento liberal e em Marx", in *Perspectivas*, SP, vol 11, 1988.

SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. Martins Fontes, SP, 1988.

YURRE, Gregório de. *Totalitarismo y egolatria*. Edit. Aguilar, Madrid, 1962.

LIBERALISMO E SOCIAL-DEMOCRACIA

(TEORIA MARXISTA SOBRE O ESTADO NO SÉCULO XX)

LUÍS FERNANDES

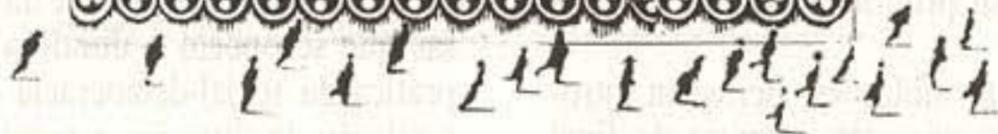
Bernstein, a escola de Frankfurt e o austro-marxismo desenvolvem teorias que ainda orientam parcelas do movimento "socialista" e cuja a essência é negar a superação das instituições liberais pela revolução

Importante desenvolvimento no debate marxista sobre o Estado se deu logo após a morte de Engels, com o surgimento das primeiras formulações do "revisionismo" de Eduard Bernstein. Bernstein era amigo pessoal de Engels e um dos principais teóricos do Partido Social-Democrata Alemão na virada do século. Junto com Kautsky, era visto como um dos grandes continuadores da obra dos fundadores da teoria marxista após o seu desaparecimento. Mas Bernstein prontamente começou a rever postulados centrais da teoria marxista. Ele mesmo assumia o nome de "revisionismo" para caracterizar as suas posições políticas e teóricas. Na sua concepção, essa designação abarcava, no início do século XX, "todos os socialistas que se opuseram criticamente à teoria tradicional da social-democracia"⁽¹⁾ (leia-se, ao *marxismo*).

Ele procurou reconciliar o marxismo com o Kantismo e outras formulações da filosofia idealista alemã. No terreno da economia, procurava uma reproximação com autores que Marx classificava de "economistas pequeno-burgueses" ao negar a tendência à concentração e centralização da produção e da propriedade no capitalismo. No terreno do pensamento político como veremos em seguida, seu objetivo declarado era o de promover o reencontro do marxismo com os postulados fundamentais do liberalismo,

já que, segundo ele, "o liberalismo como movimento histórico universal, tem no socialismo, o seu herdeiro legítimo, não só do ponto de vista cronológico, mas também do ponto de vista do conteúdo social".⁽²⁾ A principal obra de Bernstein neste grande esforço de revisão do marxismo foi o livro *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*, publicado pela primeira vez em 1899.

Do ponto de vista da reflexão teórica sobre o Estado, que é o tema deste artigo, é muito difícil conceber a possibilidade da reconciliação da teoria marxista com o pensamento liberal, já que, como vimos no artigo passado, toda a evolução do primeiro se deu em polémica aberta, frontal e profunda com o segundo. Na verdade, o movimento teórico de Bernstein se limita a recolocar os mesmos argumentos e postulados fundamentais do liberalismo nos marcos de um discurso marxista. Ao abordar um tema de importância fundamental como o da democracia, por exemplo, ele chega mesmo a afirmar que "a democracia não é mais do que uma forma política do liberalismo".⁽³⁾ Mesmo quando, aparentemente, suas formulações vão "um pouco mais além" e definem a democracia como "ausência de dominação de classe", sua reflexão continua se situando nos marcos do liberalismo, pois esta "ausência de dominação de classe" se limita à esfera da vida política (à extensão de "direi-



tos políticos iguais”), e não à perspectiva marxista de superação da própria divisão da sociedade em classes antagônicas.

“Na democracia está implícita uma representação jurídica: a igualdade dos direitos de todos os membros da comunidade, na qual se encontram os limites para o governo da maioria, que traduz, em cada caso concreto, o governo do povo. À medida que a igualdade se converte em clima natural e domina a consciência geral, a democracia se converte em sinônimo do máximo grau de liberdade para todos”.⁽⁴⁾

Qualquer cidadão tem o mesmo poder de Roberto Marinho ou de outro grande empresário?



Fica claro, nesta passagem, que o pensamento de Bernstein sobre o Estado se baseia no mesmo “individualismo metodológico” do liberalismo, e não na análise de classe introduzida sistematicamente pelo marxismo. Por isso, ele simplesmente passa ao largo da crítica central formulada ao liberalismo por Marx desde os seus primeiros escritos - a de que, mantida a divisão da sociedade em classes antagônicas, a

proclamada “igualdade de direitos políticos” do liberalismo não passava de uma grande farsa. Trazendo essa discussão para a realidade do Brasil de hoje, será que passa pela cabeça de alguém que qualquer cidadão comum tem tanto poder político no país quanto o sr. Roberto Marinho ou outro magnata qualquer de grande empresa monopolista, nacional ou estrangeira?

Esta abordagem da teoria política marxista não significa que ela subestime a importância da conquista de direitos democráticos de cidadania em Estados dominados pela burguesia. Só que em nenhum momento isto é confundido com a conquista do socialismo e a eliminação da dominação de classe. Para Bernstein, no entanto, as instituições democráticas geradas pelo liberalismo e pela ascensão política da burguesia no Estado moderno retiravam a este o seu caráter de classe (ao destruir os antigos privilégios feudais da Idade Média). A conclusão política deste raciocínio era de que o proletariado deveria abandonar a perspectiva apontada inicialmente por Marx de “destruição” da máquina de Estado da burguesia.

“O feudalismo, com suas instituições rígidas e imóveis teve de ser destruído, em quase toda a parte, pela violência. Em contraposição às instituições liberais da sociedade moderna distinguem-se daquelas precisamente pela sua maleabilidade, por sua capaci-

dade de transformar-se e desenvolver-se. Não é preciso destruí-las. Só temos de desenvolvê-las ao seu ulterior".⁽⁵⁾

Esta formulação de Bernstein entra em contradição aberta com a grande conclusão teórica extraída por Marx do seu balanço das experiências revolucionárias no continente europeu de 1848 a 1851. Subjacente a esta sua divergência com a formulação marxista clássica estava o entendimento teórico de que as instituições democráticas associadas ao liberalismo não continham um "viés" favorável à dominação burguesa. Ao desenvolver esta posição, Bernstein foi precursor de um argumento que viria a se tornar a pedra de toque dos autores "pluralistas" (os verdadeiros herdeiros contemporâneos do liberalismo, com presença marcante no pensamento acadêmico norte-americano) - o de que a pluralidade de interesses e posições em disputa nos regimes democráticos evitaria a cristalização e consolidação de determinados interesses na direção do Estado.

"Na nossa época, existe a segurança quase incondicional de que a maioria de uma comunidade democrática não fará qualquer lei que atente permanentemente contra a liberdade pessoal, já que a maioria de hoje pode converter-se, a qualquer momento, na minoria de amanhã e, assim, a lei prejudicial às minorias acabaria atingindo os próprios membros daquela maioria temporária".⁽⁶⁾

Com base nestas formulações, Bernstein introduz uma discussão no movimento operário do final do século passado que ressurgiu hoje no debate da esquerda brasileira como se fosse grande novidade - a crítica à defesa "meramente tática" da democracia pelos partidos marxistas e a proposta da sua substituição por uma "visão estratégica" da questão democrática.

**O marxismo defende
uma nova
democracia, com um
conteúdo
superior ao atual**



"A democracia é algo mais do que um meio político, bom unicamente como alavanca nas mãos da classe trabalhadora para dar o golpe de misericórdia no capital. A democracia é ao mesmo tempo um meio e um fim. É o meio de luta em favor do socialismo e a forma da realização do socialismo".⁽⁷⁾

A tese subjacente a esta formulação é a de que o marxismo "clássico" ou "tradicional" só conceberia a democracia como instrumento de luta do proletariado contra a burguesia, instrumento este que deveria ser descartado ou deixado de lado assim que os trabalhadores tomassem o poder e iniciassem a construção do socialismo. Esta compreensão não tem nada em comum com o marxismo. Marx e Engels argu-

mentaram farta e abundantemente a necessidade do socialismo gerar instituições políticas e práticas de governo profundamente democráticas. Neste sentido, pode-se afirmar que a teoria marxista faz a defesa *estratégica* da democracia. Só que de uma democracia muito mais ampla e radical do que a que está associada ao liberalismo. O objetivo estratégico, portanto, é de uma *nova* democracia, com uma institucionalidade calcada no exercício do poder pelas amplas massas trabalhadoras, e tendo como "objetivo final" a própria superação do Estado (à medida que avança na construção de uma sociedade sem diferenças de classe). No fundo da crítica de Bernstein e de seus sucessores contemporâneos à alegada miopia democrática do "marxismo clássico" está, na verdade, a sua própria incapacidade de conceber a democracia fora dos estreitos limites do liberalismo.

Coerente com toda esta trajetória de resgate do ideário liberal, Bernstein conclui, também, pela necessidade de abandonar o conceito marxista de "ditadura do proletariado" (também nisso ele fez escola no Brasil e no mundo...).

"Tem sentido aferrar-se à expressão de ditadura do proletariado num período em que, por toda a parte, os representantes da social-democracia se situam praticamente no terreno da ação parlamentar, da representação proporcional e da legislação pública - coisas que se opõem à ditadura?(...) Toda a atividade prática da social-democracia está encaminhada para a criação de situações e requisitos que tornem possível e garantam o trânsito sem rompimentos violentos da moderna ordem social a uma ordem social superior(...) A ditadura de classe pertence a um nível de civilização mais atrasado, só uma recaída no atavismo político pode evocar a idéia de que o passo da sociedade capitalista à sociedade socialista deve se realizar, forçosamente, de acordo a formas evolutivas de uma época que não conhecia, ou que conhecia de forma imperfeita, os atuais métodos de propagação e de conquista das leis, e que carecia de órgãos adequados para tal fim".⁽⁸⁾

Bernstein reproduz, aqui, o "erro clássico" de confundir a discussão marxista da *essência de classe do Estado socialista* (a "ditadura do proletariado") com as formas de estruturação desse poder (que devem ser profundas e radicalmente democráticas). Mas esta confusão não é inocente ou casual. Ela culmina toda uma evolução teórica que tem como grande "recaído" político a necessidade do movimento operário abandonar qualquer perspectiva revolucionária - justamente o caminho *inverso* ao percorrido por Marx, que procurou fundamentar cientificamente para o proletariado a necessidade da sua revolução e do socialismo. Por isso o próprio Bernstein lançou como "lema-síntese" do seu pensamento a célebre frase "o objetivo final do socialismo não significa nada, o movimento é tudo".

As formulações de Bernstein sobre o Estado do-

minaram o debate sobre o Estado ao longo do século XX entre os autores que se situaram no âmbito da tradição marxista. Suas idéias foram recebidas, inicialmente, com muita crítica e oposição. Praticamente todos os grandes expoentes do pensamento marxista se posicionaram contra as formulações de Bernstein, desde Plekhanov e Kautsky, passando pelo austríaco Otto Bauer, até Rosa Luxemburgo e Lênin, mais à esquerda. Em praticamente todos os partidos social-democratas (socialistas) foi deflagrada, no início do século, uma campanha de luta contra o "revisionismo" de Bernstein, e seus seguidores mais próximos ficaram inteiramente isolados.

Mas, com o tempo, suas idéias foram gradativamente conquistando terreno e adeptos, inclusive entre os "papas" oficiais da Segunda Internacional.

A força numérica do proletariado altera o caráter do Estado nas mãos da burguesia



A incorporação do "revisionismo" se materializou na adoção de orientações teóricas e políticas marcadas pelo "economicismo". Um bom exemplo disto são as formulações de Karl Kautsky, líder do Partido Social-Democrata Alemão que era considerado o principal teórico marxista do início do século. Pouco a pouco e em especial após 1909, ele foi desenvolvendo uma abordagem particular na sua ortodoxia que reincorporou (sem o reconhecer) diversas formulações de Bernstein, sobretudo no que tange à reflexão sobre o Estado.

A base do raciocínio de Kautsky era de que o socialismo adviria naturalmente do desenvolvimento econômico capitalista e da força numérica alcançada pelo proletariado em função deste desenvolvimento:

"O proletariado não tomará normalmente o poder senão onde constitua a maioria da população, ou pelo menos a tenha atrás de si. Ao lado da necessidade econômica, a arma do proletariado em suas políticas é a sua existência numérica".⁽⁹⁾

Com base nesta mesma argumentação, Kautsky conclui que a força numérica do proletariado nos países capitalistas mais desenvolvidos acaba inviabilizando que o Estado democrático se consolide como "ditadura de classe" da burguesia (como havia sido argumentado originalmente por Marx).

"Se num Estado democrático o proletariado se desenvolver até tornar-se tão numeroso e poderoso para tomar o poder político pela simples aplicação das liberdades dadas, então a "ditadura capitalista" terá muitas dificuldades para mobilizar os instrumentos de repressão necessários à supressão violenta da democracia".⁽¹⁰⁾

Nota-se nesta passagem, e ao longo das refle-

xões de Kautsky sobre o Estado depois de 1909, que o tema da democracia é abordado de forma genérica, como se tivesse uma existência separada e acima do conteúdo de classe do Estado - uma abordagem inteiramente oposta à que é desenvolvida originalmente por Marx e Engels. O desdobramento lógico deste raciocínio era o de defender a possibilidade da transição pacífica do capitalismo ao socialismo, sem a necessidade de ruptura revolucionária.

"Eu confio em que a revolução social do proletariado revista formas inteiramente diferentes das que tomou a revolução burguesa; que a revolução proletária, contrariamente à revolução burguesa, possa ser alcançada por meios "pacíficos" de natureza econômica, legislativa e moral - e não recorrendo aos meios da força física - em todo lugar onde a democracia estiver enraizada".⁽¹¹⁾

A possibilidade de transição pacífica havia sido cogitada por Marx para a realidade de alguns países excepcionais no século passado, nomeadamente a Inglaterra, os Estados Unidos e a Holanda. Mas, ao invés de argumentar pelo lado do desenvolvimento econômico destes países, o que Marx indicava eram certas condições *políticas* particulares, em especial a inexistência de grandes corpos armados e de fortes tendências militaristas. A verdade é que estas condições políticas já haviam desaparecido nesses países no início do século XX, sobretudo com o advento do imperialismo. Kautsky, no entanto, argumentando basicamente a partir do grau de desenvolvimento econômico e da força numérica do proletariado nas sociedades avançadas, considerava que essa possibilidade havia se estendido para a quase totalidade dos países capitalistas centrais. Por isso a sua caracterização como "economicista".



Uma "palavrinha" que incomoda porque fundamenta um conceito científico essencial

Até o término da Primeira Guerra Mundial, Kautsky não refutava abertamente o conceito marxista de "ditadura do proletariado". Mas tratou de menosprezar a sua importância no âmbito da teoria marxista, sobretudo na sua polêmica com Lênin e os bolcheviques na Rússia, que "teimavam" em erguer a ditadura do proletariado num país atrasado onde a classe operária era inteiramente minoritária.

"Sua ditadura (dos bolcheviques) contradiz a doutrina de Marx, segundo a qual nenhum povo pode ultrapassar de salto nem abolir por decretos as fases do seu desenvolvimento natural. Considerando isso, de onde poder-se-ia extrair uma justificação marxista? Lembrem-se a tempo de uma palavrinha sobre a ditadura do proletariado que Marx empregou, uma

vez, em 1875, numa carta".⁽¹²⁾ Ora, o conceito de "ditadura do proletariado" não se limitava a "uma palavrinha" na teoria política marxista, nem foi empregada "apenas uma vez" e muito menos apareceu originalmente em 1875 (na verdade foi em 1851, culminando um salto teórico no pensamento político marxista oriundo da sua apreciação da experiência revolucionária da "primavera dos povos" na Europa, deflagrada em 1848). Para empregar essa "palavrinha" contra os bolcheviques, Kautsky inverteu os termos da argumentação de Bernstein e passou a acusar Lênin de interpretar a "ditadura do proletariado" como a *forma de governo* própria ao socialismo (depois veremos qual era de fato a posição defendida por Lênin).

A partir de 1922, no entanto, Kautsky abandonou também a formulação do conceito de "ditadura do proletariado" de Marx, e propôs a sua substituição pelo "governo de coalizão" como forma política própria da transição socialista.

"Em sua célebre 'Crítica ao Programa de Gotha' Marx escreve: 'Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista está o período de transformação revolucionária de uma para a outra. E lhe corresponde igualmente um período de *transição política*, cujo Estado já não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado'. Baseando-nos nas experiências dos últimos anos, podemos mudar esta frase no que concerne o governo e dizer: 'Entre a época do Estado meramente burguês e a do Estado democrático gerido com uma base meramente proletária, está um período de transição política, cujo governo assumirá normalmente a forma de um governo de coalizão'".⁽¹³⁾

A evolução das reflexões de Kautsky sobre o Estado após 1922 aproximaram-no ainda mais das posições de Bernstein. Mas a verdade é que, pelo menos desde 1909, suas posições já vinham apontando na mesma direção. Na sua concepção, era inconcebível trabalhar com a perspectiva da revolução socialista em países capitalistas atrasados, como a Rússia. Nos países dependentes e coloniais, então, nem pensar. Já nos países capitalistas economicamente mais desenvolvidos, onde a transição ao socialismo seria possível, deveria-se abandonar qualquer perspectiva de ruptura revolucionária e optar por trabalhar nos marcos das instituições democráticas geradas no âmbito do capitalismo.

Em *todos* os casos a orientação concreta era a de refutar a perspectiva da revolução (em nome da "ortodoxia marxista...").

A evolução das reflexões de Kautsky sobre o Estado é elucidativa de todo o desenvolvimento das reflexões sobre a questão no âmbito da social-democracia ao longo do século XX. Na verdade, foram as idéias de Bernstein que acabaram por conformar a social-democracia como uma corrente com formulações políticas e teóricas bastante diferenciadas (para não dizer *opostas*) do pensamento marxista clássico. São as suas idéias, e não as de Marx, por exemplo, que

dominam os posicionamentos da atual Internacional Socialista. A questão substantiva não é tanto se essas idéias são ou não antagônicas às de Marx, e sim se a realidade do mundo neste final de século mostra que Marx estava errado e Bernstein, afinal, certo. Em alguma parte do mundo as instituições democráticas do Estado capitalista comportaram ou viabilizaram a transição ao socialismo, isto é, à abolição da propriedade privada e à construção de uma sociedade sem classes?



Os monopólios criam a economia sem concorrência regulada de forma consciente

As primeiras décadas do século XX deram luz a duas "escolas" de pensamento no âmbito da tradição marxista que, partindo de premissas inteiramente diferentes e até opostas, acabaram chegando a conclusões muito semelhantes na sua abordagem da questão do Estado - a corrente do "austro-marxismo" e a chamada "Escola de Frankfurt".

A corrente do "austro-marxismo" era composta por diferentes dirigentes do Partido Social-Democrata da Áustria que se articulavam em torno das revistas *Marx-Studien* e *Der Kampf*. Entre os seus principais expoentes estavam marxistas de renome como Rudolf Hilferding, Max Adler, Karl Renner e, sobretudo, Otto Bauer. Não havia identidade completa entre estes autores, mas todos compunham um campo próprio e distintivo de reflexão no âmbito da tradição marxista. O ponto de partida das suas análises era o esforço de estabelecer uma certa cientificidade neutra para a teoria marxista, incorporando princípios filosóficos do positivismo. O próprio marxismo era concebido como um "sistema de conhecimento sociológico".

Um momento importante de reflexão desta corrente sobre o Estado se deu com a publicação na revista *Marx-Studien* da obra clássica de Hilferding: *O Capital Financeiro*. Esta obra, que teria grande influência nas reflexões de Lênin sobre o imperialismo, analisava, basicamente, a passagem do capitalismo a uma nova etapa de completo domínio dos monopólios e os desdobramentos econômicos, políticos e sociais desta evolução. No tocante à realidade interna das principais potências capitalistas, Hilferding considerava que o domínio dos monopólios gerava uma tendência ao atenuamento e abrandamento das crises cíclicas do capitalismo. Ele chegava mesmo a afirmar que o processo de monopolização, levado às últimas conseqüências, poderia inclusive *eliminar* as crises cíclicas do sistema e inaugurar um novo período de desenvolvimento capitalista planejado.

"O último desfecho deste processo pode ser a formação de uma cartel geral. A produção capitalis-

ta como um todo seria, então, regulada conscientemente por um único corpo que determinaria o volume da produção em todos os ramos da indústria. A determinação de preços se tornaria uma questão meramente nominal, envolvendo a distribuição do produto total entre os magnatas do cartel, de um lado, e todos os membros da sociedade de outro(...) A ilusão do valor objetivo da mercadoria desapareceria junto com a anarquia da produção e o próprio dinheiro deixaria de existir. O cartel distribuiria o produto. Os elementos materiais da produção seriam reproduzidos e utilizados numa nova produção. Parte da produção seria distribuída para os trabalhadores e intelectuais, enquanto o restante ficaria para o cartel usar como achasse melhor. Esta seria uma sociedade regulada conscientemente, mas em forma antagônica”.⁽¹⁴⁾

Uma transição sem ruptura das instituições do Estado democrático liberal



Esta formulação de Hilferding contém já o germe da sua teoria do “capitalismo organizado” que seria desenvolvida e sistematizada ulteriormente nos anos 20. A concepção do autor era de que o advento dos monopólios *eliminava* a concorrência do seio das sociedades capitalistas. Os grandes monopólios se apoderavam completa e univocamente do Estado, passando a usá-lo para regular conscientemente todos os aspectos da vida da sociedade. Esta, apesar de continuar dividida em classes antagônicas, via se extinguir no seu interior a “anarquia na produção” apontada por Marx, que era responsável pelas crises econômicas cíclicas. Do ponto de vista político, a luta para expropriar a oligarquia financeira dominante nas sociedades capitalistas modernas seria a “última fase” da luta de classes entre a burguesia e o proletariado. Apesar de “soarem” muito revolucionárias, estas formulações culminavam com conclusões políticas que aproximavam muito Hilferding de Kautsky. Como o “capitalismo organizado” avançava tanto na regulação da produção, os monopólios, na verdade, facilitavam enormemente a transição política para o socialismo. Assim, segundo Hilferding, nas condições da Alemanha do início do século, bastava ao proletariado assumir o controle dos seis maiores bancos de Berlim para controlar as esferas mais importantes de toda a economia. Com a tarefa de tal forma “facilitada”, sua conclusão política era que isso tornava possível ao proletariado, agora, tomar o poder nos países capitalistas centrais através das instituições parlamentares do Estado burguês.

Aprofundando suas análises sobre a crescente intervenção do Estado nas sociedades capitalistas modernas, Hilferding chegou à conclusão, nos anos 30,

de que era necessário rever sua visão original da relação entre a economia e a política na teoria marxista. Na sua avaliação ao final da vida, ele considerava que era a política que cada vez mais dominava a economia, e não o contrário. Do ponto de vista da análise do Estado, isto se traduzia na “independentização” do Estado em relação aos interesses econômicos, e à crescente subordinação da sociedade como um todo aos interesses estatais. Em vez do Estado ser visto como “instrumento de dominação de classe”, como na formulação marxista clássica, Hilferding chegava à conclusão de que as classes haviam se tornado “objeto da dominação do Estado”.

Esta evolução final das reflexões de Hilferding se deu já sob o impacto do ascenso do nazi-facismo na Europa, desenvolvimento que havia sido inteiramente subestimado pela sua teorização sobre o “capitalismo organizado”. Da mesma forma, era impossível enquadrar a crise mundial deflagrada com a grande depressão de 29 nos marcos da sua teoria da “superção da anarquia na produção” pelo capitalismo monopolista. No fundo de ambas as “miopias” estava o mesmo erro teórico - a subestimação da continuidade e do agravamento das contradições e da concorrência no capitalismo, mesmo com o advento dos grandes monopólios.

As reflexões de outro grande expoente do austro-marxismo, Otto Bauer, sobre o Estado, já tomaram um caminho um pouco diferente. Procurando se situar mais dentro do campo das formulações do marxismo clássico, Bauer analisou a situação da Alemanha e da Áustria após o término da Primeira Guerra Mundial em termos do surgimento de um “estado dinâmico de equilíbrio de forças” entre a burguesia e o proletariado. A referência nas formulações de Marx e Engels no século passado era ao advento do bonapartismo como resultado de uma situação análoga de equilíbrio de forças. No seu livro *A Revolução Austríaca*, publicado em 1923, ele considerava que nas condições particulares de equilíbrio geradas na Áustria do pós-guerra, o Estado democrático não representava “nem um instrumento de domínio da burguesia sobre o proletariado, nem um instrumento de domínio de classe do proletariado sobre a burguesia”.⁽¹⁵⁾ Por isso ele classificava o Estado austríaco da época como uma “república popular”.

Nestas condições, a estratégia e tática de atuação do Partido austríaco deveria se pautar pela conquista e consolidação simultânea tanto da “democracia política” quanto da “democracia industrial”, que haviam sido geradas paralelamente no seio da sociedade capitalista. A primeira estava associada às instituições típicas geradas pelo advento do liberalismo nas sociedades capitalistas. A segunda representava instituições de democracia “classista” estruturada em torno das grandes organizações de massa do proletariado. A combinação destes dois elementos nas condições da Áustria tornariam possível a transição ao so-

cialismo sem uma ruptura revolucionária com o Estado existente, preservando as instituições do Estado democrático liberal e ao mesmo tempo superando as suas limitações.

Diferentemente de Bernstein, Kautsky e mesmo Hilferding, esta possibilidade era argumentada em função de uma situação política muito particular, e não como “lei geral” para o movimento socialista. No terreno concreto da luta de classes, esta orientação do “austro-marxismo” gerou uma certa paralisia no movimento operário. Apesar de ter mais de 120 mil operários armados e organizados em milícias só na cidade de Viena (que, administrada pelo Partido Social-Democrata, era conhecida como a “Viena Vermelha”) nenhum passo sequer foi dado para buscar uma ruptura revolucionária que pudesse ferir a legalidade do Estado democrático. Isto mesmo quando a burguesia e as forças conservadoras conspiravam abertamente para golpear as próprias instituições democrático-burguesas. A própria milícia operária era concebida como um instrumento para-militar *ilegal* da classe operária para garantir a *legalidade* democrática! Assim, quando o golpe fascista finalmente se consumou, em 1934, o proletariado já se encontrava inteiramente isolado e desarticulado para resistir. Os trabalhadores ainda tentaram promover uma insurreição em fevereiro daquele ano para barrar a ascensão do fascismo, mas foram derrotados. Em seguida o Partido Social-Democrata foi colocado na ilegalidade e os direitos democráticos mais elementares cancelados, até a Áustria ser incorporada no Estado nazista alemão.

Tentativa de fundar o socialismo em bases universais acima dos interesses de classes



Fazendo um balanço do desfecho da sua orientação centrada para a luta de classes na Áustria, Bauer traça um quadro carregado tanto de orgulho quanto de resignação em meados dos anos 30:

“Nós demos ao socialismo reformista a grande obra da Viena Vermelha, e ao socialismo revolucionário o ato heróico da insurreição de fevereiro (1934) em defesa da república”.⁽¹⁶⁾

A Escola de Frankfurt, como o nome já diz, era composta basicamente por intelectuais marxistas que se articulavam em torno de um instituto de pesquisas e estudos na cidade alemã com esse nome, a partir da década de 20. Entre os seus expoentes principais estavam intelectuais conceituados como Horkheimer, Adorno, Walter Benjamin e Marcuse. Na sua versão mais contemporânea, encontramos professores universitários que são bastante divulgados nos meios acadêmicos do Brasil e do mundo, sobretudo os alemães Jürgen Habermas e Claus Offe. O ponto

de partida da produção teórica era exatamente o oposto da corrente do austro-marxismo - a crítica à visão “economicista”, “determinista” e “positivista” que teria predominado no marxismo da Segunda Internacional, incluindo os austro-marxistas. Depois da derrota da vaga revolucionária que se espalhou pela Europa após o término da Primeira Guerra Mundial, estes autores passaram a procurar estudar e entender os fatores que impediram a esperada vitória da revolução socialista e garantiram a sobrevivência do capitalismo. Isto os levou a privilegiar sobretudo o estudo crítico da cultura e da ideologia como elementos de continuidade do capitalismo. Neste terreno, a produção da Escola de Frankfurt foi fortemente influenciada pelo idealismo da filosofia clássica alemã, traduzindo-se no esforço de fundamentar o projeto socialista em princípios racionais universais que estariam “acima” das diferenças de interesses de classe. Eles também procuraram resgatar contribuições de Weber e Freud na análise da sociedade, contra o que consideravam a “limitação dos conceitos marxistas ortodoxos”.

Também no caso da Escola de Frankfurt, não havia identidade ou unidade completa entre os autores que se enquadravam na sua tradição de pensamento. Não havia um elenco de temas que compunha um campo próprio de reflexão da Escola sobre as sociedades contemporâneas, entre as quais podemos destacar: a crescente integração do econômico com o político, dos monopólios com o Estado, que gera uma relação cada vez mais estreita, encadeada e unificada do que a teoria marxista clássica chamava de “base econômica” e “superestrutura”; a crescente subordinação da iniciativa local à deliberação burocrática, e do mercado ao planejamento centralizado; a difusão da burocracia e da organização com o desenvolvimento do capitalismo, gerando uma racionalização da vida social através do que Kant chamava de “razão instrumental”; o aprofundamento da divisão do trabalho em função da base técnica do capitalismo, levando a uma maior fragmentação das tarefas e à conseqüente alienação do trabalhador, o que enfraqueceria a “experiência de classe” do proletariado e deslocaria o potencial de transformação nas sociedades modernas para outros segmentos sociais.

Do ponto de vista de suas análises sobre o Estado, a tradição da Escola de Frankfurt desenvolve uma visão crítica da expansão da sua intervenção numa gama cada vez mais variada de áreas da vida contemporânea. Neste sentido, há um forte paralelo com as reflexões sobre o “capitalismo organizado” de Hilferding, e em particular as suas últimas formulações sobre a subordinação da sociedade ao Estado. Em ambos os casos há uma forte tendência a *subestimar* as contradições e os elementos de concorrência no âmbito da burguesia, e os seus reflexos na luta política e no Estado.

No caso da Escola de Frankfurt, sua ênfase no papel da cultura e da ideologia a superestimar os fato-

res que operam para a estabilização das sociedades capitalistas e a menosprezar as possibilidades de transformação através da luta política. Assim, o tom geral da sua produção foi de um certo pessimismo, ceticismo e falta de perspectiva.

Os herdeiros mais contemporâneos da Escola de Frankfurt já desenvolveram uma versão mais “otimista” (e também mais ingênu...) dessa tradição de pensamento, centrando sua análise na “crise de cultura” das sociedades capitalistas modernas. Um marco nesta nova abordagem da tradição frankfurtiana é o livro de Habermas *A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio*. Nas suas análises, Habermas diferencia a realidade do que chama de “capitalismo liberal” da do “capitalismo avançado”. A diferença fundamental entre ambos seria o papel qualitativamente diferente assumido pelo Estado em cada caso. No primeiro, o mercado seria a esfera predominante, enquanto no segundo era o Estado que assumia essa condição. O marco dessa mudança, para Habermas, eram as transformações ocorridas nos anos 30 (no que acompanha as formulações de Karl Polyani na sua célebre obra *A Grande Transformação*), que geraram o chamado Estado de Bem-Estar associado, no pós-guerra, a regimes de democracia liberal-representativa. Esta evolução, na opinião do professor alemão, geraria ainda três desenvolvimentos fundamentais que se contrapõem às formulações clássicas da teoria marxista:

1. A estrutura de classes das sociedades contemporâneas passam a ser determinadas *politicamente*, e não *economicamente*;

2. O Estado suplanta o mercado na direção da economia, superando o que Marx chamava de “anarquia na produção”;

3. Deixam de fazer sentido a teoria do valor trabalho, bem como se eliminava a tendência à queda da taxa de lucro na economia (via a garantia de compras estatais).

Políticas sociais minam o potencial de luta dos operários por novo sistema



A expansão da intervenção do Estado nas sociedades capitalistas cumpriria uma dupla função - comandar o processo global de acumulação de capital e legitimar esse processo aos olhos dos membros da sociedade através da extensão de direitos universais. O problema central, para Habermas, é que estas duas funções entravam em crescente contradição entre si com o desenvolvimento do capitalismo avançado. O Estado capitalista se depararia com dificuldades crescentes para coordenar uma economia baseada na lógica da acumulação privada e ao mesmo tempo estender direitos para manter a sua legitimidade política.

As ações políticas tomadas pelo Estado de Bem-Estar para afastar as crises econômicas gerariam expectativas políticas e sociais crescentes que o Estado não tinha como comportar. Assim, a crise do capitalismo avançado se deslocava da economia para o sistema de valores sociais. Haveria uma contradição crescente entre a expectativa de justiça e igualdade por parte dos membros da sociedade, e a alocação de recursos públicos priorizando a acumulação privada. Em vez de “anarquia na produção” gerada pelo predomínio anterior do mercado, agora era a própria planificação estatal que se tornava “anárquica”.

Esta seria a base da “crise de legitimação” do Estado capitalista contemporâneo. Esta crise se daria tanto pela “crise fiscal” do Estado, que não encontraria mais recursos para estender direitos sociais que “compravam” a lealdade dos membros da sociedade, quanto pela consolidação de novas demandas culturais alternativas que não podiam ser atendidas por meras recompensas materiais. Habermas considerava que as políticas de integração social desenvolvidas pelo capitalismo nos setores monopolista e estatal eram dirigidas sobretudo para os trabalhadores, o que “externalizava” o conflito de classes para outros setores da sociedade. Estas políticas fragmentariam a consciência de classe do proletariado, o que minava o seu potencial de contestação no interior do sistema. Por isso, na sua visão, o grande potencial de mudança estaria agora nos movimentos da juventude, das mulheres e de outros grupos “alternativos”, pois estes seriam portadores de uma *nova cultura* que questionava a “razão instrumental” dominante na sociedade capitalista.

Este raciocínio de Habermas é acompanhado de perto pelas reflexões de Claus Offe, que procura, no entanto, deter-se mais sobre a discussão do Estado propriamente dito. Uma coleção bastante ampla de artigos seus sobre este tema, escritos basicamente nos anos 70, está reunida no seu livro *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Desenvolvendo as reflexões de Habermas, Offe chega à conclusão de que, no capitalismo avançado (ou monopolista) é o próprio Estado que *funda* o interesse de classe global da burguesia. Note-se a completa inversão no tratamento original da teoria marxista da relação entre Economia e Política, muito na linha das últimas reflexões de Hilferding. Na era do capitalismo monopolista, a acumulação privada teria de ser assegurada, organizada e dirigida de forma política. Para isto, as estruturas formais da democracia burguesa seriam indispensáveis porque estruturam o instrumento de direção do poder político de forma a constituir um interesse de classe capitalista e um mecanismo ideológico que oculta a cumplicidade objetiva entre os interesses globais da valorização do capital e as suas funções estatais.

O problema estrutural do Estado capitalista seria a sua necessidade de *praticar* e, ao mesmo tempo, *tornar invisível* o seu caráter de classe, através da apa-



Materiais preparatórios de Lênin para o livro *O Estado e a Revolução* (resumos de obras de Engels)

rência da neutralidade. Para Offe “O Estado capitalista está sujeito a uma dupla determinação do poder político - segundo sua *forma* institucional, este poder é determinado pelas regras do governo democrático-representativo; segundo seu *conteúdo*, é determinado pelos requisitos do processo de acumulação”.⁽¹⁷⁾

O próprio desenvolvimento capitalista, no entanto, geraria uma contradição crescente entre este conteúdo e esta forma, entre o “sistema de direcionamento do processo de acumulação” e o “sistema de legitimação”. Isto desorganiza um arranjo que havia surgido, inicialmente, como uma espécie de “capitalismo organizado” hilferdinguista (por isso mesmo Offe dá a um dos seus livros mais recentes o título de *Capitalismo Desorganizado*).

A abordagem de Offe situa-se numa formulação antípoda às do “revisionismo” no campo da social-democracia. Enquanto este analisava o Estado democrático-burguês como uma instituição “maleável”, que poderia ser moldada segundo os interesses das mais diferentes classes, os herdeiros contemporâneos entendem que esse Estado não só tem um “viés” favorável aos capitalistas, como é ele mesmo que *funda* o interesse da classe capitalista. As contradições desse processo empurrariam o Estado capitalista para uma crise de legitimidade. Mas nunca fica muito claro na formulação destes professores alemães como esta crise poderia desembocar na própria superação do Estado capitalista. A recente maré de programas liberais e valores conservadores no mundo revela como

era apressada e ingênua sua apreciação, nos anos 70, sobre a “crise da cultura da racionalidade capitalista”. Mostra, igualmente, que a “suplantação do mercado pelo Estado” estava longe de ser um processo tão cristalino, unívoco e irreversível como eles imaginavam. E os movimentos sociais e alternativos que eles acreditavam haver suplantado o potencial transformador do proletariado nas sociedades modernas, logo se revelaram mais fragmentados, desarticulados e débeis do que o próprio movimento operário.

Na próxima edição da *Princípios*, terminaremos este estudo com a análise do desenvolvimento de um terceiro (e fundamental) tronco do movimento operário e do movimento socialista - o movimento comunista, constituído a partir do esforço de Lênin para resgatar e desenvolver as formulações clássicas de Marx e Engels sobre o Estado e a Revolução. ■

LUÍS FERNANDES, Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutorando do Programa de Ciência Política no IUPERJ

NOTAS

1. BERNSTEIN, Edouard. *Las Premisas del Socialismo y Las Tareas de La Social Democracia*. Editora Siglo Veintiuno, Barcelona.
2. Idem
3. Idem
4. Idem
5. Idem
6. Idem
7. Idem
8. Idem
9. KAUTSKY, Karl. *A Ditadura do Proletariado*. Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979, p.32.
10. Idem., p. 8.
11. Idem., p.26.
12. Idem., p.83.
13. KAUTSKY, Karl. *Die Proletarische Revolution und ihr Programm*. Berlim, 1922, citado em G. Marramao, *O Político e as Transformações*, Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1990, p. 181.
14. HILFERDING, Rudolf. *Finance Capital*. Roudge & Kegan Paul, Londres, 1985, p. 234.
15. BAUER, Otto. *Die Osterreichische Revolution*. Viena, 1923, Citado em O. Marramao, op. cit., p.184.
16. BAUER, Otto. *Zwischen zwer Weltkriegen?*. Bratislava, 1936, citado em G. Marramao, op. cit., p.199.
17. OFFE, Claus e RONGE, V., “Teses sobre a Fundamentação do Conceito de ‘Estado Capitalista’ e sobre a Pesquisa Política de Orientação Materialista”, in OFFE, Claus, *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984, p. 125.

O COMPLEXO PARTO DO GÊNERO HUMANO

ILKA BICHARA

Conhecer a própria origem é tarefa que concentra enorme energia dos cientistas. Quanto mais se aprofunda a pesquisa, maiores indícios de que o homem não teve uma só origem, nasceu de várias tentativas da natureza.

Em 1876, quando escreveu a sua obra “Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem”, Engels demonstrava mais uma vez que era um homem à frente de seu tempo. Além de defender uma tese até hoje polêmica e combatida por muitos, ele conseguiu traduzir os poucos dados disponíveis em uma análise sobre a evolução das espécies que, até hoje, em essência, se mostra correta.

Pretendemos aqui atualizar os leitores sobre as recentes descobertas na área da paleoantropologia referentes à evolução humana, assim como fazer um breve relato dos principais problemas que envolveram e, em certo sentido, ainda envolvem as pesquisas na área. Levantaremos também as principais questões que estão sendo debatidas hoje pelos cientistas, e que são importantes para quem se interessa em saber mais sobre as nossas origens.

Evidenciaremos a importância de Engels, não apenas como um evolucionista, mas principalmente como defensor do método de análise da realidade, formulado por ele e por Marx; o Materialismo Dialético e Histórico. Através dos achados arqueológicos e das conclusões a que os cientistas estão chegando sobre a nossa evolução, fica patente a dialética da natureza.

A teoria evolucionista, considerada a mais revolucionária teoria da história da biologia, é até hoje

vista por muitos setores da sociedade como pura hereesia. Por isso, Charles Darwin demorou vinte anos para publicá-la em seu livro “A Origem das Espécies” (1859).⁽¹⁸⁾ Marx e Engels foram dos primeiros a reconhecer os seus méritos, tanto é que em 1869, Marx escreve a Engels: “Embora desenvolvido no rústico estilo inglês, este é o livro que contém a base, em história natural, para nossa tese” (Gould, 1987). Marx quis dedicar o volume II de *Capital* a Darwin, mas esse rejeitou. Existe, porém, em sua biblioteca em Down House, um exemplar do Volume I com dedicatória escrita por Marx, que se assina um “admirador sincero”.

Desde Marx, Engels e Darwin até hoje, muito já se avançou na descoberta de elementos em prospecções arqueológicas e outros estudos sobre a evolução humana. Mesmo assim, ainda existem aqueles que preferem desprezar a ciência, permanecendo na ignorância, apegados a teorias criacionistas. ⁽¹⁾ Mais de cem anos passados, o estudo da evolução ainda não faz parte dos currículos escolares, chegando mesmo a ser proibida a sua difusão em alguns lugares. O estado do Texas, nos EUA, somente teve revogada a lei proibitiva do ensino da teoria da evolução nas escolas de 1º grau em novembro de 1990.⁽²⁾

Para estes estudos, os últimos 20 anos foram muito importantes. Estes anos foram peculiares em

achados, tendo sido algumas vezes vertiginoso o ritmo das descobertas, o que exigiu o repensar da pré-história humana e, por isso, praticamente todas as páginas do nosso passado foram reescritas.

Após essa duas décadas de notáveis descobertas no campo da paleoantropologia, nossas origens como espécie, afirma Leakey, podem, pela primeira vez, ser apresentadas com base em evidências científicas. Ele cita o geneticista russo Theodosius Dobzhansky, que fez o seguinte comentário: "Em seu orgulho, o homem pretende se tornar um semideus. Mas, ele ainda é, e provavelmente permanecerá em boa parte, uma espécie biológica. Seu passado, todos os seus antecedentes são biológicos. Para compreender a si mesmo, ele precisa saber de onde vem e o que guiou o seu caminho. Para planejar seu futuro, como indivíduo e mais ainda como espécie, ele precisa conhecer suas potencialidades e limitações".

**O semideus não pode
livrar-se de
sua raiz biológica.
Para entender-se
precisa localizá-la**



É partindo desta preocupação central que estudiosos desde Darwin até hoje têm direcionado seus questionamentos. Richard Leakey resume o pensamento geral com as seguintes questões: como os mecanismos básicos da evolução operaram nos primeiros estágios da emergência da humanidade; como viviam nossos ancestrais; qual era seu relacionamento ecológico com seus parentes evolutivos próximos; e que traços comportamentais separavam esses hominídeos, que eventualmente se tornaram plenamente humanos, dos que desapareceram?

Até aqui, muitas crenças, preconceitos e dificuldades metodológicas dificultaram a real interpretação dos dados encontrados.

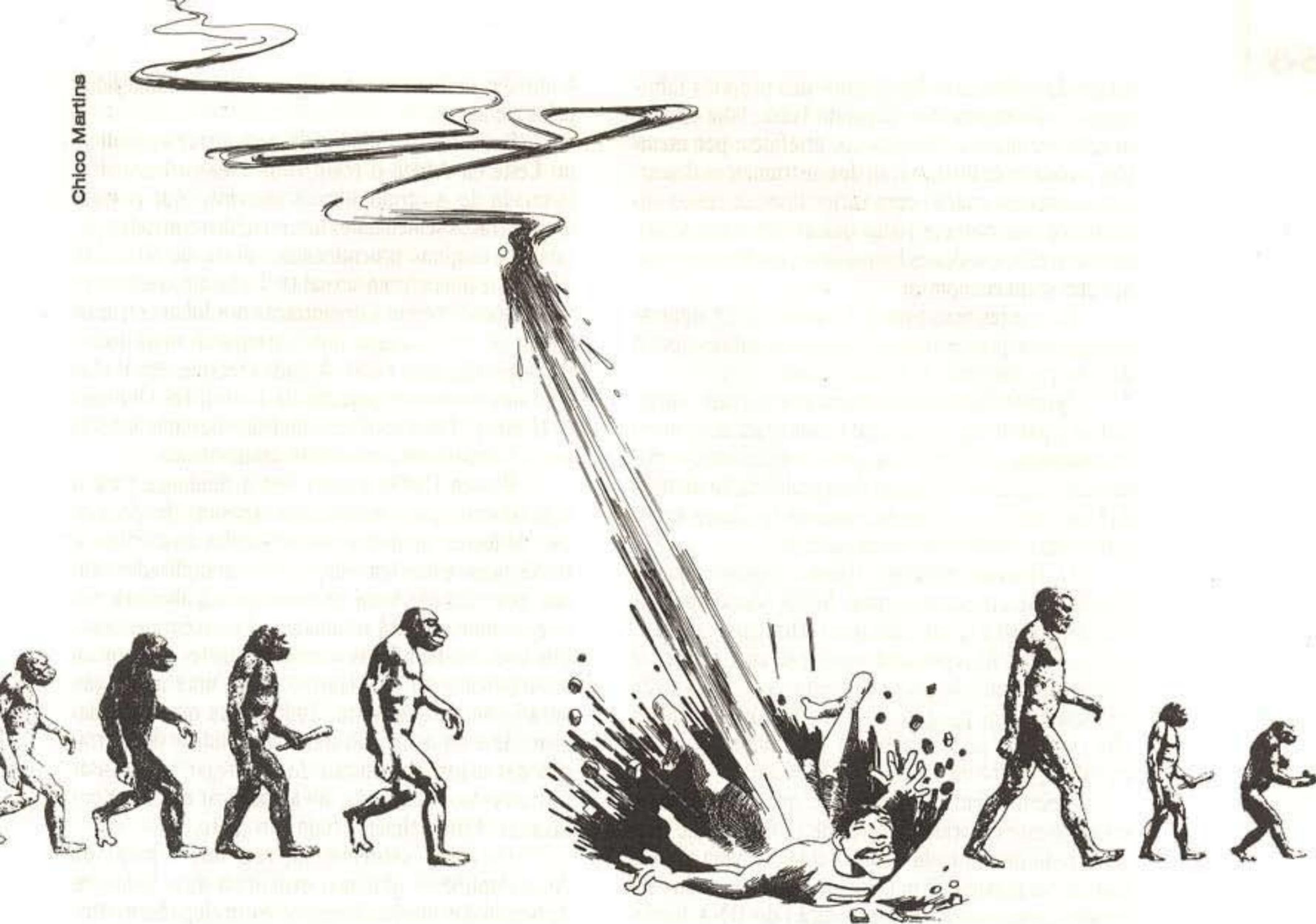
A mais simples dessas concepções e que influencia o conhecimento sobre nossa evolução, é o da espécie única. Eldredge e Tattersal dizem que "os adeptos da espécie única rastrearam sua ascendência intelectual até o artigo de Schwalbe de 1906, onde o sábio havia sugerido que o homem moderno provém do homem de Java, através dos neandertalenses. Sua fundamentação lógica residia na suposição de que a aquisição da cultura material pelos hominídeos primitivos havia ampliado de tal maneira seu nicho ecológico que era impossível conceber a existência de duas criaturas fabricantes de utensílios. O homem moderno está só no mundo; por extensão, também estavam seus ancestrais. Contudo, talvez a influência mais fundamental subjacente à posição em favor da espécie única tenha sido a adesão de seus proponentes a uma forma altamente literal do grande mito evolutivo da mudança lenta, gradual e progressiva". (p.107)

Vale ressaltar que este tipo de visão sobre a espécie única, mesmo sendo linear e metafísico, era próprio de cientistas, pois os adeptos do criacionismo, além de rejeitarem a teoria da evolução vêem o homem como uma criação de Deus, à sua imagem e semelhança, portanto, jamais poderia haver mais de um ser que possuísse, por menor que fosse, algumas das suas características.

David Pilbeam, também a respeito destas dificuldades metodológicas descreve como as idéias de cada período exerceram substancial influência nas interpretações do passado: "Na época de Darwin, quando a evolução e a vida eram vistas como uma batalha, ele enfatizou o uso do instrumento e armas. Nas primeiras décadas de nosso século - o apogeu do otimismo eduardiano - o cérebro, a inteligência eram apresentados como responsáveis por nos termos tornando o que somos. A obsessão com o cérebro foi precisamente a causa da grande fraude de Piltdown, um crânio de tamanho moderno associado a um maxilar de macaco, ter sido aceita como genuína com tanta presteza⁽³⁾. Nos anos 40, com o avanço da tecnologia, o homem fazedor de instrumentos ocupou o palco. Os anos da guerra deixaram sua marca, com a origem do homem sendo ligada a um ancestral tipo um macaco-assassino. E certamente não é um acidente que o florescimento dos meios de comunicação de massa nos anos 60 coincide com o turno da linguagem como enigma do avanço humano. Hoje com o crescente vigor dos movimentos feministas, o papel do macho como "Homem - o caçador", está sendo substituído por um quadro de grupos cooperativos de caçadores-coletores nos quais as mulheres desempenham papel principal".

Nota-se que durante todos estes anos faltou aos cientistas uma visão de mundo mais abrangente, despidida de preconceitos, e um método de análise da realidade que pudesse levar em conta os vários aspectos desta realidade, mesmo que contraditórios. Só recentemente estão fazendo análises mais abrangentes, obrigados pelas próprias evidências contidas no seu material de estudo. O antropólogo Eric Wolf diz: "A estrutura teórica erguida pelos evolucionistas do século XIX foi derrubada pelo criticismo difusionista, mas as ruínas desse velho edifício não foram utilizadas para nova construção teórica. Os difusionistas começaram toda uma nova construção, desprezando problemas e respostas de seus predecessores, para acabar sofrendo sorte semelhante, às mãos dos funcionalistas... Em passado recente, os antropologistas americanos voltaram a se interessar pelos problemas colocados pelos antigos evolucionistas. Esse interesse é, por vezes, eclético, mas tem havido também um esforço no sentido de tratar do assunto de maneira integral, na qual as contribuições teóricas do passado formariam nova e promissora síntese"(p. 78).

Um outro mito que perdurou até pouco tempo era o de que as histórias dos seres vivos dependem,



essencialmente, da descoberta de fósseis. Eldredge e Tattersal (1984) rebatem este mito e dizem que se assim realmente fosse, poder-se-ia esperar, confiantemente, que à medida que fossem sendo encontrados mais fósseis hominídeos, mais clara se tornaria a história da evolução humana. E, no entanto, praticamente o oposto tem ocorrido. "Se a história de uma linguagem em evolução fosse a de uma mudança lenta e regular, cada geração poderia ser encarada como um elo numa cadeia que, pelo menos em teoria, poderia ser inteiramente documentada pelas provas fósseis. Como assinalamos, entretanto, esse esquema não leva em conta a diversificação da vida, que sabemos ter ocorrido. E, se essa diversificação se deu através da multiplicação das espécies pela especiação*, a história fóssil da vida é algo que não pode ser diretamente descoberta. Em vez disso, o que temos é uma diversidade de espécies no tempo e no espaço, cujas inter-relações têm que ser analisadas". (p.112)

O trabalho dos cientistas seria grandemente simplificado se eles pudessem apenas traçar linhas num gráfico temporal para unir os fósseis mais antigos com os mais recentes, numa seqüência progressiva, mas isso com certeza não levaria a um conhecimento real das nossas origens. Recentemente, vários movimentos novos de pesquisa começaram a ampliar as perspectivas de investigação evolucionária. Um destes movi-

mentos envolve investigações sobre o comportamento e a ecologia dos primatas vivos e de outros mamíferos. Os resultados destas observações podem ser comparados com dados quantitativos obtidos em estudos de sociedades humanas que ainda vivem da caça e coleta. Outro movimento novo, importante, envolve o estudo das circunstâncias ecológicas que cercaram os desenvolvimentos evolucionários humanos. Investigações deste tipo são possíveis porque as rochas preservaram, além dos fósseis hominídeos, um registro ordenado dos ambientes habitados por estes protohominídeos.



Instrumentos são registros do comportamento e da organização social

Este trabalho é facilitado também pelo fato de os ancestrais do homem moderno se tornarem fabricantes e usuários de instrumentos. Estes artefatos formam um tipo de registro que revela aspectos do comportamento, que complementa o registro anatômico

*. Processo de "transformação" das espécies por adaptação.

fornecido pelos ossos fossilizados dos próprios fabricantes dos instrumentos. Segundo Isaac, hoje estuda-se cada vez mais o contexto dos artefatos: por exemplo, o padrão de distribuição dos instrumentos descartados e sua associação com vários tipos de restos alimentares. Isto fornece pistas únicas sobre as circunstâncias ecológicas desses hominídeos, e sobre sua organização sócio-econômica.

Com estas pesquisas já é possível fazer algumas suposições e principalmente perguntas sobre o estilo de vida e o caminho da hominização.

Quando foi mesmo que um nosso grupo ancestral se separou das linhas que conduziram aos símios modernos ou pongídeos (macacos) e iniciou o que poderíamos chamar de espaço de especialização hominida? Ou, como diz Engels, quando se iniciou nossa transformação de macaco em homem?

O Homem moderno (*Homo sapiens sapiens*) distribuiu-se amplamente pelo Velho Mundo apenas nos últimos 40 a 50 mil anos atrás. Dizemos "apenas" porque isto não representa mais que uma fração de tempo desde que os nossos primeiros ancestrais se diferenciaram dos pongídeos, o que é provável que tenha ocorrido, pelo menos, há 10 milhões de anos, ou talvez, há 14 ou 15 milhões (Pilbeam).

Recentemente esta idéia de que a divergência inicial tivesse ocorrido há cerca de 15 milhões de anos vem sendo questionada e substituída por uma estimativa de no máximo 5 milhões de anos, baseados em estudos bioquímicos. A comparação do DNA humano com o do chimpanzé revela uma identidade da ordem de 98% (McKean, 1983), que é o que justifica a colocação de ambos no mesmo gênero em termos zoológicos (Bussab, 1989).

Para quem se espanta com este tipo de parentesco é bom lembrar que a vida na Terra surgiu provavelmente há cerca de 3,5 bilhões de anos. Os primeiros organismos vivos eram pequenos, simples células, muito semelhantes às bactérias, e que permaneceram imutáveis por milhões de anos. Depois é que animais maiores e mais complexos começaram a surgir, como larvas e grumos gelatinosos nos mares. Foi só por volta de 400 milhões de anos atrás que a terra seca foi colonizada e que começaram a se diversificar as espécies, a maioria das quais já se extinguiu. Portanto, não só nós e os macacos, mas todos os animais existentes hoje no planeta, descendemos, em última instância, de algum desses pequenos seres aquáticos.

David Pilbeam aponta como o mais provável candidato a primeiro hominídeo, uma criatura semelhante ao antropóide chamada *Ramapithecus*, cujos últimos registros datam de cerca de 8 milhões de anos. A principal razão para colocá-lo nesta posição é que os seus dentes são muito semelhantes aos dos hominídeos posteriores. Porém se não tem certeza sobre esta ligação, pois há um "vazio fóssil" de cerca de 4 milhões de anos, nos quais muitas outras coisas podem ter ocorrido. O período que compreende os últimos

4 milhões de anos são até agora os mais conhecidos pelos cientistas.

Entre 4 e 3 milhões de anos atrás verifica-se no Leste da África o registro de 1 único hominídeo, chamado de *Australopithecus afarensis*, que possuía muitos traços semelhantes aos pongídeos: arcadas paralelas e caninos proeminentes, altura de 90 a 135 cm e forte dimorfismo sexual.⁽⁴⁾ Tinha ainda um cérebro pequeno, porém a organização dos lobos cerebrais é mais do tipo humano (lobos temporais mais desenvolvidos) (Bussab, 1989). Achados recentes em Hadar e as surpreendentes pegadas de Laetoli em Olduvais⁽⁵⁾ (Leakey, 1981) apontam um traço bastante moderno: o bipedalismo plenamente desenvolvido.

Bussab (1989) levanta que a mudança para o bipedalismo, que é uma forma raríssima de locomoção, requereu modificações profundas anatômicas e fisiológicas, e que tem subprodutos complicados: impôs, por exemplo, uma limitação para a abertura pélvica feminina e para o tamanho dos recém-nascidos. Por isso, nenhuma das teorias existentes relacionam o surgimento do bipedalismo como uma adaptação para locomoção terrestre. Tudo indica que o bipedalismo deve ser associado com a necessidade de libertação das mãos, em função do "carregar" e/ou usar instrumentos e/ou caçar, ou ainda ficar mais alto nas savanas. Provavelmente tudo isto junto.

Os dados existentes indicam que a partir do *Australopithecus afarensis* evoluíram duas linhagens de hominídeos independentes: o *Australopithecus africanus* (macaco do sul da África) e o *Australopithecus robustus* (robusto macaco do sul da África).

Ao que tudo indica, a linhagem hominídea evoluiu com características diversas. Entre 2 e 1,6 milhões de anos, contemporâneos ao *Australopithecus robustus* viveram o *Australopithecus gracilis* e o *Homo habilis*. Este último tinha uma dentição menor, uma capacidade craniana mais pronunciada - 700 cc - e forte associação com instrumentos de pedra. É a primeira vez que o registro fóssil revela este tipo de uso, embora seja possível que outros tipos de materiais perecíveis tenham sido usados antes. Para Leakey, o *Homo habilis* pode ter desempenhado um papel chave no desenrolar do drama das origens da humanidade, e é sem dúvida o primeiro ser que pode ser considerado *Homo*.

O *Australopithecus africanus* e o *Australopithecus robustus* foram triunfantes durante alguns milhões de anos e depois se extinguíram. Só a linha *Homo* continuou. Por que os *Australopithecus* se extinguíram não sabemos. Leakey (1981) acha possível que seus estilos de vida, apesar de diferentes dos do *Homo*, foram suficientemente semelhantes para que se estabelecesse alguma competição, que se intensificou a medida que o *Homo* se tornou cada vez mais bem sucedido. Entretanto ele levanta que a competição poderia ter vindo de outra direção: dos babuínos. Também é possível que as duas competições tenham se somado.

Porém, o que se sabe é que a nova ordem eco-

nômica dos primeiros hominídeos separou-os de seus primos símios, não tanto pelo que comiam, mas pela maneira como se alimentavam. Certamente, os primeiros hominídeos incluíam mais carne em sua dieta do que seus parentes não-hominídeos, mas esta diferença era meramente em grau. A ruptura significativa foi a estratégia de coletar alimentos para serem comidos mais tarde, e o seu consumo dentro de uma rede social, já bem desenvolvida nos primatas superiores, e que foi intensificada. Esta tese formulada por Glynn Isaac, inclui como elemento essencial a divisão de trabalho entre homens e mulheres.

É importante verificar aqui como essas novas conclusões dos cientistas de hoje vão referendar a tese de Engels, pois, não se trata mais de achar que foi a fabricação de instrumentos, ou a inteligência, ou qualquer outro elemento isolado que permitiu a hominização, mas todos eles em conjunto, principalmente partindo-se da crença na existência de uma organização social superior. Trabalho, tal qual definiu Marx, é essencialmente uma atividade social que produz bens que possuam valor de uso, portanto não pode ser comparado com coleta, com consumo imediato, como fazem os pongídeos, mesmo que inclua algum tipo de instrumento.

Após o *Homo habilis*, por volta de 1,5 milhões de anos atrás, surge o *Homo erectus*, que permanece até há aproximadamente 300 mil anos, período em que emerge o *Homo sapiens*.

Os ancestrais desconhecidos do *Homo erectus* (não se tem evidências de que tenha sido o *Homo habilis*), devem ter sido seres razoavelmente inteligentes, pois seus cérebros eram quase 2 vezes maiores do que o dos *Australopithecus*.

O que mais chama atenção a respeito do *Homo erectus*, não é o desenvolvimento dos novos traços anatômicos que ele traz, mas são as mudanças comportamentais; como a do desenvolvimento da partilha de alimentos, do modo de vida caçador-coletor e de uma inteligência mais aguçada. O *Homo erectus* se dispersou por territórios onde nenhum hominídeo avançado vivera antes. Há cerca de 1 milhão ou mais de anos, alguns grupos desses hominídeos mudaram-se para a Ásia e para algumas regiões da Europa Oriental. Com este movimento, nossos ancestrais deixaram de ser criaturas exclusivamente tropicais, e aprenderam a competir em condições de igualdade com a flutuação de disponibilidade de alimentos que acompanha a mudança de estações nas regiões temperadas (Leakey, 1981).

Há um fator biológico a respeito do qual podemos estar seguros: aquelas populações de *Homo erectus* que migraram para longe dos trópicos, não tinham mais pelos e sua pele era de cor escura.

O principal marco cultural do *Homo erectus* é a tecnologia de artefato achuelense (técnica de produção de instrumentos em "pedra lascada" principalmente machados-de-mão), e foi na China, há 650 mil

anos, que apareceram os primeiros indícios da domesticação do fogo. É nesse período também que surgem as primeiras evidências de manifestações rituais no registro fóssil. No período que compreende, entre aproximadamente 100 mil anos até 54 mil anos atrás existiu um espécime que é certamente de *Homo sapiens*, mas com algumas características primitivas. É o Homem de Neanderthal ou *Homo sapiens neandertalense*.

Os Neandertais tinham uma capacidade craniana igual a nossa, variando de 1000 a 2000 cc, e uma compleição mais robusta e musculatura mais poderosa. Possuía alto grau de habilidade tecnológica e provavelmente compreendiam muito bem o mundo ao seu redor. Leakey acha que sem uma apurada sensibilidade em relação aos possíveis recursos do meio ambiente, combinada com uma consumada habilidade para explorá-la, certamente teria sido impossível para os Neandertais conquistar uma tal diversidade ambiental. Eles se expandiram pelo Oeste da Europa, parte do Oriente Próximo e pelo Oeste da Ásia, ou seja, mudaram-se para áreas do globo onde nenhum hominídeo se aventurara anteriormente e isto numa época em que a intensa glaciação tornava a vida naquelas regiões um enorme desafio.

Uma nova forma de tecnologia lítica (de pedra) está intimamente identificada com os Neandertais - a chamada indústria mousteriana, que representa um grande avanço em relação a sua predecessora, a achuelense.

Embora sejam conhecidos como os homens das cavernas, foram inventivos na construção de abrigos utilizando ossos de mamute como sustentação, bem como construíam fogueiras. Há indícios de que desenvolviam rituais complexos, como sepultamentos com flores e oferendas típicas. Também existem indícios do uso de plantas medicinais e de uma amputação bem sucedida. Cuidavam dos velhos e dos doentes, inclusive pessoas com deficiências físicas (Leakey, 1981, Bussab, 1989).



**35 mil anos atrás
diferentes
hominídeos conviveram
e pereceram
no curso da história**

Embora tenha aparecido gradativamente no registro fóssil, o *Homo sapiens neandertalense* teve um desaparecimento abrupto: no Leste há 40 mil anos e na Europa, há 35 mil. Foram substituídos pelo chamado Homem de Cro-Magnon, não tendo sido encontrados sinais de violência para esta transição. Na verdade não se conhece a causa do seu desaparecimento. Muitas hipóteses são levantadas e associadas a vantagens tecnológicas do *Homo sapiens sapiens*, a uma possível ausência da fala, as desvantagens do tempo de gestação (11 meses), etc (Bussab, 1989). É im-

portante destacar que todos os estudos recentes demonstram que os homens modernos não evoluíram a partir dos Neandertais. Provavelmente, alguma outra população de Homo primitiva deu origem ao Homo sapiens sapiens. Mas qual? E como?

O que se sabe é que por volta de 35 mil anos atrás diferentes hominidas conviveram e alguns destes parecem não ter contribuído para a constituição genética atual.

Achados como características modernas desse período, principalmente na África, parecem indicar que foi lá o berço da espécie, mas também existem algumas evidências nesse sentido, mas com diferenças, que indicam a Ásia. Convencionou-se chamar estes achados como Homem do Cro-Magnon, porém não se tem certeza de que se trata da mesma espécie. Há a hipótese de que o Homo sapiens sapiens tenha evoluído diretamente do Homo erectus, em algum lugar do globo com características ecológicas particulares - é a teoria do "Jardim do Éden".

Numa recente e polêmica publicação, Gould (1990), apresenta uma outra alternativa para a evolução humana que, segundo ele, "encontra forte apoio nas reconstruções de nossa árvore evolutiva baseada em diferenças genéticas entre grupos modernos. O Homo sapiens surgiu como um detalhe evolutivo, uma entidade definida, uma população pequena e coesa se separou de sua linhagem ancestral na África. Eu chamo a esse ponto de vista a 'teoria da entidade' a respeito da evolução humana... Nós somos uma frágil e improvável entidade que, após um começo precário como uma pequena população africana, por sorte foi bem sucedida. Nós não somos o resultado previsível de uma tendência global. Somos uma coisa, um detalhe da história da vida e não a materialização de princípios gerais".

Afora as incertezas ainda reinantes sobre este ponto da evolução que, com novas descobertas que compreendem o período dos últimos 400 anos, podem ser esclarecidas, algumas questões podem ser debatidas com os dados disponíveis e, principalmente, com um método de análise que seja capaz de levar em conta os diferentes aspectos, que apontam para a busca de uma interdisciplinaridade, e para as diferenças mas também para as identidades entre as espécies.

A primeira destas questões que precisa ser tratada é a de como se efetua a evolução.

Gould, como vimos anteriormente, defende a teoria das contingências, chegando inclusive a afirmar - "Enquanto mamíferos grandes e racionais, devemos nossa existência literalmente à nossa boa estrela". Esta é sem dúvida uma visão que precisa ser mais aprofundada e debatida.

Eldredge e Tattersal afirmam que "examinando pormenorizadamente o registro fóssil dos hominidas, vimos que a idéia da progressão lenta e gradual não encontra respaldo" (p. 140). Concordamos com esta visão, pois acreditamos que o desenvolvimento

se dá não só por acumulação quantitativa, mas também por saltos. Independente dos achados que estão por vir para preencher as lacunas da nossa história, podemos ver claramente que houve um acúmulo de cultura durante, no mínimo, 2 milhões de anos e que em algum momento houve algum salto de ordem biológica. Senão, como explicar a nossa capacidade cerebral da qual não utilizamos nem a metade?

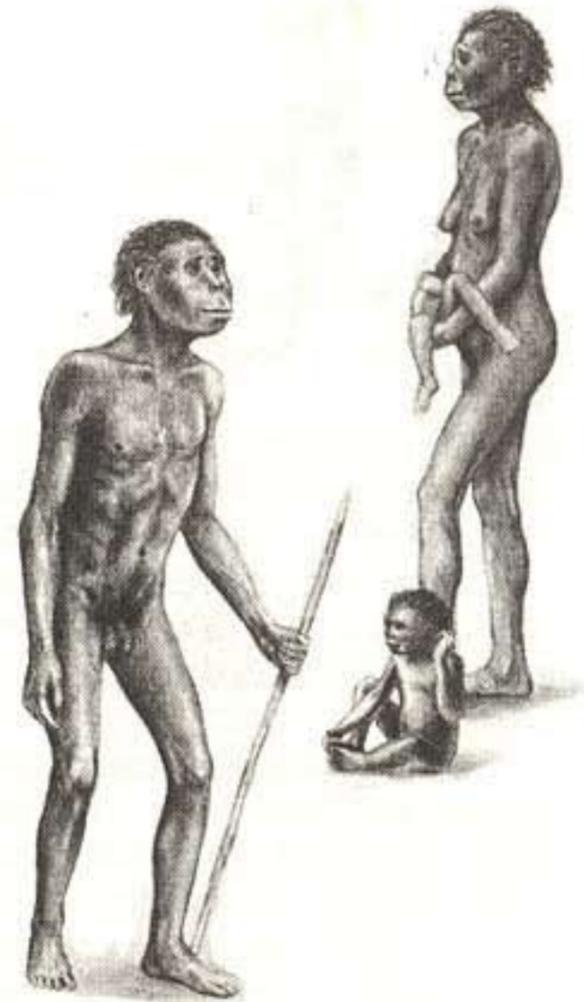
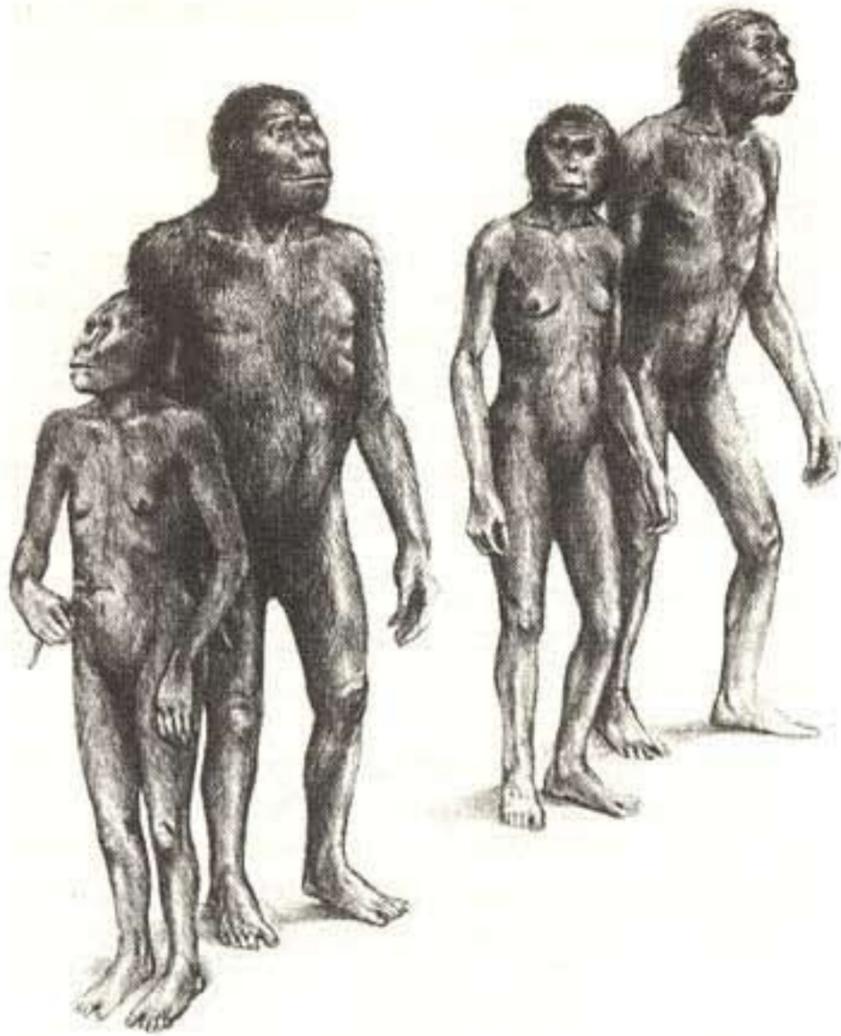
Leakey relata que durante 2 milhões de anos, no mínimo, nossos ancestrais seguiram um estilo de vida tecnocrático simples, mas imensamente bem sucedido. A estratégia inicial de apresamento oportunista de carniça, combinada com a coleta organizada de vegetais, gradualmente evoluiu para um estilo de vida de caça e coleta, ocorrendo esta transição provavelmente há cerca de 1,5 milhão de anos atrás. Não foi senão recentemente, entre 20 mil a 10 mil anos atrás, que este estilo de vida estabelecido há longo tempo começou a ser substituído por uma sistemática produção de alimentos, na forma de pastoreio ou na agricultura. A caça-coleta foi uma característica estável e permanente em nossa evolução biológica, desde o Homo erectus e finalmente até o homem moderno. Este estilo de vida, com certeza, é parte indelével do que nos fez humanos.



Divisão de funções é uma característica básica da nossa humanidade

Isaac vai mais além do que constatar este fato e questiona quais foram as vantagens evolucionárias e ecológicas do adiamento do consumo de alimento (estratégia implícita no estilo de vida caçador-coletor). Ele próprio reflete que nas sociedades humanas primitivas, "o transporte de alimento está associado com uma divisão de trabalho. A sociedade está dividida por sexo e idade, em classes que tipicamente fazem contribuições diferentes para o suprimento total de alimento. Um resultado desta divisão é um aumento na variedade de alimentos consumidos pelo grupo. As mulheres adultas tipicamente contribuem com a maioria dos alimentos 'coletados'. Estes alimentos incluem principalmente produtos vegetais, mas também mariscos, anfíbios e pequenos répteis, ovos e insetos. Os homens adultos em geral, mas não invariavelmente, contribuem com a 'caça': a carne de mamíferos, peixes, aves e etc. Os sexos tipicamente se separam e trazem para uma base de moradia o excedente de suas atividades." (p. 14) Ele afirma que em algum ponto na evolução do comportamento humano, dois padrões foram estabelecidos: partilha de alimentos e divisão de trabalho.

Por compreender a importância que este estilo de vida teve para a humanidade é que muitos antropó-



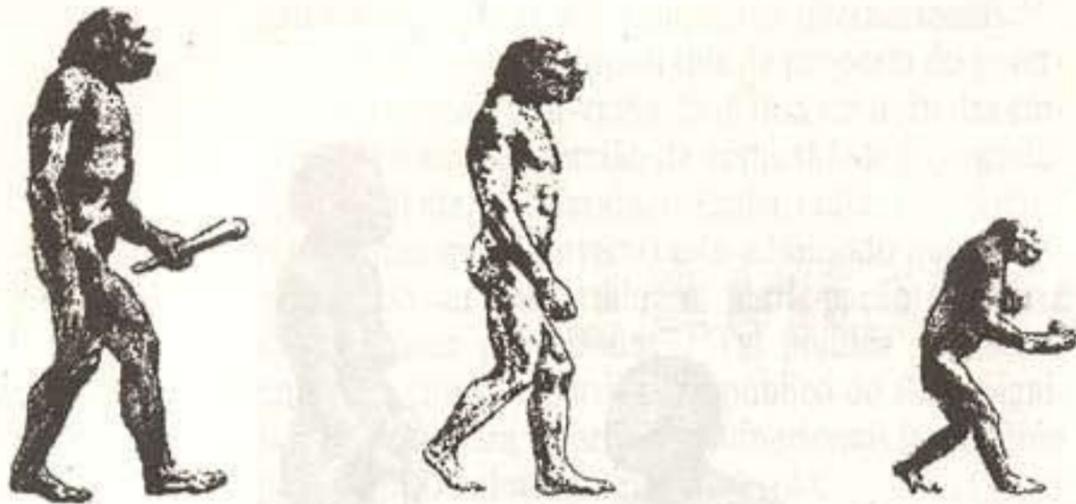
logos se dedicam hoje a estudar os poucos grupos humanos que ainda vivem da caça e da coleta como os Kung que vivem no deserto de Calaari na Namíbia. O mais interessante destes estudos, sem dúvida, tem sido a observação das mudanças ocorridas na organização social em função da sedimentação, realizada através da adoção da agricultura e do pastoreio que vem ocorrendo rapidamente em alguns grupos. Estes estudos estão sendo muito frutíferos no delineamento de vários elementos sobre a organização política e social destes grupos, e no levantamento de várias hipóteses sobre como se formaram os primeiros grupos humanos e a função dos primeiros instrumentos.

Outra questão importante é relativa ao surgimento da linguagem e seus efeitos evolutivos. Para alguns autores, o aparecimento dos padrões da fala pode ter desempenhado um papel tão importante na divergência do *Homo sapiens* de outros hominídeos, como o bipedalismo deve ter desempenhado na divergência inicial (Bussab, 1989).

Os estudos têm se baseado em evidências de duas naturezas: a constatação de que habilidades culturais complexas necessitam de níveis também sofisticados de comunicação, e a tentativa de localização de sinais que indiquem desenvolvimento do aparelho fonador ou de centros nervosos ligados à produção da fala.

Recentemente, em 1984, Laitman descobriu uma relação entre a localização da base do crânio e da laringe na produção da fala e concluiu que: base do crânio achatada, posição alta da laringe e baixa capacidade faríngea era sinal negativo para a fala articulada. Já a base arqueada se correlaciona com posição baixa da laringe e com trato vocal supralaríngeal desenvolvido, que permite gerar sinais acústicos bem distintos. A partir daí os exames dos fósseis informaram que nem os *Australopithecus* nem os Neandertais tinham estes traços desenvolvidos. Até mesmo o recém-nascido humano não difere do chimpanzé adulto quanto a este traço. Só a partir dos dois anos é que a característica se estabelece (Otta, 1985). Isto não quer dizer que os indivíduos que não tenham este traço não possam emitir sons. Os chimpanzés, por exemplo, são capazes de emitir 11 tipos de sons, através de manobras articulatórias, o que deve ter ocorrido com outros hominídeos e principalmente com os Neandertalenses, pois como dizia Leakey, é difícil de acreditar que indivíduos com o tipo de complexidade social que eles tinham, não tivessem algum tipo também complexo de comunicação.

Portanto, mais uma vez, vamos ver uma característica tipicamente humana, que apesar de ter sofrido uma pressão evolutiva grande, surge também, como uma especialização só no *Homo sapiens sapiens*,



apesar de lhes trazer alguns prejuízos olfativos, respiratórios e riscos de asfixia, pois implica em canais comuns para as vias respiratórias e alimentares.

O homem apresenta também outras especializações para a fala como a assimetria cerebral que o caracteriza, e adaptações desenvolvidas quanto à percepção categórica.

Outra questão importante, bastante estudada e discutida hoje, relacionada à evolução humana, diz respeito ao aumento do período infantil. Bussab, sobre isso, diz que "a hominização se deu, em boa parte, por processos neotênicos, que tenderam a manter prolongadamente traços infantis. Isto permitiu, desde um maior crescimento cerebral e a manutenção de padrões como exploração e brincadeira, até a conservação de traços mais específicos como a forma do crânio e a do perfil.

Bussab diz ainda que a fase infantil prolongada e o contato intenso e duradouro com os adultos e companheiros, parecem ter criado as condições de efetivação da nova organização tecnológica e social.

Estas, parece-nos, são as questões mais importantes que estão em evidência nos círculos científicos, atualmente, sobre a evolução humana. De tudo o que aqui foi relatado, uma verdade se sobressai: o processo evolutivo, em qualquer época, é dialético porque é dialética a natureza.

Dadas as circunstâncias em que ocorrem os debates hoje em dia, onde ainda faltam dados conclusivos sobre as nossas origens, e principalmente pelo fato dos cientistas envolvidos ainda não dominarem o método adequado para analisar a realidade, este debate deve perdurar ainda durante algum tempo. Ainda mais que, em ciência, sempre novas questões estão sendo colocadas no sentido do aprofundamento da busca do conhecimento.

Neste contexto, ressalta a figura de Friedrich Engels, não só como um dos precursores deste debate, mas principalmente, como um mestre, que junto com Marx nos deu a chave da dialética materialista sem a qual não poderemos avançar nos enigmas de nossa própria origem e evolução.

ILKA BICHARA, professora de psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFSE), mestre e doutoranda em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP)

NOTAS

(1) São as teorias que consideram que não houve evolução, mas que os seres foram criados já prontos, exatamente como se apresentam hoje.

(2) Folha de São Paulo, 6 de dezembro de 1990.

(3) Em 1912 o arqueólogo amador Charles Dawson "descobriu" o crânio Piltdown - uma mandíbula semelhante à de antropóide, associada a um crânio grande do tipo moderno. Esta descoberta, diz Leakey, ajustou-se perfeitamente à concepção predominante de um ancestral humano com faculdades intelectuais bem desenvolvidas mais alguns traços físicos simiescos e que visivelmente era inteligente e inglês! Só em 1955 foi revelada a fraude.

(4) O termo dimorfismo sexual se refere à diferença de tamanho e forma entre os sexos como acontece com muitas espécies animais.

(5) São as pegadas mais antigas de ancestrais do homem, e mostram que há cerca de 3.750.000 anos os hominídeos caminhavam eretos num desembaraçado modo de andar a passos largos, exatamente como fazemos hoje. Esta é considerada a mais dramática descoberta arqueológica deste século: 3 hominídeos, 1 indivíduo grande, provavelmente um macho, caminhou lentamente em direção ao norte, logo atrás seguiu um indivíduo menor, que colocava os pés sobre as pegadas do primeiro, e um indivíduo mais jovem saltitava ao lado dele. Isto fica em Laetoli, na Tanzânia, perto do vulcão Sadman, cujas lavas resfriadas e molhadas com chuva permitiram as pegadas.

BIBLIOGRAFIA

- BUSSAB, Vera S. R. - Comportamento Humano: origens evolutivas. Ades, Cesar (Org.) *Etologia de Animais e de Homens*. São Paulo, EDICON-EDUSP, 1989, (173-188).
- ELDREDGE, Niles e TATTERSALL, Ian - *Mitos da Evolução Humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- ENGELS, Friedrich - "Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem" in *Obras Escolhidas*, Vol. II. São Paulo, Alfa Omega.
- GOULD, S. J. - *Darwin e os Grandes Enigmas da Vida*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- LEAKEY, Richard - *A Evolução da Humanidade*. Brasília, Ed. Univ. de Brasília, 1981.
- ISAAC, Glynn - "The food sharing behavior of protohuman hominids" in *Scientific American*, 238, 90-108, 1973.
- PILBEAN, David - *A Ascendência do Homem*. São Paulo, Melhoramento-EDUSP, 1977.
- OTTA, Emma - "A linguagem vista de uma perspectiva evolucionária". Anais da 15ª Reunião Anual de Ribeirão Preto, São Paulo, 1985.
- WOLF, Eric R. - "O estudo da Evolução" in *Panorama da Antropologia*. Brasil/Portugal, Ed. Fundo da Cultura, 1966, (78-88).
- GOULD, S. J. - *Vida Maravilhosa: o acaso na evolução e a natureza da História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- LAITMAN, J. T. - "The Anatomy of human speech" in *Natural History*, 1984, 93, 20-27.

OS CONGRESSOS DA II INTERNACIONAL (1893 e 1896)

EDGAR CARONE

Em 1876, na Filadelfia (EUA), decidiu-se a extinção da I Internacional. Em julho de 1889 e em 1891, realizaram-se os dois primeiros congressos da II Internacional. O professor

Carone acompanha aqui os 3.º e 4.º congressos dessa organização

A idéia de se reunir periodicamente, idealizada pelo Congresso de 1889 em Paris, frutifica, o que leva as diversas correntes socialistas européias a voltarem a se congregar em anos posteriores, de maneira ordenada e politicamente determinada. Assim, em 1891, 1893, 1896, 1900, 1904, 1907, 1910, 1912 e 1917 se reúnem as lideranças dos Partidos social democratas e as de sindicatos europeus e americanos, voltando-se para Resoluções que servissem de modelos para a ação do movimento operário. Natural que estas decisões variem com o tempo, as questões são superadas em muitos casos, mas, no levantamento feito por nós, que abrange, em cada caso, dois desses Congressos, poderemos avaliar bem cada uma das questões básicas aparecidas no momento específico.

Ao fim de cada um dos Congressos, os delegados indicam o local do próximo. O 1.º fôra em Paris, a pretexto do Centenário da Revolução Francesa; o 2.º, em Bruxelas, capital da Bélgica, onde o acontecimento tivera grande repercussão. O 3.º e o 4.º se dão em Zurich (Suíça) e Londres. De certa maneira, os quatro apresentam certa unidade, onde organização, objetivo, luta contra o anarquismo são elementos essenciais de sua dinâmica.

Nossa idéia é mostrar o funcionamento particular dos Congressos de 1893 e 1896, do outro lado,

apresentar o sentido de continuidade deles com os anteriores.⁽¹⁾

O Congresso Internacional Operário Socialista de Zurich se reúne de 6 a 12 de agosto de 1893. Dele participam mais de 400 delegados, de vinte nacionalidades diferentes, dos quais 3 não são europeus: Austrália, Brasil e Estados Unidos.

As maiores delegações são: alemã, inglesa, suíça; a do Brasil é representada por W. Liebknecht (Berlim) e Robert Seidel (Zurich). Nomes ilustres aparecem: Bebel, Bernstein, Clara Zetkin (Alemanha); Leo Frankel, Collat (França); Dr. Aveling (Inglaterra); Labriola (Itália); Victor Adler (Áustria) etc. No entanto, outros nomes ingleses representativos deixam de comparecer porque, na mesma ocasião, há Congresso Sindical em Glasgow.

Um problema básico, entretanto, é discutido e aprovado parcialmente em 1893, tendo sua conclusão final unicamente em 1900: é a questão da criação de órgãos administrativos permanentes, tanto nacional como internacional. Na Ordem do Dia a questão é levantada, mas, as respostas são tímidas e variam sobre o que significa o caráter internacional dos partidos socialistas. O que se pede em 1891 e repete-se em 1893, como querem os franceses, é a de "atribuir um mesmo nome geral a todas as facções do Partido

socialista que se fazem representar nos Congressos operários socialistas internacionais e aceitam as suas decisões”. Outra idéia levantada - iniciativa dos alemães - é de sugerir que a “primeira parte dos programas da democracia socialista de todos os países, onde são expostas nossas tendências sobre a transformação econômica necessária, seja redigido de maneira uniforme, porque o fim da democracia socialista é o mesmo em todos os países”; a segunda parte do programa seria preenchido por objetivos teóricos próprios ao partido de cada país. Estas questões não serão solucionadas, porque as opiniões variam segundo cada delegação, mas, o que persiste é a afirmação de que a direção de cada partido teria que cuidar para que as resoluções dos Congressos fossem respeitadas pelos seus membros. É somente em 1900 que se realiza o desejo de muitos, com a instalação de órgão próprio, de caráter internacional e não nacional para cuidar da correspondência e da linha doutrinária de cada um dos partidos socialistas ou sindicatos filiados à Internacional Socialista: é o Bureau Socialista Internacional.

Luta para que as resoluções do Congresso fossem respeitadas pelos seus membros



A questão primeira que surge no Congresso é o da admissão dos delegados. Os 400 e poucos indivíduos aceitos para dele participarem foram selecionados rigorosamente por razões ideológicas, principalmente porque se trata da luta contra o anarquismo. Vimos anteriormente⁽¹⁾ que já em 1889 a questão ressurgira, e que a luta entre Marx e Bakounine, na I Internacional, não fôra esquecida. Em 1891 muitos anarquistas são expulsos do Congresso, mas, alguns ainda permanecem nas sessões. Como resultado, em 1893, o Comitê de Organização apresenta regulamento rigoroso seja sobre organização, administração do Congresso, Ordem do Dia e regulamento da discussão. Com os itens relativos à Admissão cria-se instrumento principal para a luta contra o anarquismo. O parágrafo 1.º reza que “são admitidos ao Congresso todos os sindicatos profissionais operários, como os partidos e associações socialistas que *reconhecem a necessidade da organização operária e de sua participação na política*”. (grifado no original)

Este item, unicamente ele, irá levantar debates calorosos, queixas sem fim dos anarquistas, e justificativas satisfatórias dos socialistas. Faremos, no fim do artigo, um apanhado completo sobre as divergências surgidas então, englobando neste caso os incidentes de 1893 e 1896, o último sendo momento final

do conflito, hora em que os anarquistas serão expulsos definitivamente dos Congressos socialistas.

Vários temas são debatidos segundo a Ordem do Dia de 1893: a guerra, a política, as 8 horas, etc. Vamos resumir os mais importantes. A questão do Parlamentarismo aparece como básico, sendo, no entanto, criticado por anarquistas e, visto restritivamente por um dos delegados suíços, Charles Burkli. Para ele, no regime burguês, só se elegem os ricos, que não “representam de maneira nenhuma o povo segundo sua composição econômica”; “o começo da organização econômica é dado pelos sindicatos profissionais. A organização política será preparada pela legislação direta, pelo povo”. Esta posição sindicalista e profissionalizante não é aceita, como não o é a dos positivistas, que desejam a conquista do Parlamento pelos socialistas e representantes do proletariado, como também, a legislação direta pelo povo. Contrária, por sua vez, é a posição dos socialistas holandeses, que dizem que a eleição para o Parlamento não termina com a luta de classes e é unicamente motivo de agitação, como são contrárias à defesa de leis sociais. O que é aceito, apesar de não estar registrado nas Conclusões, é a tese do Comitê Central Revolucionário de Paris: “a ação incessante para a conquista do poder político pelo Partido socialista e a classe operária é o primeiro dos deveres, pois, é unicamente quando ela será dona do poder político que a classe operária, esmagando privilégios e classes, expropriando a classe governante e possuidora, poderá se amparar inteiramente e fundar o regime de igualdade e de solidariedade da República social”.



O primeiro dever é a ação constante para a conquista do poder político

O sufrágio universal é defendido pelos belgas, que através de greves políticas e resistência às classes dominantes, conseguem resultados positivos para a classe operária de seu país. A reforma eleitoral se concretiza e homens e mulheres com 21 anos tornam-se eleitores. O que querem, então, é transmitir a sua experiência aos outros. A questão do 1.º de Maio, com a conseqüente questão das 8 horas de trabalho, é retomada, agora ampliada em nova conquista. O que acentua-se é que o 1.º de Maio “seja ao mesmo tempo uma manifestação para a jornada de 8 horas” e “uma manifestação para a manutenção da paz mundial”. A esta proposição ditada pela Bolsa do Trabalho de Paris junta-se a proposição do Comitê Revolucionário de Paris, de que a “manifestação do 1.º de Maio para a jornada de 8 horas e a emancipação da



Engels e Bebel (quarto a contar da direita) durante o congresso da II Internacional em Zurique em 1893



classe operária deverá de agora em diante afirmar em cada país a enérgica vontade dos trabalhadores de manter a todo custo e por todos os meios, contra o complô da reação governamental e capitalista: a Paz Universal.”

Controvérsias com os anarquistas sobre o papel e oportunidade da greve geral



As 8 horas significam uma das condições da “libertação definitiva da classe operária do jogo do capital”, a “luta contra o desemprego, a melhor capacidade de trabalho, a melhoria da vida familiar” etc, mas, ao mesmo tempo é o símbolo político da classe trabalhadora. Por esta razão, a atitude dos belgas e alemães é vista com razão crítica. Na Bélgica, a data não provoca paralisação total dos operários; na Alemanha, a data e a paralisação do trabalho sofrem resultados negativos: Adler recrimina os alemães por esta situação, e Bebel responde que a paralisação “não deve ser imposta onde ela é impossível; cada nação deve escolher a forma e o dia da manifestação

com toda a liberdade”. Uma questão controversa, que já divide anarquistas e socialistas, e que será solucionada teoricamente após 1900, é a de greve geral.

Em 1893, ao mesmo tempo que os socialistas fazem o seu Congresso em Zurich, os anarquistas realizam na mesma cidade o seu Congresso. O que aprovam é que o “1º de Maio deve ser um dia de greve geral e de revolta à mão armada. Pouco antes da data, os companheiros militantes devem espalhar, nas usinas, nas casernas e nas campanhas, manifestos que irão pregar a revolução violenta do proletariado contra a burguesia”. Essa atitude, que se traduz na idéia de que os “anarquistas devem se aproveitar de todas ocasiões de luta e de agitação para empurrar as massas à rebelião” e, assim, extinguir com o sistema capitalista, é posição totalmente inaceitável pelos socialistas.

Apesar do Congresso socialista ter transferido a questão para anos posteriores, a Comissão encarregada do assunto redige a seguinte moção: “considerando que as greves não podem obter resultado senão em condições especiais e com um fim especial, que não podem ser determinadas de avanço; que uma greve universal não é praticável por causa do desenvolvimento econômico tão diferente dos diversos países”; diante das condições políticas e sociais de hoje, a greve geral só seria praticável em indústrias especiais e,

em condições particulares, mas, a greve geral é “arma muito eficaz não só na luta econômica, mas, também, na luta política. Mas é uma arma que, para ser manejada eficazmente, supõe uma poderosa organização sindical e política da classe operária”.

Afora a questão dos sindicatos, onde se afirma a necessidade de organização por corporações, de federação nacional do mesmo ofício e de federações internacionais, igualmente do mesmo ofício, o Congresso incentiva os sindicatos a se unirem, também, universalmente, “afim de existir uma única massa operária estreitamente unida, sem distinção de culto e de raça, forte contra o capitalismo na luta que a classe operária lavra por sua emancipação integral”.

A questão da guerra levanta divergências agudas entre as delegações do Congresso. Nas discussões, o anarquista holandês Domela Nieuwenhuis defende a idéia de greve geral, “onde os operários podem exercer uma influência sobre a guerra e nos países em questão, pela greve militar”. Em resposta, W. Liebkenecht fala na “propaganda infatigável necessária, e novo espírito antiguerreiro que é preciso implantar no exército. Quando a massa for socialista, o militarismo estará vencido”. Como resultado, é aprovada a Proposição do Partido Democrático Alemão, onde acata-se a resolução do Congresso de Bruxelas sobre o militarismo, a luta contra “os apetites chauvinos das classes dominantes”, o esforço pela solidariedade entre os operários de todos os países, a luta contra o capitalismo, “a supressão da dominação de classes”, o que levará à “desaparição da guerra”. A queda do capitalismo significa a paz universal.

Dificuldades para concretizar a expulsão dos elementos contra ação política



O IV Congresso, realizado em Londres, de 26 de julho a 2 de agosto de 1896, se concretiza segundo a determinação estabelecida em Zurich, em 1893. O IV Congresso afirma várias questões pendentes, entre elas a divisão entre os socialistas e anarquistas. Iniciada em 1889 e resolvida definitivamente agora, como veremos no final desta síntese. De todos eles, até então, é o mais brilhante e o que assegura grande prestígio e sucesso aos socialistas do mundo inteiro. O convite enviado a todas as instituições, para que participem do evento, mostra a organização e a pujança dos ingleses anfitriões: é distribuído mapa de Londres, salas são reservadas às diversas nacionalidades, realiza-se meeting no domingo, são feitas festas e divertimentos, etc. Deles participam delegados da Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Holanda, Itália, Polônia, Portugal, Romênia, Rússia, Espanha, Suécia, Suí-

ça, Estados Unidos, França, Alemanha, Austrália. Da Rússia estão presentes Plekanov, Vera Zassolich; da Alemanha, Bernstein, P. Singer, W. Liebkenecht; da França, Jules Guesde, Pelloutier, Paul Brouse, Ed. Vaillant, E. Malatesta; da Bélgica, E. Vandervelde, etc. O número total supera os 718.

Na véspera da primeira reunião, dá-se o *meeting* em Hyde Park (26.8.1896). Doze tribunas são reservadas aos oradores das diversas nacionalidades e o tema principal é a leitura do Manifesto anti-militar e pelas 8 horas de trabalho. No dia seguinte, cada delegação se reúne separadamente, elege seu presidente e secretário respectivos e dois indivíduos que farão parte dos diferentes comitês. A presidência do Congresso cabe ao inglês Edward Cowley e os discursos de cada representante eleito terminam com a sessão do dia. O segundo dia se resume no tema sobre os anarquistas, com sua expulsão definitiva, como veremos. Nos dias seguintes, a discussão centra-se na Ordem do Dia.

A escolha de delegados se faz com a exclusão dos anarquistas, mas, outras tendências continuam a coexistir no Congresso e suas presenças levantam celeumas. É o caso dos partidários da Câmara Sindical do Trabalho, de F. Pelloutier, que fará parte da C.G.T. Eles são contra a ação política e irão representar oposição à várias medidas do Congresso. Outra questão é a dos delegados sem sindicato. Eles podem participar individualmente? E os cooperativistas e os positivistas? Estas e outras questões terão respostas negativistas e positivas no primeiro dia, o que não desloca o problema fundamental, que é o do anarquismo.

Na 3ª sessão (27.8.1896) é que realmente começa a ser discutida propriamente, a questão da Ordem do Dia, pois, na 2ª sessão, o tema exclusivo é o da expulsão dos anarquistas. A partir de então, voltam-se as atenções para temas como Questão Agrária, Ação Política, Educação e Desenvolvimento Físico, Guerra, 8 horas e 1º de Maio, Ação Econômica e Industrial.

Quem lê o Relatório sobre a Questão Agrária é Émile Vandervelde, membro do Partido Socialista Belga. Na discussão, ingleses pedem a inclusão de reivindicações como a “nacionalização dos meios de transporte”, além de outras a favor do trabalhador rural; Paul Lafargue diz-se entusiasmado com os “camponeses franceses”, que já aderem ao socialismo. Afinal é aprovada a Resolução, que diz ser impossível adotar-se fórmula única, pois, “o modo de posse da propriedade agrícola e a divisão em categorias da população agrícola”, em diferentes países, não permitem que os operários agrícolas utilizem os “mesmos meios para a realização de seu ideal comum”. Mas, em compensação, cada Partido operário tem “uma tarefa essencial e primordial; a organização do proletariado rural contra aqueles que o exploram”. E, internacional-

mente, as diversas comissões devem estudar a situação de seu respectivo país, acumulando documentos, estatísticas etc. Em conclusão, não se pode afirmar que “a propriedade terrena deverá ser socialista”⁽²⁾.

Denúncia da guerra e formas de luta operária para eliminar este mal



A questão sobre Ação Política provoca a maior celeuma. Com a saída dos anarquistas, as declarações que permanecem são as que aceitam a necessidade da ação política. O que se dá são restrições à valorização do delegado Tortelier, que insiste na idéia de que “os trabalhadores franceses se desinteressam cada vez mais pela conquista dos poderes públicos e não esperam, senão de si próprios, de sua emancipação, se agrupando fortemente em suas organizações sindicais e reivindicando, não reformas políticas, mas reformas econômicas”. Esta proposta é recusada, como o é a de um delegado inglês, que acena com a possibilidade de uma aliança circunstancial entre um grupo operário e um partido burguês. As Resoluções levantadas são votadas por unanimidade: “1.º) o Congresso entende, por ação política, a luta organizada, sob todas as formas, para a conquista do poder político; e o uso dos mecanismos legislativo e administrativo do Estado e o da Comuna, pela classe operária, para a sua emancipação”; “2.º) o Congresso declara que a conquista do poder político é, para os trabalhadores, o meio por excelência pelo qual eles podem atingir a sua emancipação, a libertação do homem e do cidadão, pelo qual eles podem estabelecer a República socialista internacional. O Congresso faz apelo aos trabalhadores de todos os países e os convida a se unir em um partido distinto de todos os partidos políticos burgueses, e a reivindicar: o sufrágio universal, o direito de voto para cada adulto...”; “3.º) o Congresso declara também que a emancipação da mulher é inseparável da do trabalhador” e pede que ela se organize politicamente; “4.º) o Congresso se declara a favor da autonomia de todas as nacionalidades...”; “5.º) o Congresso declara que, qualquer que seja o pretexto, religioso ou dito civilizador, da política colonial, ela não é senão a extensão do campo de exploração capitalista, no interesse exclusivo da classe capitalista”⁽³⁾.

Outra conclusão é o da Comissão de Ação Econômica e Industrial. Segundo ela, no estado atual do movimento socialista, é impossível combater a concentração capitalista e, de maneira provisória, deve-se

organizar uma agência internacional para assinalar as ações destas grandes empresas. O cidadão Molkenbuhr (o Relator) “insiste sobre a necessidade de chegar à socialização, por decretos nacionais e internacionais”. Cabe, por sua vez, aos sindicatos suavizar a exploração, já que eles não têm capacidade de suprimir o capitalismo. Diante disso, é preciso reivindicar: supressão dos direitos de alfândega, impostos sobre viveres; legislação internacional do trabalho (oito horas, trabalho da mulher), direito de coalisão e de reunião, necessidade de organização sindical. Sobre greves e o boicote, o Relatório os considera “meios necessários à realização dos fins sindicais”. Mas não se vê a possibilidade de uma greve geral internacional.

“A necessidade mais urgente é a organização sindical das massas operárias, pois, é da extensão da organização que depende a extensão das greves nas indústrias internas e na totalidade das indústrias”⁽⁴⁾.

A Comissão sobre Guerra é dirigida pelo alemão M. Wurn e ela recebe alguns reparos, como na proposta da “arbitragem entre as nações”, acusada de ser “blague burguesa”. A votação, no entanto, é unânime sobre o texto da Comissão: “em período capitalista, as causas principais da guerra não são as diferenças religiosas ou nacionais, mas os antagonismos econômicos, os quais as classes dirigentes dos diversos países são forçados pelo modo de produção”. Ao mesmo tempo que se dá a exploração de trabalho, a burguesia não tem escrúpulo em derramar o sangue do proletariado. Para lutar contra a opressão militar, o operariado deve conquistar o poder político, “para abolir o modo de produção capitalista, e recusar, simultaneamente em todos os países, aos governos, instrumentos da classe capitalista, os meios de manter a ordem das coisas atual. Os exércitos permanentes, cujo custeio esgota as nações em tempo de paz e cujas despesas são suportadas pela classe operária, aumentam o perigo de guerra entre as nações, e favorecem, sobretudo, a opressão mais brutal da classe operária de cada país”. Para que a classe operária obtenha paz, ela reclama: “1.º) a supressão simultânea dos exércitos permanentes e o armamento geral do povo”; “2.º) a instituição de um tribunal de arbitragem encarregado de regular pacificamente e sem apelo os conflitos entre as nações”; “3.º) a decisão definitiva sobre a questão da guerra ou de paz deixada diretamente ao povo, no caso em que os governos não aceitassem a sentença arbitral. E, finalmente, o documento termina com o protesto contra os acordos secretos. Estas reivindicações só serão possíveis, no entanto, quando o proletariado tiver imposto a legislação a seu favor e houver união do socialismo internacional”⁽⁵⁾.

A Comissão de Educação e Desenvolvimento Físico analisa a questão da criança operária, das suas condições de trabalho e da respectiva legislação protetora. E na parte final, em assuntos vários, levanta-se novamente a idéia da criação de um órgão socialista, um Comitê Internacional permanente, com um secre-

tário responsável, que se instalaria permanentemente em um país, fato que se dará em 1900, como vimos.

Além da questão histórica - isto é, ideológica e política - da divergência entre anarquismo e socialismo, temos, a partir de 1889, o retorno da problemática conflitante, que volta a se radicalizar. Repetindo o que dissemos anteriormente, em 1893, aprova-se, pelo Comitê de Organização, o art. 1.º sobre disposições para a Admissão ao Congresso, ameaça restritiva às tendências operárias anti-políticas. O artigo reza que "são admitidos ao Congresso todos os sindicatos profissionais operários, como os partidos e associações socialistas que reconhecem a necessidade da organização operária e de sua participação na política". Em 1896, baseando-se neste antecedente estatutário e nos conflitos anteriores, a questão cresce de intensidade e chega ao seu ápice.

Volta o debate sobre a necessidade dos operários fazerem política



Entre 1893 e 1896, o Comitê de Organização, criado para o futuro Congresso de Londres (1896), pede que as Trades Unions inglesas participem do futuro acontecimento e ambos redigem o Regulamento Provisório, que será enviado às organizações operárias da Europa, América e Austrália. No seu texto, está explícito que "todas as Câmaras Sindicais Operárias serão admitidas no Congresso, e também os Partidos e Organizações Socialistas que reconhecem a necessidade da organização dos trabalhadores e da ação política. Por ação política, entende-se que as organizações dos trabalhadores procuram, sempre que possível, empregar ou conquistar os direitos políticos e o mecanismo da legislação, para conduzir, assim, ao triunfo os interesses do proletariado e a conquista do poder político" (6)

Já antes do início do Congresso, isto é, em 1895, grupos anarquistas da Inglaterra, da Espanha e dos Estados Unidos começam pequeno movimento de protesto pelos termos restritivos à admissão levantado pela Comissão Organizadora. Mas esta, por tática, restringe a divulgação do texto, enviando-o mais para as facções ou partidos que aceitam o direito da ação política. Desta maneira, o conflito entre ambas as correntes inicia-se antes de julho de 1896, o que divide alguns grupos socialistas, como o dos fabianos ingleses, com Bernard Shaw; ou italianos, em que o Partido Socialista Italiano é a favor da decisão do Comitê Provisório e a Câmara do Trabalho de Roma é contra; o mesmo se dá na França, etc. (7)

Apesar do clima existente, os anarquistas comparecem ao Congresso e, no dia 27 de julho de 1896, participam do processo de validade dos mandatos,

que era feito segundo a nacionalidade do indivíduo; havia, porém, alguns delegados com mandato para duas nacionalidades ou categorias profissionais e até partidárias. Neste dia 27, o segundo do Congresso, de manhã, o Dr. Edward Aveling, membro do Comitê de Organização e genro de Karl Marx, levanta a questão da Resolução de Zurich sobre a expulsão dos anarquistas. Para isto, o Presidente desta primeira reunião lembra a todos da existência do art. 11 do Regulamento Provisório: "Nenhuma emenda ao regulamento (de Zurich) ou às disposições da ordem do dia será aceito depois de segunda-feira". Imediatamente, a opinião dos participantes da assembléia se divide, o mesmo se dando com os franceses, que fazem deliberação própria, em outro local. A discussão é acirrada. Ingleses, como Shaw Maxwell, Arthur Field, M. Hydman, franceses como Jules Guesde, Paul Lafargue, Jean Jaures, alemães como Clara Zetkin, Singer, Bebel, etc, são favoráveis à expulsão. Muitos outros são contrários. No entanto, a delegação inglesa determina que seus membros votem a favor da exclusão, decisão tomada unanimemente; na reunião dos franceses, a exclusão é vencida por 57 votos a 56; o que provoca a constituição de dois blocos e, conseqüentemente, duas delegações; os belgas são a favor da exclusão. Neste dia, discursos de ambas as partes se fazem ouvir, hora em que se levantam questões sobre liberdade de expressão, o anarquismo é ou não é socialismo, etc.



18 a 2 são pela exclusão dos delegados que representam posições anarquistas

Os impasses existem. São defendidas as posições ideológicas e organizativas dos anarquistas e dos socialistas, mas, na verificação dos mandatos dos delegados, no dia seguinte (dia 28), os presentes à votação são selecionados por nacionalidade. Vários discursos são proferidos: Jean Jaures é a favor da exclusão; Tom Mann contra; Hydmanm, a favor; Domela Nieuwenhuis contra. A votação final, por nacionalidade, é de 18, pela exclusão, 2 contra. Logo começam a ser afastados os que não se afinam com os ideais socialistas. Espanhóis, húngaros, italianos, holandeses, franceses e os de outras nacionalidades não são aceitos como delegados e não podem figurar no Congresso. A medida não é pacífica, começando por protestos no próprio recinto do Congresso, como o de Domela Nieuwenhuis: "em nome da Federação socialista e das 13 câmaras sindicais da Holanda, considerando que o Congresso tende a se afastar cada vez mais do domínio das discussões econômicas; que apesar dos seus pedidos reiterados, a Holanda não conseguiu saber se a resolução de Zurich restava ou não acompanhada da declaração de que seus autores a fizeram

acompanhar, eu declaro que nos é impossível permanecer neste congresso. Nós nos retiramos não querendo participar mais tempo à comédia representada pela Social democracia para benefício de alguns ambiciosos. Nós deixamos aqui a minoria holandesa, o Partido social-democrata, que é uma sucursal da social-democracia alemã e que de maneira alguma tem o direito de representar o socialismo holandês” (in Hamon, p. 150).

Um dia antes da abertura do Congresso - dia 26 de julho - houvera reunião de delegados corporativos franceses decididos a anular o artigo restritivo do Congresso de Zurich, que seria substituído por outro: “todas as organizações sindicais operárias, qualquer que sejam, são admitidas ao Congresso, como todas as organizações socialistas no mundo inteiro que reconhecem a necessidade de organizar os trabalhadores para a defesa de seus direitos e sigam suas necessidades e pelos meios que elas creiam úteis” (Hamon, p. 88-89). Com a derrota da proposta e a exclusão dos anarquistas, como vimos, eles fazem reunião monstro na sala Holborn Town Hall. Diante de mais de mil participantes, falam alguns socialistas contrários à medida tomada, entre eles, Keir Hardie, Tom Mann; acráticos também lamentaram o acontecido, como Elisée Reclus e Christ Tornelissen.

As medidas não se limitam a esta manifestação. Entre 29 e 31 de julho, eles realizam o seu Congresso, denominado de IV Congresso Anarquista. O que fazem é retomar as questões da Ordem do Dia do Congresso Socialista, e debater os problemas sob a ótica ideológica própria. No primeiro dia, o tema exposto é dirigido por um francês e é sobre o sindicalismo e o “desgosto que as corporações operárias mostram pela política”; depois, há o elogio à tática da Greve Geral, quando afirma que “os grupos corporativos são a massa que poderá por em xeque a burguesia”. Em outra sessão, Domela Nieuwenhuis fala sobre a reforma agrária, tema que o Congresso Socialista não encarou à fundo, protelando-a sempre; para

os socialistas, a questão agrária não passa de uma questão eleitoral, de voto. O camarada Parsons, depois, afirma que o proletariado agrícola não está pronto a receber as teorias de Karl Marx, a não ser quando os camponeses forem expulsos da terra e se tornarem proletários. Pouget diz que “seria tempo que os anarquistas se desembaraçassem da sífilis marxista, se desembaraçando de todas teorias metafísicas de Karl Marx e que pensem por eles próprios”. Malatesta afirma que “hoje os marxistas abandonaram completamente as teorias de Marx e que, unicamente, os anarquistas a conservaram preciosamente. É preciso acabar com estas teorias superadas”.

Na sessão da noite fala Domela Nieuwenhuis, que ataca o Parlamentarismo. A sua resolução resume a posição clássica do anarquismo. “Considerando que a via de ação legal e parlamentar não constitui exclusivamente a ação política, a conferência se pronuncia contra todas as tentativas de transformação do movimento socialista em simples movimento eleitoral e legal, fato que não pode ser dividido os trabalhadores. Considerando, enfim, que é pela luta revolucionária que, em todos os tempos, os povos chegaram a melhorar suas condições econômicas e sociais, a Conferência se declara pela ação política revolucionária contra o Estado, que é a encarnação de todas as injustiças econômicas, políticas e sociais”. Depois, falam Gori e outros acráticos. (*Le Congrès de Londres Devant la Presse*, pp. 334-336).

Além do Congresso Anarquista, a literatura acrática contra o Congresso Socialista é imensa: ataques de Puget a Jules Guesde; artigos de Pierre Kropotkine; brochura do *Temps Nouveaux*, de Jean Grave etc, são exemplos da reação havida aos acontecimentos de 26 e 27 de julho de 1896. ■

EDGAR CARONE, historiador, professor da Universidade de São Paulo (USP)

NOTAS

(1) CARONE, Edgard. *Os Congressos da II Internacional (1889-1891)*, escrito em Novos Rumos.

(2) Os dados sobre as discussões encontram-se repetidamente citados em grande número de jornais da época. Nosso resumo está em *Le Congrès de Londres Devant la Presse*, p. 174-175.

(3) Idem, p. 175. O grifo é do original.

(4) Idem, pp. 175-176.

(5) Idem, p. 176-177.

(6) *Congrès International Socialiste Des Travailleurs et Des Chambres Syndicales Ouvrières*, Londres 26 juillet - 2 Août 1896, Geneve, Minkoff, 1980, p. 16.

(7) HAMON, A. *Le Socialisme et de Congrès de Londres: étude historique*, p. 75 e segs.

BIBLIOGRAFIA

Congrès International Ouvrier tenu à Zurich du 6 au 12 Août 1893. Geneve, Minkoff, 1977, 600 p. (*Histoire de la II Internationale*, IV, tome 9).

Congrès International Socialiste des Travailleurs et des chambres Syndicales Ouvrières, Londres 26 juillet - 2 Août 1896. Geneve, Minkoff, 1980. 978 p. (*Histoire de la II Internationale*, V, tome 10).

Les Congrès de Londres Devant la Presse. Geneve, Minkoff, 1980. 638 p. (*Histoire de la II Internationale*, V, tome 11).

A. Hamon, *Le Socialisme et le Congrès de Londres: étude historique*. Geneve, Minkoff, 1977. (reproduzido em: *Histoire de la II Internationale*, V, tome 12).

Aprender de novo o que aprendeu-se errado

As injustiças de Clio - O negro na historiografia brasileira. Clóvis Moura. Belo Horizonte; Oficina de Livros; 1990; 217 pp.

Já vem de alguns anos um longo processo de revisão da história brasileira, realizado por intelectuais progressistas. Busca-se recuperar, para a historiografia, um personagem no geral esquecido nos compêndios escolares e obras de autores "oficiais": o povo.

O professor Clóvis Moura é um dos que mais tem se destacado nesse processo de repensar a formação do Brasil. Seu empenho se dá, em particular, no estudo sobre a participação do negro no desenvolvimento nacional, tendo inclusive produzido uma obra já considerada clássica, pela sua densidade e cunho científico: *Rebeliões na senzala*.

Agora o professor fez um outro tipo de trabalho. A análise de "como o negro é descrito ou simbolizado na nossa historiografia e os diversos níveis de deformação ou incompreensão etnocêntrica, os preconceitos e os julgamentos de valor negativos que estão embutidos e são registrados nessa produção historiográfica do passado, durante todo o tempo em que ela foi elaborada". A primeira parte de um projeto, patrocinado pelo Ministério da Cultura é coordenado por Clóvis Moura, Décio Freitas e Joel Rufino dos Santos e intitulado *História geral do negro no Brasil*.

O novo livro de Clóvis Moura chama-se *As injustiças de Clio - O negro na historiografia brasileira*, publicado pela Oficina de Livros, de Belo Horizonte. Clio, a quem se refere o título, era a musa da História na mitologia grega. Ao longo de 217 páginas, Clóvis Moura analisa em especial as obras de Frei Vicente do Salvador, Rocha Pita, Southey, Abreu e Lima, Varnhagen, Armitage, Handelman, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna - todas, com excessão de Abreu e Lima, repletas de discriminações contra os negros, algumas fazendo mesmo a defesa aberta do racismo.

Negror dos tempos

Clóvis Moura alerta para o fato de que apesar "das diversas posições em que esses historiadores se situam, uma coisa lhes é comum: a visão de que os negros, índios e mestiços em geral são elementos bárbaros, pagãos, gentios sem capacidade civilizadora e os brancos, detentores das estruturas de poder, aqueles elementos que impulsionaram a nossa sociedade em direção à civilização".

O autor chama a atenção para o papel do pensa-



mento religioso, em especial o cristão, para justificar as arbitrariedades contra os negros. É o caso, por exemplo, de um sermão do padre Vieira, feito em 1633 na Bahia, onde pontificava: "Escravos, estais sujeitos e obedientes em tudo aos vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos... porque nesse estado em que Deus vos pôs é a vossa vocação semelhante à de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo que haveis de imitar", ou de Frei Vicente do Salvador, que em sua *História do Brasil*, escrita na primeira metade dos anos 1.600, pede providências "principalmente contra os negros de Guiné, escravos dos portugueses que cada dia se lhes rebelam e andam salteando pelos caminhos e se não fazem pior é com medo dos ditos índios, que com um capitão português os buscam e os trazem presos a seus senhores".

Ao analisarem episódios onde os negros são os principais protagonistas ou têm atuação de importância impossível de ser negada ou esquecida, os historiadores não abrem mão da parcialidade. O Quilombo de Palmares - uma "grosseira odisséia", no dizer de Euclides da Cunha - tem o seu extermínio saudado. Rocha Pita chega inclusive a inventar que Zumbi teria cometido suicídio. Na disputa do território pernambucano por holandeses e portugueses, os negros são uma malta de desordeiros incendiários. A Inconfidência Baiana de 1798 é relegada a um movimento baderneiro. E por aí vai.

Pensamento presente

Varnhagen, considerado o "pai da historiografia brasileira", defende com todas as letras o "branqueamento" do Brasil: "Fazemos votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos de origem africana". E justifica a escravidão, alegando que os negros "passando à América, ainda em cativo, não só melhoraram de sorte, como se melhoravam socialmente, em contato com gente mais polida e com a civilização do cristianismo. Assim a raça africana tem na América produzido mais homens prestimosos e até notáveis do que no Continente donde é oriunda".

Pensamento do século passado? Em absoluto. Em 1920, Oliveira Vianna escreve em *Evolução do povo brasileiro* que o “negro, puro, não foi nunca, pelo menos do campo histórico em que conhecemos, um criador de civilizações”. Descreve o negro puro como portador de “fisionomia repulsiva, *facies troglodítica* e de cataduras simiescas”, etc. Numa outra obra, critica o fim da escravidão, pois “o estado de degradação em que” (os negros) “caíram depois da abolição, e em que atualmente vivem, mostra que o regime da escravidão não era tão bárbaro e desumano como fizeram crer o romantismo filantrópico dos abolicionistas ...”

Em suas conclusões ao final da obra, Clóvis Moura denuncia a permanência do racismo e da discriminação na atualidade:

“O capitalismo monta toda uma arquitetura teórica para justificar *cientificamente* o que antes era justificado através de razões bíblicas, morais ou de competições locais. Com isto, o racismo como é hoje conhecido *racionaliza-se*, isto é, deixa de considerar essas diferenças raciais como simples opiniões teológicas ou empíricas, para afirmar que cientificamente as raças não-brancas e o negro em particular encontram-se oprimidos e discriminados por incapacidade biológica de acompanharem o processo civilizatório, aqui confundido e identificado com a expansão capitalista.”

Carlos Pompe, jornalista.

História da indústria: a fábrica do sonho

A Fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street.

Palmira Petratti Teixeira. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990, 193 pp.

A tese de doutoramento de Palmira Petratti Teixeira, defendida em 1989 na Universidade de São Paulo, trata de uma personagem importante de nossa história industrial.

A autora decifra a questão em quatro grandes temas, ordenados cronologicamente.

A primeira parte do livro procura situar Jorge Street dentro do desenvolvimento industrial da época. A autora mostra a correlação existente entre indústria e agricultura e, ao mesmo tempo, o conflito entre ambas. Como sabemos, a indústria atende ao mercado interno e preferentemente são os agricultores que demandam esses produtos. Daí certos conflitos que surgem, relativos à qualidade dos produtos industriais e pelos preços que sobem comumente. Street acompanha o processo como industrial de tecidos de juta e é um dos líderes favoráveis na luta travada pelos industriais brasileiros para



que haja um tutelamento do Estado. O que a burguesia industrial pretendia, tanto em S. Paulo como no Rio Grande do Sul e Pernambuco, é que o Estado tomasse medidas protecionistas contra os produtos estrangeiros, ou que impedissem a concorrência do capital externo.

O segundo capítulo trata das associações patronais, problema fundamental para a classe, que está se formando. Ao mesmo tempo, o Estado é solução para o protecionismo mas é entrave na questão da legislação operária.

Street atuará com destaque no Centro Industrial do Brasil (CIB), como presidente, entre 1912 e 1927, além de liderar a diretoria da CIESP, em 1928 e da FIESP, em 1931, quando foi consultor técnico.

Para a burguesia há a necessidade de um organismo de classe, pois é necessário enfrentar novos problemas que surgem: o movimento operário, o conflito com a agricultura, a questão dos impostos, etc.

No período pós Primeira Guerra Mundial, essa política tem bons resultados, o que motiva a contínua expansão industrial brasileira, sempre acompanhada de uma postura protecionista.

As greves de 1917 a 1920 trazem a necessidade de olhar um pouco mais a classe trabalhadora. Street acompanha o processo que reconhece a necessidade de uma vida mais digna para o operário, mas não se esquece de sua posição social, como aparece no terceiro capítulo. A autora tratará da política social implantada pela Companhia Nacional de Tecidos de Juta.

Desse modo, a assistência para a família operária - a escola, a creche, a assistência médica, religiosa - significará uma nova postura de pressão e coação sobre o operariado de Vila Maria Zélia.

Esse processo de vila operária é iniciativa que se dá conjuntamente com urbanização das zonas de várzea do Brás e da Moóca, que são terrenos de menor valorização.

Street estrategicamente é favorável à validade da greve, ao mesmo tempo adota medidas para que elas não ocorram no seu estabelecimento.

A autora usa de uma fonte muito rica para descrever a Vila Maria Zélia - a história oral, que acaba por mostrar como se deu o impacto da política de Street sobre o operariado, diferentemente das outras indústrias de São Paulo.

O capítulo quatro trata da legislação social. Street defende uma legislação para o operariado, mas de forma sutil, já que não se esquece de que é patrão.

“Quando ele se encontrava na vila todo mundo ficava contente, as crianças corriam, abraçavam, ficavam perto, nem parecia ele; a mesma coisa que fosse uma pessoa que entrasse pelo portão e viesse conversar com a gente...(...).” e ainda - “Não teve um industrial que deu nada pro filho de um operário. Nunca deram bonificação, só ele (Street). O operário parecia que não era considerado. Não tinha nada. Só tinha que trabalhar, viu? (...) Street era diferente.” (p. 96). Essa era uma das diversas visões que ficaram na mente dos que trabalharam com Street.

A historiadora mostra as diversas leis criadas e a dificuldade de sua aplicação. O trabalho infantil e feminino são os principais temas discutidos, bem como o número de horas trabalhadas.

A questão da legislação sobre acidentes de trabalho levanta uma polêmica grande, já que o empresariado não se vê na obrigação de pagar indenizações, o que seria, segundo eles, uma penalização injusta. “Street considerava a legislação sobre acidentes de trabalho emocionante para aqueles que têm ‘o coração no lugar certo e que lidam com operários na grande indústria’” (p. 107).

Portanto, reconhece a necessidade de assistir o operário acidentado, mas defende o uso de companhias de seguro que indenizariam tais acidentes.

Entretanto, leis de repressão são tomadas pelo governo como a lei de Expulsão de Estrangeiros, a Lei Celerada, que põe na ilegalidade o Partido Comunista, etc.

O Código de Trabalho, de 1923, será repudiado por todos os empresários. Por sua vez, Street, que é defensor da produtividade, não aceita a lei de férias, bem como a jornada de menos de 10 horas para crianças, que é regularizada em 1926.

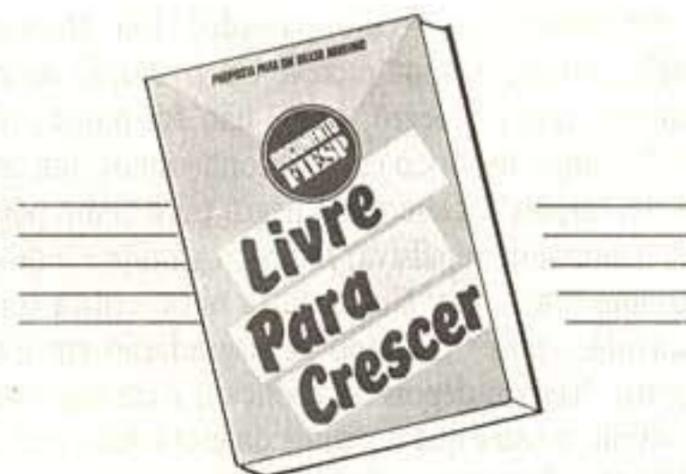
Após a revolução de 30 passa a haver uma nova forma de relação do Estado com os demais setores - a criação do Ministério do Trabalho centralizará a ação do Estado sobre o operariado; as medidas tomadas sofrerão influência de Street.

A aceitação e organização da Lei Sindical de agosto de 1931 ajudará e desmobilizará o movimento operário.

Desse modo, a relação entre industriais e operariado terá uma nova face, mais liberal, dado que não era compatível com a atitude anterior, onde não havia diálogo entre as duas categorias.

A obra de Palmira Petratti é importante, pois enriquece ainda mais o que se conhece sobre movimento operário e a industrialização, desde que toma como personagem principal Street, com sua visão progressista para a época.

Denise Rosa Pucci - aluna do curso de graduação de História da Universidade de São Paulo.



FIESP: a conveniência da ignorância

Livre para crescer - proposta para um Brasil moderno.

Coordenação: Maria Helena Zockun; São Paulo, Cultura Editores Associados, 1990, 328 pp.

Já se disse que nas opiniões, especialmente quando o tema é polêmico e compreende problemas sociais, o limite da objetividade e da ciência é dado pela conveniência dos interesses. *Livre para crescer*, livro elaborado por uma equipe de economistas a soldo da Fiesp e assumido pela entidade dos industriais paulistas como “documento”, “proposta para um Brasil moderno”, é uma eloqüente amostra desta elementar verdade.

A ambição não é pequena. O documento pretende descobrir as raízes da atual crise brasileira, caracterizada por um processo crônico de “estagnação e inflação”, e apontar, em variados campos, as soluções correspondentes, de acordo, é óbvio, com os ideários e interesses (são, afinal, virtudes gêmeas) da assim chamada grande burguesia brasileira.

Embora, aqui e ali, a obra contenha considerações e propostas dignas de estudo e consideração, já no diagnóstico básico se revela, como um pecado original, o collarido das intenções que movem nossas elites. Como convém à modernidade, tudo corre sob as águas do neoliberalismo.

A federação patronal começa por argumentar que a crise brasileira reflete sobretudo “o esgotamento do modelo de desenvolvimento liderado pelo Estado”, em boa medida baseado na substituição de importações - e o Leste europeu estaria aí para reforçar tal interpretação. Em resumo, poder-se-ia afirmar que se trata, oxalá como no mundo, da crise do estatismo ou pelo menos do estatismo exagerado.

Há uma ironia implícita e incômoda, em tal opinião uma vez que os autores não cansam de criticar aqueles que enxergam o Estado como o responsável pelas atividades econômicas, incluindo o crescimento, as crises, etc. Mas deixemos por menos, até porque a qualidade

da intervenção do Estado na economia, malgrado intenções e gestos dos liberais, mudou expressivamente ao agigantar-se, particularmente, desde o pós-guerra.

Talvez seja ainda preciso ressaltar que muitos dos exageros e erros presentes na máquina estatal brasileira, apontados no documento da Fiesp, são reais e, mais do que isto, evidentes - empreguismo, desperdícios, ineficiências, gerados pelo tráfico de influências; aspectos, aliás, há muito criticados pelas forças progressistas do país.

Daí, porém, a afirmar que a crise deriva do "esgotamento" do Estado e do modelo de desenvolvimento que, segundo os autores do livro, teria sido impulsionado principalmente no período de JK (quando, na verdade, abriu-se a temporada de investimentos estrangeiros); sofrido um breve interregno nos anos menos dóceis da ditadura militar; e novamente retomado, ainda na ditadura, por Geisel, isto é forçar demais a barra. E não só é pouco convincente, como também não corresponde à realidade histórica.

A crise brasileira da atualidade não pode ser compreendida abstraindo o seu entrelaçamento com a realidade econômica mundial, os graves desequilíbrios da economia americana e, como sua extensão, do sistema financeiro internacional. Dentro disto, está expressa, na parte que nos cabe, a já consagrada crise da dívida externa - que afeta a quase totalidade dos países considerados em desenvolvimento ou subdesenvolvidos ou, melhor dizendo, dependentes, em todo o globo.

Neste sentido, a crise é carregada de particularidades novas e sequer tem paralelo em nossa história: uma década (a de 80) de estagnação, transferências colossais de recursos ao exterior, de riquezas subtraídas à poupança (cerca de 40%) e ao consumo, tudo isto refletindo numa queda substancial da taxa de investimento (estimada em mais de 20% do PIB na década de 70 e em torno de 16% na seguinte) e numa crônica incapacidade de desenvolvimento econômico. São os efeitos da dívida externa.

A literatura sugerindo, e a meu ver evidenciando, tais laços, é vasta. Contudo, se o óbvio contraria interesses, a conveniência recomenda ignorância. O "documento Fiesp", embora mencione, faz vistas grossas acerca deste fator (o fundamental) da crise, quando por exemplo enumera as razões da drástica redução das importações (página 50), no início dos anos 80 e cala, olímpicamente, sobre o "ajuste interno" determinado pelo FMI com a elemental finalidade de gerar saldos comerciais para pagar juros aos credores externos. Há outras mais vergonhosas omissões na obra a respeito, na "política para a dívida externa" (página 202) o essencial é não contrariar o imperialismo.

Afinal, as propostas da Fiesp, hoje em voga e em aplicação, são no sentido de internacionalizar ainda mais a economia, satisfazendo interesses de credores multinacionais; reduzir as dimensões do Estado privati-



zando e liquidando estatais, eliminando reservas de mercado, liberalizando...

É inegável que o **novo liberalismo** ganhou notável força com os acontecimentos no Leste europeu, desencadeados a partir da **perestroika** de Gorbachov e ainda em curso, mesmo porque nos países daquela região assiste-se inegavelmente a uma crise do Estado, especialmente no campo econômico (dado pela carência de liberdade e democracia). Entretanto, as analogias simplistas que se fazem atualmente atendem mais a razões ideológicas do que científicas. Mesmo porque sequer o Leste europeu esteve (ou está) alheio à crise do sistema financeiro mundial (Romênia, Polônia, Hungria e mesmo URSS são países atolados em dívidas externas e com graves crises nos balanços de pagamento).

Na apresentação da obra, o presidente da Fiesp, Mário Amato, argumenta que no passado os empresários paulistas mostraram "sintonia" com "sua época". Pode ser. Mas na atualidade, o remédio que receitam contempla, entre outras, coisas como o fim do ensino público e gratuito nas universidades (o pretexto é eliminar o elitismo em nossas universidades, como se os miseráveis tivessem maior acesso ao ensino pago no terceiro grau), o retorno à jornada de 48 horas semanais de trabalho (sugerido na página 259) e "progressos" parecidos tendo em vista principalmente a revisão constitucional prevista para 1993.

Em que pesem diferenças, a verdade é que, pela própria procedência, as idéias expostas no livro *Livre para crescer* constituem o arcabouço da ideologia dominante em nosso país. Vale dizer que são as do poder, com maior força no atual governo, de Fernando Collor (que recentemente desencadeou ampla campanha contra as universidades públicas).

Mais do que argumentos das oposições, os critérios da história já estão expondo as feridas, misérias e falsidades de tal pensamento. A vida, que fala mais alto que os livros, também sugere que esgotou-se um modelo de desenvolvimento econômico - aquele sustentado na dependência econômica. Aprofundá-lo, como propõe a Fiesp e Collor, não será a salvação.

Umberto Martins, jornalista

Chico Martins



A meu Partido

Varição de um poema de Pablo Neruda

Fora de ti, embora que ardente,
 embora que fogo,
 eu seria uma frágil fagulha,
 um doce alimento do vento.
 Em ti continuo a ser fagulha
 mas integrante das chamas,
 das labaredas,
 que escuridão e lama
 nenhuma conseguirão deter.

Fora de ti,
 sou um "indivíduo...
 nada mais".
 Em ti,
 continuo sendo um pigmento
 mas um pigmento rubro
 da vermelha aurora
 que o sol hasteia
 a cada manhã.

Fora de ti,
 sou um homem frágil
 atirado ao mar;
 Lá já estive
 e me lembro o que eu era:
 um homem com os punhos
 e a alma ferida;
 não que eu não amasse, que'u sempre amei,
 não que eu não guerreasse,
 que'u sempre na guerra estive.
 É que sozinho
 eu me julgava
 um guerreiro de uma guerra
 já perdida,
 um cavaleiro de uma princesa

já sem vida.
 Sozinho, muitas vezes às cegas
 eu vagava,
 e os meus olhos
 eram só sal e água.
 Sozinho, eu me sentia
 uma caça miúda com a qual
 o inimigo se divertia.

Contigo estou em toda parte,
 sou muita gente,
 tenho muitos nomes:
 sou greve, sou tocaia,
 sou guerrilha,
 sou beijo,
 sou canção.

Contigo,
 aprendi que o futuro
 não é uma toalha
 bordada
 pelas mãos divinas.
 O futuro ensinaste-me,
 nossas mãos unidas
 vão arrancando,
 vão talhando,
 esculpindo, polindo,
 na rocha bruta,
 áspera,
 adversa
 do presente.

Adalberto Monteiro/Outubro de 1990.

RETRATO REALISTA, SINGELO E REVELADOR

Nova e importante obra sobre a Guerrilha do Araguaia, esse relato é uma história com sabor humano, onde Glênio narra sua militância durante os anos 60, a decisão de ir ao Pará a fim de participar da luta, a vida na selva, os combates, a prisão e finalmente a liberdade.



Preço: 7 BTN
(Promoção até 28 de fevereiro: Cr\$ 700,00)

Envie cheque nominal à Editora Anita Garibaldi
Rua Bororós, 51 - 1º andar - São Paulo - SP - CEP 01320
Tel.: (011) 278-3220



Editora Anita Garibaldi

— SEVERINO, RETIRANTE,
DEIXE AGORA QUE LHE DIGA:
EU NÃO SEI BEM A RESPOSTA
DA PERGUNTA QUE FAZIA,
SE NÃO VALE MAIS SALTAR
FORA DA PONTE E DA VIDA;
NEM CONHEÇO ESSA RESPOSTA,
SE QUER MESMO QUE LHE DIGA.
É DIFÍCIL DEFENDER,
SÓ COM PALAVRAS, A VIDA,
AINDA MAIS QUANDO ELA É
ESTA QUE VÊ, SEVERINA;
MAS SE RESPONDER NÃO PUDE
À PERGUNTA QUE FAZIA,
ELA, A VIDA, A RESPONDEU
COM SUA PRESENÇA VIVA.

E NÃO HÁ MELHOR RESPOSTA
QUE O ESPETÁCULO DA VIDA:
VÊ-LA DESFIAR SEU FIO,
QUE TAMBÉM SE CHAMA VIDA,
VER A FÁBRICA QUE ELA MESMA
TEIMOSAMENTE, SE FABRICA,
VÊ-LA BROTAR COMO HÁ POUCO
EM NOVA VIDA EXPLODIDA;
MESMO QUANDO É ASSIM PEQUENA
A EXPLOSÃO, COMO A OCORRIDA;
MESMO QUANDO É UMA EXPLOSÃO
COMO A DE HÁ POUCO, FRANZINA;
MESMO QUANDO É A EXPLOSÃO
DE UMA VIDA SEVERINA.

João Cabral de Melo Neto

